



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 84

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de dezembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

A sessão iniciou-se com o [debate de urgência sobre o “Serviço Regional de Saúde”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usou de seguida da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

O debate prosseguiu com a participação dos/a Srs./a Deputados/a José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Ricardo Cabral (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*) e José Ávila (*PS*).

Usaram da palavra para protestos a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Seguiu-se a [Petição n.º 4/X – “Concessão pública da exploração de jogos de fortuna e azar na ilha de São Miguel e posse administrativa dos terrenos da Calheta Pêro de Teive”](#), apresentada por Manuel Borges Moniz.

Após a leitura do relatório pelo relator da Comissão de Economia, Sr. Deputado José Ávila (*PS*), usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), José San-Bento (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

Novamente para proferir um protesto usou da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

Posteriormente, iniciou-se o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/X – “Regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel”](#).

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as José Andrade (*PSD*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Renata Correia Botelho (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), André Rodrigues (*PS*) e Luís Rendeiro (*PSD*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado tanto na generalidade como em votação final global por maioria.

Proferiram declarações de voto os/a Srs./a Deputados/a Félix Rodrigues (*CDS*), Renata Correia Botelho (*PS*) e José Andrade (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário, um bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada.

Sr. Secretário faça favor.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia** **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, por isso declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Entramos hoje no ponto dois da nossa Agenda: **Debate de urgência sobre o “Serviço Regional de Saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Regem nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos são os mesmos que utilizámos ontem na interpelação.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, nesta Legislatura, o CDS-PP suscita um debate de urgência sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Vimos a este plenário apontar aquela que está a ser a má prática política seguida pela atual tutela da Saúde nos Açores.

Nunca, como agora, os Açorianos sentiram tantas dificuldades em recorrer ao seu Serviço Regional de Saúde;

Nunca, como agora, os Açorianos foram impedidos de se tratar no seu Serviço Regional de Saúde;

Nunca, como agora, os Açorianos tiveram um sentimento de insegurança quando se deslocam ao Serviço Regional de Saúde;

Nunca, como agora, se deveu tanto aos fornecedores das unidades de saúde;

Nunca, como agora, se tiveram listas de espera cirúrgicas tão escandalosas;

Nunca, como agora, se utilizou o mal para supostamente fazer o bem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao fim de quase 20 anos de governação são inegáveis as dificuldades do PS em gerir o Serviço Regional de Saúde.

O Serviço Regional de Saúde é uma das maiores conquistas do sistema autonómico. Serem os Açorianos a definir e implementar a sua política de saúde é um desígnio irrevogável da Autonomia. E não podemos, nem devemos, ser nós a colocar em perigo tão importante conquista.

Porém, hoje a saúde na Região gera muita desconfiança e muita insegurança.

O gravíssimo caso em volta da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da Ilha Terceira é a prova da leviandade como a saúde dos Açores é governada.

É urgente, por isso, esclarecer a população sobre o que se passa naquele serviço?

É urgente esclarecer os Açorianos.

No passado dia 17 de outubro, por solicitação do CDS-PP, o Sr. Secretário Regional foi à Comissão de Assuntos Sociais dizer que o Conselho de

Administração do HSEIT, perante denúncias gravíssimas dos enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos, – e cito – “não esteve parado” e que “tomou as medidas que considerou adequadas na altura”. Reafirma o Sr. Secretário mais à frente que “não tinha indícios de que a Administração tivesse tomado uma má decisão sobre a matéria” e assegurou não ter motivos para demitir ninguém.

Entretanto, mandou instaurar um inquérito; esperava-se a intervenção, aliás anunciada, das Ordens Profissionais, das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros; o instrutor apresentou as conclusões das averiguações; e, inexplicavelmente, o Secretário da Saúde demite o Conselho de Administração que, dias antes, tinha toda a confiança técnica e política da tutela.

Mais inexplicável ainda é a nova justificação do Secretário da Saúde – vou citar: “O Conselho de Administração apresentou a sua demissão com fundamentos que me pareceram adequados na altura aceitar e por isso aceitei o pedido que me foi formulado”.

Quais razões ponderosas que levaram a esta alteração uns dias depois? Quais as razões ponderosas pelas quais o senhor demitiu o Conselho de Administração?

Afinal, Sr. Secretário (também lhe pergunto), quem se demitiu e em que dia?

Quem se demitiu e quem foi convidado a demitir-se, Sr. Secretário da Saúde?

Também é importante esclarecer este pormenor.

Mas esta não é a única urgência do momento: é urgente explicar também (e explicar muito bem!) o imbróglio em torno do processo de instalação da radioterapia nos Açores.

Há instalações feitas que custaram, segundo umas contas do Governo, 1,5 milhões de euros; segundo outras contas mais realistas, mais de 3 milhões de euros;

Há milhões de euros cobrados em taxas moderadoras implementadas com a justificação de que seriam para financiar os tratamentos de radioterapia;

Há doentes que continuam a ser deslocados durante largos períodos para o Continente para tratamentos; mas não há radioterapia nos Açores...

Sr. Secretário da Saúde, qual é a sua opinião, e o que vai fazer, para resolver este problema?

Para quando um centro de radioterapia nos Açores e onde?

Sr. Secretário, quanto custa atualmente o tratamento de um açoriano no Continente? E quanto custará este tratamento nos Açores, depois das negociações que V.^a Ex.^a fez com a empresa Quadrantes?

Quanto é que a Região e os seus serviços de saúde devem atualmente a esta empresa?

Se já se investiu milhões de euros na Terceira, por que motivo ainda não temos radioterapia (aliás, seguindo uma das suas promessas no seu discurso eleitoral, de racionalização de recursos; no seu discurso, aqui, feito desta tribuna de racionalizar recursos da saúde)?

Já agora também é interessante saber qual a opinião do PSD/Açores sobre esta matéria? Sobre a radioterapia! Onde? E como? O PSD/Açores, também sobre essa matéria, não se tem manifestado. É interessante perceber o que pensa o PSD/Açores sobre o processo de radioterapia na Região Autónoma dos Açores. Outra preocupante realidade que o Secretário da Saúde esconde, desde 2013, e que é premente esclarecer é o conteúdo de um relatório a que o Sr. Secretário teve acesso e que lhe foi entregue, e que arrasa por completo o processo de suposta implementação dos cuidados continuados e paliativos.

O Secretário da Saúde recebeu um relatório onde é apontada – e vou citar – a “indefinição total na conceção, organização, planeamento e coordenação de Serviços de Cuidados Paliativos no HSEIT e entre esta principal unidade de saúde e as restantes unidades, serviços, instituições e âmbitos sociais, familiares, domiciliários e individuais dos utentes necessitados”, para além de outras denúncias graves, no mesmo relatório, que apontavam – e cito –

“deficiências de assiduidade, pontualidade e práticas deontológicas de profissionais de saúde (más práticas) a prestar cuidados nas freguesias”.

Sr. Secretário, que é feito deste relatório? O que fez V.^a Ex.^a para resolver este assunto?

Meteu o relatório na gaveta! Não tomou nenhuma atitude!

É preciso saber em que ponto está esta situação.

Sr. Secretário, será que para agir sobre esta matéria também será preciso a intervenção ou a ameaça quer da comunicação social, quer de entidades externas, como o Ministério Público?

Mas é urgente, Sr. Secretário, esclarecer ainda as alegações de fraudes e abusos que V.^a Ex.^a fez que levaram a que se cortassem nos reembolsos ou nos atestados médicos dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

O Secretário Regional da Saúde que alega a fraude e os abusos, corta nos direitos dos doentes, mas não penaliza, que se saiba até hoje, aqueles que, supostamente, estão a prevaricar...

Abusos nas fisioterapias? Houve inquérito? Quem são os prevaricadores? Quem foi condenado?

Fraude nos atestados médicos? Isto é crime! Fez o Governo queixa à Ordem dos Médicos? A Inspeção Regional de Saúde atuou? Alguém foi condenado? Qual a atuação da Secretaria? Em que ponto estamos?

São urgências demais, para um sector como o da Saúde!

Em suma trouxemos aqui vários assuntos, que esperamos esclarecimento, de que destacamos a radioterapia, os Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira e a implementação verdadeiramente da rede de cuidados continuados e paliativos, que precisam ser cabalmente esclarecidos para que os utentes do SRS voltem a ter e a sentir confiança num bom Serviço Regional de Saúde.

Tenho dito.

Deputado Francisco César (PS): E disse mal! Muito mal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, querendo, pode usar da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Pergunto se o quer fazer de imediato? Tem a palavra então, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de destacar a oportunidade deste debate, por dois motivos.

Há duas semanas estivemos aqui a discutir nesta Casa aquilo que foi o Plano e o Orçamento da Região para 2015, no qual tivemos oportunidade de debater muitos dos temas que o Sr. Deputado aqui, hoje, traz.

Eu bem sei que foi às 3 da manhã, às 4 da manhã, num horário que as televisões, provavelmente, já não estavam a transmitir o resultado do debate. No entanto, foram debatidos estes temas há duas semanas nesta Casa, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sr. Secretário, o senhor sabe fazer melhor do que isso!

O Orador: Todos os Deputados que a essa hora participaram no debate sabem que aquilo que eu estou a dizer é verdade.

Segundo aspeto sobre a pertinência do debate e sobre o tema do debate.

O Sr. Deputado põe como tema para esta interpelação ao Governo o Serviço Regional de Saúde.

Obviamente é uma das áreas da minha tutela, Sr. Deputado. Tenho essa noção.

Agora, de uma forma concreta, penso que também honesta da sua parte, seria de todo interessante ter dito vamos debater a Unidade de Cuidados Intensivos do hospital da Terceira, vamos debater o problema da radioterapia.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está aqui!

O Orador: Certo! Agora sabemos, Sr. Deputado, mas não de forma prévia para que o Governo também pudesse de uma forma participada neste debate ter estes

dados todos prontos para responder ao Sr. Deputado com todas as informações necessárias.

Se tivesse, à partida, de uma forma transparente, clara e honesta, nos ter dito, nos transmitido a todos os Deputados desta Casa... Não é só ao Governo! Os restantes Deputados desta Casa também gostariam com certeza saber que tipo de debate iríamos hoje aqui ter, para se prepararem nesse sentido, todos os outros restantes partidos da oposição.

Postas estas duas notas, dizer-lhe, Sr. Deputado, que as suas perguntas não irão ficar obviamente sem resposta.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Terei todo o gosto, ao longo deste debate, de poder esclarecer as diferentes questões.

Em relação à Unidade de Cuidado Intensivos da Ilha Terceira, o Sr. Deputado tão bem como eu sabe que estivemos na Comissão de Assuntos Sociais há pouco tempo a debater este assunto. Este assunto foi esclarecido com toda a abertura de ambas as partes, de todas as partes, para que a comunicação social também assistisse a essa audiência na Comissão. Foi por demais esclarecido os motivos que me levaram a tomar as decisões que na altura tinha tomado.

A única diferença dessa altura para agora, Sr. Deputado, é o facto da Presidente do Conselho de Administração ter apresentado a sua demissão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não apresentou!

O Orador: Foi isso que motivou a saída dos restantes elementos do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Concluíram que seria a altura de sair e eu aceitei.

As pessoas não são julgadas em praça pública, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que as julga!

O Orador: As pessoas têm o direito à sua defesa, até por leis aprovadas por esta Casa, Sr. Deputado.

Como sabe e bem, o Estatuto do Gestor Público que foi aprovado também por si, implica que haja audiência de interessados, implica que as pessoas possam ter o seu tempo de contraditório. As pessoas não são julgadas em praça pública só porque o Sr. Deputado A, B ou C decide que as pessoas devem ser julgadas em praça pública.

As leis são respeitadas e o Sr. Deputado também as votou. O Sr. Deputado também as aprovou nesta Casa.

É através dessas leis que as pessoas são demitidas, são destituídas, são reconduzidas, são exoneradas ou são nomeadas, tal como será a futura Presidente do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, hoje entregue o seu nome à Presidente da Assembleia Legislativa Regional para que os Srs. Deputados, numa lei aprovada nesta Casa, possam, em sede de audiência, validar essa nossa opção.

Deputado Rogério Veiros (PS): Por uma iniciativa do PS! Há que ter iniciativa!

O Orador: Relativamente à questão da radioterapia, o Sr. Deputado sabe perfeitamente como eu que foi um assunto que já teve vários contornos. É um assunto melindroso, não só por aquilo que é a dificuldade da distância que temos ao continente sobre esta matéria; também a população dos Açores, naquilo que é a rentabilidade do Centro de Radioterapia e na capacidade de termos um bom Centro de Radioterapia a funcionar na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique!

O Orador: Neste momento é alvo de um projeto de interesse regional, um projeto PIR, de uma entidade privada que pretende construir um Centro de Radioterapia na Ilha de São Miguel, nas mediações do Hospital do Divino Espírito Santo, e que em breve, segundo as várias negociações que tenho tido com a empresa sobre essa matéria, irão iniciar-se as obras para que esse centro seja uma realidade.

É importante não “pôr a carroça à frente dos bois”, Sr. Deputado.

Tal como disse publicamente sobre essa matéria, alguns destes assuntos merecem a sua devida ponderação e merecem, às vezes, também alguma atualização referente àquilo que é o fator económico destes investimentos.

Aquilo que era uma realidade há 10 anos, neste momento já não é.

Os preços da radioterapia no continente desceram consideravelmente e por isso os pressupostos que nós tínhamos há 10 anos não podem ser os mesmos pressupostos que temos hoje em dia. Por isso, esta necessidade que tive de redefinir os preços que estavam previstos e termos chegado a um acordo com a empresa sobre essa matéria, que já manifestou a sua capacidade de poder iniciar a construção do Centro a partir do início do próximo ano.

Relativamente às questões dos inquéritos da fisioterapia, dos diferentes relatórios, dos Cuidados Continuados, aquilo que lhe posso dizer, Sr. Deputado, em relação à fisioterapia é que está em curso um inquérito da IReS e muito em breve irá ter os seus resultados.

Mais uma vez não vamos julgar ninguém em praça pública. Isto é feito dentro daquilo que é o espírito da lei e dentro daquilo que é o espírito do bom nome das pessoas, até que seja provado o contrário.

Assim que for provada alguma coisa sobre essa matéria, assim que o caso for encaminhado para o Ministério Público, essa questão será devidamente esclarecida.

Em relação aos Cuidados Continuados, Sr. Deputado, como sabe e bem, acho estranho vir aqui dizer que houve um relatório do Dr. Eduardo Ferraz da Rosa que não foi por mim tido em conta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não disse quem era! O senhor é que está a dizer!

O Orador: Estamos a falar desse relatório, certo Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que está a dizer!

O Orador: O senhor leu excertos do relatório. Deve ter lido o seu signatário, com certeza.

O senhor acabou, de forma textual, de ler um relatório que foi entregue por um funcionário do Serviço Regional da Saúde, do anterior gabinete, a mim, como Secretário. Foi uma troca entre duas pessoas, que eu desconhecia que mais alguém tinha conhecimento desse relatório.

O senhor leu excertos desse relatório aqui. Com certeza leu também o seu signatário. Sabe quem é que o escreveu, o Dr. Eduardo Ferraz da Rosa, certo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que está dizendo!

O Orador: Pronto! Muito bem!

Se assim foi, Sr. Deputado, esse relatório foi tido em conta, tal como todos os outros relatórios para as alterações que estamos neste momento a introduzir nos Cuidados Continuados e nos Cuidados Paliativos.

Como sabe, e bem, em São Miguel, durante este ano duplicámos o número de camas.

Tal como o Sr. Deputado aprovou nesta Casa, iremos, com o complemento adicional para os Cuidados Paliativos, estender, a partir de 2015, não só as camas dos Cuidados Paliativos, mas estender todas as camas de Cuidados Continuados a toda a Região.

É isso que está previsto, Sr. Deputado, o reforço da verba para o dobro dos Cuidados Continuados.

Não só ao nível da Secretaria Regional da Saúde como também da Secretaria da Solidariedade, nós iremos, a partir de 2015, ter capacidade de estender os Cuidados Continuados e Paliativos a toda a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria iniciar esta breve intervenção registando a evolução do CDS-PP que nós saudamos.

Depois de um pedido de demissão precipitado que aqui ocorreu no mês de outubro, o PS regista que o CDS-PP apresenta uma postura diferente neste debate, procurando esclarecimentos e tentando contribuir para a clarificação e para um debate com elevação na área da saúde.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sempre foi assim!

O Orador: Deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, que nunca como agora se assistiu a um investimento tão grande na área da saúde; nunca como agora tivemos um Orçamento de 291 milhões de euros; nunca como agora se teve um Orçamento e um investimento na saúde que cresceu 39%...

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... em quatro anos, ou seja, face a 2011; nunca como agora crescemos, face a este ano, 81 milhões de euros.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: Nunca como agora a saúde foi tão importante para um Governo nos Açores.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

O Orador: Queria também dizer, Sr. Deputado, e lembrar que estamos a implementar uma reestruturação no Serviço Regional de Saúde.

É verdade que algumas medidas estão implementadas, estabilizadas e em velocidade de cruzeiro.

Também é verdade que em algumas outras áreas nós estamos ainda numa fase de ultimar e de consolidar a implementação destas medidas, algumas delas com enormes dificuldades, face àquilo que também já debatemos aqui, quer no mês de outubro, quer no plenário do Plano e do Orçamento e que tem a ver, por

exemplo, com os constrangimentos, que eu já várias vezes referi, que nos impedem de ter soluções mais rápidas, mais eficientes e mais fortes no que diz respeito, por exemplo, à cobertura de médicos de família de uma parte substancial da nossa população e também no combate ao problema das listas de espera.

Mas esta reestruturação está a ser feita e visa melhorar a acessibilidade, aumentar a qualidade dos serviços e garantir a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, aspetos de primordial importância que não podemos ignorar quando se promove um debate como este debate que foi aqui convocado.

É verdade, Sr. Deputado, e também é importante que se diga, que da parte de alguns partidos da oposição temos assistido a uma evolução que consideramos positiva, pelo menos no reconhecimento e no diagnóstico dos verdadeiros problemas que afetam o Serviço Regional de Saúde.

Ainda temos que trabalhar mais para conseguirmos um consenso mais generalizado nas soluções que são necessárias encontrar, mas também diga-se em abono da verdade que no último Plano e Orçamento também foi possível registarmos alguma evolução, porque nós achamos, Sr. Deputado, que independentemente da crítica, da diferença que é natural e que é saudável numa democracia, a área da saúde é uma área que exige acordos transversais e exige um consenso alargado. Isso significa que os partidos da oposição têm a obrigação de ter disponibilidade para encetar o diálogo e para também proporem boas soluções que nos permitam melhorar ainda a saúde, porque estamos a falar do bem e do interesse geral dos açorianos.

Sobre isso é bom que fique absolutamente claro: o PS ouve todos, o PS respeita a opinião de todos os parceiros do setor da saúde, mas o PS não teme os porta-vozes dos interesses corporativos que estão instalados...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... e alguns deles, lamento dizer, estão preocupados em sabotar as reformas...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e em não garantir que se consigam implementar medidas que salvaguardem o interesse geral dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Essa é que é a verdade!

Nós não pararemos, porque para nós o que interessa são reformas que sejam boas e que melhorem a saúde dos açorianos. É isso que é a defesa do interesse geral e é esse o objetivo que o PS continuará a defender, como sempre fizemos até agora.

Queria também dizer, Sr. Deputado, sobre a referência que fez ao hospital de Angra.

Eu compreendo as suas razões. Todos nós estamos preocupados com a situação que foi denunciada e que foi tornada pública no dia 3 de outubro.

Já fizemos esse debate aqui e eu não vou repetir esses argumentos. Queria só deixar claro que do ponto de vista do PS nós fazemos esta referência: nós não podemos ser irresponsáveis, nem alarmistas!

Não estou a dizer que o foi, Sr. Deputado. Só estou a fazer um apelo para que não sejamos irresponsáveis, nem alarmistas.

Eu relembro que está a decorrer um inquérito, averiguações. Recordo que inclusivamente o Ministério Público está a tratar esse assunto.

Portanto, há aspetos que são da maior sensibilidade e que neste momento têm que ser tratados com muito cuidado. A verdade é essa.

O Sr. Deputado e o CDS-PP têm todo o direito em querer conhecer o passado e em querer conhecer alguns aspetos relacionados com esta problemática,

nomeadamente e face à ênfase que colocou com a demissão da administração do hospital de Angra do Heroísmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São cargos políticos!

O Orador: Porém, para nós, interessa-nos mais planear e construir o futuro.

Desse ponto de vista eu queria aqui deixar também uma palavra em relação àquela notícia que também já é pública da escolha da Dra. Paula Moniz para presidir ao Conselho de Administração do hospital de Angra.

Sr. Deputado Artur Lima, é uma dama de ferro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se é uma dama de ferro não queremos!

O Orador: É uma pessoa que trará, julgamos nós, aquilo que é necessário e credibilidade para gerir o hospital.

Será uma opção em que vamos assistir certamente a exigência, rigor, estabilidade, responsabilidade e confiança.

É isso que vai ser necessário e é isso, achamos nós, que está garantido com esta escolha.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por muito de ferro que seja a dama que foi agora aqui referenciada pelo Deputado José San-Bento, há uma coisa, Sr. Deputado, que nem a Dra. Paula Moniz, nem ninguém, a não ser a entidade competente, resolve o problema em que caiu a Unidade de Cuidados Intensivos no hospital de Angra.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não sabe porque não a conhece!

O Orador: Não é nem com a demissão ou com a auto-demissão do Conselho de Administração do hospital de Angra, aliás eu penso que o Deputado Artur Lima terá, tanto quanto eu percebi, dito que o Secretário demitiu...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que se demitiu?! Um!

O Orador: Eu penso que o Sr. Secretário aceitou a demissão do Conselho de Administração do hospital de Angra do Heroísmo, o que é uma coisa bem diferente, até porque, Sr. Secretário, no Plenário de outubro tive oportunidade, por várias vezes e após os esclarecimentos prestados por V.^a Ex.^a, de lhe dizer para demitir o Conselho de Administração do hospital de Angra, porque não tinha condições para continuar em funções.

V.^a Ex.^a nada fez...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: .. e aguardou que o Conselho de Administração pedisse a sua demissão.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor tem que tirar as ilações políticas dessa situação.

O senhor não demitiu o Conselho de Administração do hospital, esperou que ele se demitisse quando o senhor o devia ter feito há muito tempo, porque a inércia relativamente a um problema que se levantou relativamente ao funcionamento, aos protocolos e procedimentos da Unidade de Cuidados Intensivos do hospital de Angra exigia, face à inércia do Conselho de Administração, que V.^a Ex.^a tivesse tomado essas medidas.

Mas não! V.^a Ex.^a resguardou-se e esperou que o Conselho de Administração lhe pedisse a demissão (é claro!) e V.^a Ex.^a aceitou.

Mas o problema da Unidade de Cuidados Intensivos de Angra não se resolve nem com a nomeação de um novo Conselho de Administração, nem com este histórico.

É preciso que as nuvens que caíram sobre aquele serviço do hospital de Angra se dissipem e isso só é possível, Sr. Secretário, e também já o referenciei, com a intervenção de uma entidade externa, designadamente o Colégio de Especialidade da Ordem dos Médicos, que nos venha dizer se a Unidade de Cuidados Intensivos está ou não a funcionar bem.

Enquanto isso não acontecer, nem novos Conselhos de Administração, nem demissões do Conselho de Administração, nem a própria demissão do Secretário resolve esse problema.

Precisamos saber se a Unidade de Cuidados Intensivos está ou não a ter os procedimentos e protocolos mais adequados. Isso é uma questão que espero que venha a ser resolvida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Agora há aqui duas ou três questões que queria colocar ao Sr. Secretário. Desde logo, saber qual é o ponto da situação relativamente à admissão de novos funcionários.

O Governo já deu autorização para a contratação, designadamente de assistentes operacionais e administrativos. A verdade é que eles ainda não foram admitidos.

Mas a questão é esta. O problema deste atraso tem a ver com as respostas que os serviços de saúde dão e sobretudo com a sobrecarga para os trabalhadores dos hospitais que são obrigados a fazer um horário perfeitamente desumano.

Depois, Sr. Secretário, gostaria de saber (esta já é uma das questões) relativamente à situação no Corvo.

Como sabemos, é do conhecimento público, que o Dr. João Cardigos reformou-se.

Qual é a situação? Já há médico ou médicos para o Corvo?

Qual é o ponto da situação relativamente ao serviço de saúde no Corvo?

Uma outra questão:

Qual é o horário de funcionamento dos centros de saúde, designadamente em Ponta Delgada e muito concretamente do Centro de Saúde da Matriz em Ponta Delgada?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é outra questão!

O Orador: Qual o horário de funcionamento e por que é que fecha, encerra à hora que encerra?

Deputado Francisco César (PS): Se sabe, então por que é que o Sr. Deputado está a perguntar?

O Orador: Que justificação é que o Secretário Regional tem para nos dar sobre o horário de encerramento do Centro de Saúde da Matriz de Ponta Delgada? Por agora fico-me por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão relativa aos Cuidados Intensivos do hospital da Ilha Terceira foi uma matéria já sobejamente discutida em outubro e há, no entender do PSD, apenas uma conclusão a tirar: a sua decisão vem por tardia!

Na verdade, quando V.^a Ex.^a, e como tive oportunidade de lhe dizer, teve conhecimento a 4 de outubro, como referiu aqui nesta câmara, do documento que os enfermeiros entregaram ao Conselho de Administração, sete meses antes dessa data, a sua primeira posição do ponto de vista político... Repito: não estamos em condições de discutir a veracidade das afirmações contidas neste documento, porque não conhecemos nem os doentes, nem as terapêuticas que foram instituídas, portanto não é isso que estava em causa, nem é isso que está

em causa na demissão agora do Conselho de Administração, mas sim a gravidade do que lá se dizia. Aí, é que obrigava da sua parte a uma decisão política imediata.

Sr. Secretário, isso só revela, desculpe dizer-lhe, falta de liderança da sua parte.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem tem conhecimento, ao fim de sete meses, de um Conselho de Administração que nomeia, de um documento cujo conteúdo tem a gravidade que teve, só tinha uma opção a tomar: demitir o Conselho de Administração.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso o Sr. Secretário Regional não fez.

Esta questão da liderança e da desorganização do Serviço Regional de Saúde, tem no nosso entender outras fases. Senão vejamos, Sr. Secretário:

O Sr. Secretário publicou a 30 de julho de 2014 a legislação sobre convenções e reembolsos. Essas convenções eram para estar em vigor a 1 de outubro.

O que é que se esperaria do Sr. Secretário Regional se tivesse capacidade de liderança e de organização sobre o Serviço Regional de Saúde?

Ter sido capaz, neste período de tempo, de fazer com que as diferentes unidades de saúde de ilha e os hospitais identificassem as suas carências e estabelecessem convenções.

Estamos no mês de dezembro. No que diz respeito nomeadamente à imagiologia o Sr. Secretário apenas e só, há três dias, conseguiu que uma clínica privada de São Miguel aderisse a uma convenção de TAC do corpo.

Deputado Manuel Pereira (PS): Porque...

O Orador: Não havia ninguém que a fizesse no regime convencionado.

Mas não apareceu ninguém, nem o Sr. Secretário conseguiu que esse desiderato fosse atingido, no sentido de estabelecer convenções na área da ecografia. Na verdade, pagar nove euros por uma ecografia não dá sequer para pagar o gel

para se colocar a sonda em cima do segmento do doente que esteja a ser observado.

O que vai acontecer, Sr. Secretário, é se rapidamente não se encontrar uma solução para esta matéria, é evidente que os médicos de medicina geral e familiar e os médicos hospitalares, em vez de pedirem uma ecografia pedem uma TAC porque está convencionado.

Sabe qual é a diferença de custo entre uma ecografia e uma TAC? Eu não preciso responder-lhe porque V.^a Ex.^a sabe isso perfeitamente.

Portanto, a isso chama-se desorganização.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor tinha, desde 30 julho, tempo suficiente para planear tudo isso. Disse, afirmou, essa legislação determinava que a partir de 1 de outubro todas as convenções entrariam em vigor, sim, porque não haveria problema, quando o sistema público não desse resposta, o sistema convencionado daria.

Estamos em dezembro, quase no Natal. Pergunto-lhe, Sr. Secretário: para quando a publicação das convenções já estabelecidas e, com transparência, com quem foram estabelecidas e em que áreas foram estabelecidas e para quando é que todas as convenções em todas as áreas vão ser estabelecidas, porque naturalmente estaremos aqui para fazer a diferença de tempo relativamente àquilo que eram os seus objetivos e aquilo que foi concretizado?

A isso Sr. Secretário, chama-se desorganização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Chama-se também desorganização, Sr. Secretário, aquilo que se passou com os *point of care*.

O Sr. Secretário lança uma medida. Quem resiste à medida a medida não é implementada, quem não resiste à medida a medida é implementada.

Sr. Secretário, onde é que está o seu sentido de planeamento estratégico? Onde é que está?!

Numas ilhas funciona o *point of care*; noutras ilhas não funciona o *point of care*. A isso Sr. Secretário chama-se falta de convicção, falta de planeamento, falta de organização.

Sr. Secretário, desorganização também é aquilo que se passou na área da fisioterapia.

V.^a Ex.^a fez publicar a 15 de fevereiro de 2013 uma portaria segundo a qual apenas e só os médicos fisiatras podiam prescrever fisioterapia.

O PSD teve oportunidade publicamente de se manifestar sobre essa matéria; houve um debate nesta Casa no âmbito da apresentação de um Voto de Protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre essa mesma matéria; consideramos que essa portaria não era aplicável e, qual a nossa surpresa, V.^a Ex.^a vem concordar connosco e lança, não através de uma portaria mas de uma circular interna da Direção Regional de Saúde, contradizendo tudo o que a portaria dizia.

Conclusão, Sr. Secretário: isso significa falta de convicção, falta de planeamento, desorganização.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, Sr. Secretário, no que diz respeito à questão ainda dos reembolsos e das convenções, o reembolso hoje é considerado por V.^a Ex.^a um castigo para os doentes, isto é, quem tem dinheiro para ir à privada também tem dinheiro para pagar tudo o que a privada lhe solicita, todos os exames que lhe solicita, como se o sistema público tivesse capacidade para responder a todas as necessidades dos doentes.

Mas sobre essa matéria, Sr. Secretário, teremos oportunidade de mais tarde falar.

Ainda relativamente à fisioterapia, o Sr. Secretário bem sabe as exigências no âmbito das convenções que V.^a Ex.^a colocou, nomeadamente nas

incompatibilidades entre o exercício da Direção Clínica de um Centro de Reabilitação e os médicos especialistas.

Eu queria perguntar-lhe: é verdade ou não que o serviço de medicina física e reabilitação do hospital de Ponta Delgada está sem Diretor de Serviço? Queria que V.^a Ex.^a me respondesse muito concretamente a esta pergunta.

Sr. Secretário, o problema do Serviço Regional de Saúde, e aqui já tivemos oportunidade de conversar em outras circunstâncias, é um problema também de acessibilidade.

Estamos de acordo em relação ao diagnóstico, não estamos de acordo em relação às soluções. Entendemos serem medidas positivas, o que o resultou da contratualização com os sindicatos, do aumento do número de utentes por lista. Consideramos positiva, mas na perspetiva pontual e não de resolução definitiva do problema, a existência de consultas complementares ou de consultas abertas, mas que nunca deverão ser a solução definitiva.

Agora o problema mais uma vez, Sr. Secretário, é um problema de planeamento e de organização.

O Sr. Secretário tem 40 internos em formação, mas só em São Miguel, como disse a Presidente da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, há falta de 30.

Por um relatório que V.^a Ex.^a tem em seu poder, com data de 30 de junho, do ex-Coordenador do Internato da Área de Medicina Geral e Familiar, faltavam 65 médicos de família na Região. Mas a questão não é só essa, não é apenas e só do número absoluto.

É que mais de metade daqueles que se encontram ainda ao serviço têm mais de 55 anos. Portanto, estamos perante uma população envelhecida.

Sr. Secretário, sobre isso já marcamos aqui bem as nossas diferenças.

V.^a Ex.^a continuará à espera que os médicos de medicina geral e familiar cheguem. Nós entendemos que é preciso caminhar no sentido de outras formas de organização de prestação de cuidados. V.^a Ex.^a discorda, está no seu direito,

é o titular da pasta da saúde e é suportado por uma maioria que confortavelmente lhe permite tomar essas decisões.

Mas acessibilidades também na área da espera cirúrgica, como V.^a Ex.^a sabe, e que também aqui já por diferentes vezes falamos sobre esta matéria e temos bem as nossas diferenças marcadas, esperamos pela concretização das medidas que o Sr. Secretário aqui anunciou no Parlamento, nomeadamente (recordo uma, até pela sua dimensão) a de efetuar 1000 cirurgias a varizes na sala de pequena cirurgia do Hospital do Divino Espírito Santo. Esperamos ansiosamente por esses resultados.

Mas a questão da deslocação dos especialistas é também um exemplo de desorganização e de falta de planeamento.

O senhor acabou, como já tive oportunidade de dizer-lhe, com uma conquista que era do próprio Governo Socialista, dos próprios responsáveis e titulares da pasta ao longo dos anos, que permitia o atendimento a milhares de açorianos, na sua casa, na sua ilha de residência.

Aí, lamento dizer-lhe, Sr. Secretário, há muita gente que continua a sofrer.

O senhor, repito e peço desculpa de o dizer novamente, mas é de inteira verdade, tem resolvido, e o seu Governo, as questões à custa das denúncias na comunicação social e nas redes sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quando as pessoas aparecem na comunicação e nas redes sociais a denunciar os seus casos, o senhor resolve.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquelas que não têm oportunidade de o fazer serão certamente muitas mais e que, pela dimensão do meio onde vivem, pelo receio persecutório que se instala nesses meios, essas pessoas não têm voz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas o PSD recusa-se a assumir o conforto de não criticar e de não ser reativo a esses pedidos dessas pessoas.

Portanto, orgulhamo-nos de ser o porta-voz daqueles que não têm voz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E são muitos os que não têm voz por essas ilhas fora e que continuam sem qualquer tipo de tratamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quero, portanto, fazer-lhe um apelo e, desde logo, fazer-lhe também uma pergunta, Sr. Secretário:

Para quando é que a deslocação de médicos especialistas aos Centros de Saúde e aos hospitais que não os possuíam retoma a normalidade?

Porque comparando os números que V.^a Ex.^a teve oportunidade de aqui nos referir com aquilo que era a prática anterior, nós estamos a quilómetros daquilo que era feito, e bem, por esses Açores fora.

Mas o senhor preferiu penalizar as pessoas à custa de um mito segundo o qual todos se englobavam numa mesma categoria, todos cometiam irregularidades, todos violavam as regras básicas do Serviço Regional de Saúde – vou utilizar uma expressão brutesca – todos metiam dinheiro ao bolso.

Sr. Secretário, mas à custa disso e da incapacidade que o senhor demonstrou ao longo do tempo de provar que isso assim era e de identificar as pessoas que o cometiam, o senhor preferiu fazer tábua rasa a todos por igual.

Quem sofreu foram os açorianos e os doentes açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às onze e meia.

Eram 11 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Muito bem! Vamos continuar com o nosso debate sobre o Serviço Regional de Saúde. Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescinde! Não vais prescindir!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento, na sua intervenção, deu a este Parlamento uma boa imagem daquilo que se está a passar no nosso Serviço Regional de Saúde. Deu como referência a dama de ferro que agora irá gerir o hospital da Terceira. Esta dama de ferro! Esta imagem é a imagem adequada, porque o nosso Serviço Regional de Saúde está a ser atacado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... por uma ideia ultraliberal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Uma ideia ultraliberal que está a desmantelar o Serviço Público que a Região oferecia nesta área em troca de um modelo da dama de ferro.

É por causa da implantação deste modelo ultraliberal que temos hoje a população com cada vez maior dificuldade de acesso a este serviço e é por causa destas políticas ultraliberais que os Serviços funcionam com cada vez maiores dificuldades e cada vez maior distância em relação fundamentalmente aos mais desfavorecidos.

Podemos ouvir estas queixas em todas as ilhas, com horários que se reduzem, com horário de atendimento que se reduz, com cada vez maior dificuldade de acesso aos centros de saúde e aos hospitais, com cada vez maior dificuldade do ponto de vista da deslocação às ilhas mais pequenas de médicos especialistas.

Portanto, o que nós temos hoje em dia é a implantação deste modelo ultraliberal.

Depois também temos uma nova moda que, pela voz do Sr. Secretário da Educação, chegou ontem que é “o Governo sente-se muito mal”...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto antes cair em graça do que ser engraçado!

O Orador: ... e foi aqui reiterada pelo Secretário da Saúde. Problematiza os partidos da oposição em relação ao debate de urgência ou interpelações que solicitamos ao Governo para responder ao conjunto de questões que consideramos que são pertinentes.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Eu disse isso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Disse, disse!

O Orador: Sim, sim, sim, Sr. Secretário.

Eu acho isto da maior gravidade.

O PSD na Madeira já faz isto há 20 anos. Começaram por considerar que as oposições estão a levantar temas, discussões parlamentares que não lhes interessam.

Deputado Berto Messias (PS): Isso! Vá ler o Regimento do Parlamento da Madeira e veja o nosso!

O Orador: Portanto, nesse sentido é óbvio que quando o senhor fez aqui essa intervenção nesse sentido, ao considerar que não se justifica e que só tem o objetivo da televisão (disse, disse!), só tem o objetivo de atingir as televisões, eu digo-lhe uma coisa: esse tipo de postura é inaceitável, Sr. Secretário, por parte do Governo Regional!

O senhor deveria sentir-se honrado de vir a este Parlamento responder às questões que os Deputados lhe colocam. Devia sentir-se honrado e devia considerar que esse é o seu dever perante uma democracia representativa.

É isto que o senhor tem que dizer. Não tem que dizer mais nada.

O que o senhor tem que fazer é cumprir as suas obrigações do ponto de vista estatutário, as suas obrigações do ponto de vista cívico, responder sem mais delongas às questões que são colocadas e deixar-se de considerações que as nossas preocupações são para aparecer na televisão.

Portanto, o senhor fez essa referência e eu não posso aceitar que a faça.

Deputado Berto Messias (PS): É a democracia, Sr. Deputado!

O Orador: Quero dizer-lhe também o seguinte:

Disse o senhor que não há nenhuma novidade.

Ah! Não há nenhuma novidade?

Então e em relação à demissão do Conselho...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O senhor estava distraído a conversar com o Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... de Administração do hospital da Terceira?

É uma novidade.

Diz o senhor: julgamentos em praça pública!

Não! São análises do ponto de vista político das suas responsabilidades em relação à tutela que exerce sobre esses serviços, a sua responsabilidade nesta

matéria e as suas opiniões que são absolutamente contraditórias com o que veio agora a acontecer.

Por que é que o senhor aceita a demissão, considera-a adequada e aqui há 10 ou 15 dias não tinha essa opinião?

Porquê, Sr. Secretário?!

O que o Sr. Secretário tem que explicar aqui é esta contradição.

Quero também abordar aqui um outro assunto de carácter local. Tem a ver com a Ilha do Corvo.

Muita gente (não estive nos últimos dias na Ilha do Corvo) me telefonou em relação à situação que se está a passar na Ilha do Corvo no que se refere ao atendimento médico e à reforma do médico.

Inclusivamente a comunicação social pediu-me que eu proferisse algumas declarações sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro! Estamos num regime democrático!

O Orador: Tive o cuidado de cruzar a informação. Falei com muitas pessoas que foram atendidas nos últimos dias no sentido de tentar perceber, do ponto de vista objetivo, qual é a situação que estamos a enfrentar na Ilha Corvo em relação ao atendimento médico.

Devo dizer o seguinte:

No dia 18 de setembro de 2014, tenho aqui uma nota para a comunicação social do Secretário Regional da Saúde, que diz o seguinte:

“Na reunião com o Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha foi também abordada a situação decorrente da proximidade da reforma do atual médico em serviço nesta ilha”

Ou seja, no dia 18 de setembro de 2014, o Sr. Secretário já sabia que tinha uma situação para gerir no âmbito de uma reforma que estava anunciada. Isto é uma nota informativa que data de 18 de setembro 2014.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Radioterapia, Hospital de Angra!

O Orador: O que nós vemos é que depois desta situação ter surgido e dos habitantes da Ilha do Corvo terem notado uma diferença em relação ao atendimento médico, que passou a ser diferente a partir do início deste mês, a verdade é que o médico lhes disse, e tenho 10 testemunhas registadas que lhe posso dar com informações que eu tive oportunidade de cruzar, que o atendimento deixou de ser um atendimento regular.

Passou a ser um atendimento apenas em questões de urgência (apenas em questões de urgência!).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é ilegal!

O Orador: Portanto, a questão é que o serviço deixou de funcionar com regularidade e diz o Sr. Secretário que está muito surpreendido: “só fomos avisados com cerca de cinco dias de antecedência”.

No entanto, no dia 18 de setembro tinha conhecimento desta situação.

Eu considero que em relação a esta matéria é óbvio que o senhor aqui tem responsabilidades. Tinha conhecimento que esta situação iria ocorrer e o mínimo que temos que lhe solicitar em termos do funcionamento do serviço é que tivesse garantido que este serviço funcionaria sempre com total regularidade e que não teríamos um serviço que funcionaria apenas em questões de urgência.

Deputado André Bradford (PS): O médico continua lá!

O Orador: Eu sei, eu sei qual é o problema. O problema é a demografia. São só 450 indivíduos.

Pelo amor de Deus!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sr. Deputado, tenha dó! Não vá por aí!

O Orador: Por que é nós vamos ter um atendimento regular, um atendimento em condições iguais às que os outros açorianos têm, quando são só 450 pessoas?

Pelo amor de Deus!

É evidente que isto é inaceitável, porque foi mal programado.

Portanto, ao longo destes dias o que tivemos foi um serviço que funcionava em termos de atendimento às pessoas, um serviço que funcionava em termos de urgência, que não foi devidamente acautelado por uma situação que o próprio Secretário diz que estava a preparar desde o dia 18 de setembro.

Portanto, tem aqui graves responsabilidades em relação a esta matéria.

Devia ter acautelado o funcionamento normal deste serviço. Penso que tem essas responsabilidades e que as suas informações são absolutamente contraditórias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Ex.^a Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria sublinhar a avaliação positiva que o Sr. Deputado Luís Maurício fez ao Serviço Regional de Saúde, porque conhece também por dentro. Há coisas positivas, nomeadamente a Consulta Aberta, o esforço de abrir o Bloco de pequenas cirurgias no hospital de Ponta Delgada para diminuir as listas de espera e isto é importante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mudou de opinião!

O Orador: Queria sublinhar também que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores têm tido uma atenção especial às propostas da oposição para aperfeiçoar os procedimentos na saúde.

Já aprovou muitas neste Parlamento e está sempre atento para a melhoria do Serviço Regional de Saúde. Aprovou Projetos de Resolução, alterações a Decretos Legislativos Regionais, etc., etc.. É sinal que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está sempre disponível para o aperfeiçoamento do Serviço Regional de Saúde.

Agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista discorda da avaliação do Sr. Deputado Luís Maurício em relação à organização.

A reestruturação da saúde que foi implementada há alguns meses foi feita para organizar, planear, com equilíbrio, para melhorar o Serviço Regional de Saúde. Esse procedimento da reestruturação foi de uma forma transparente, dialogante e foi consequente.

Houve alterações de vetores inicialmente propostos sempre com o intuito de melhorar a saúde da Região.

Havia necessidade de eliminar abusos; havia necessidade de eliminar distrações; havia necessidade de eliminar irregularidades no Serviço Regional de Saúde. Haverá sempre.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem consideração por muitos profissionais de saúde que trabalham. A grande maioria trabalha afincadamente com esforço para trazer melhoria, qualidade e segurança a todos os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Todavia o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acredita naqueles que querem travar esse progresso, este procedimento e este aumento de qualidade e segurança nos cuidados prestados aos nossos doentes.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que devemos levar a cabo evoluções que reforçam a importância do Sistema Regional de Saúde, a capacidade de criar oportunidades diferenciais na estrutura e na prestação de bens e serviços.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista infere que é necessário requerer uma abordagem sistemática das políticas públicas e uma perene atenção à sua formulação.

A reestruturação do Serviço Regional de Saúde foi, é e será sempre muito necessária para aperfeiçoar a organização, a coordenação dos recursos, a implementação dos projetos, para garantir a sustentabilidade, para manter a qualidade e a segurança dos cuidados prestados e, sobretudo, fortalecer e dar continuidade ao progresso da Saúde na Região Autónoma dos Açores.

O Governo Regional dos Açores através das suas políticas tem cumprido bem, o seu dever de atenuar os riscos, tem promovido a Saúde, tem ajudado e tem protegido as populações contra os problemas, as enfermidades e as deficiências, e, ao mesmo tempo, tem diminuído com determinação as desigualdades e a exclusão.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Todos sabemos que os recursos são limitados e a despesa necessária para o bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde é volumosa.

É fundamental garantir o equilíbrio das despesas da saúde.

Eliminar os desperdícios.

Rentabilizar todos os recursos disponíveis.

Este Governo teve a coragem política de reformular e reestruturar o Serviço Regional de Saúde para aperfeiçoar os procedimentos, afinar a estrutura que é imprescindível ao bem-estar físico e social da população açoriana.

Todos nós sabemos que é necessário eliminar procedimentos incorretos na Saúde da Região, ações que travam a melhoria dos cuidados de saúde às pessoas, é preciso ajustar funcionamentos para evitar a desmotivação até mesmo dos profissionais de saúde que sempre trabalharam de forma correta e é inevitável reestruturar para prestar melhores cuidados de saúde à população.

O forte investimento nas infraestruturas de Saúde na Região Autónoma dos Açores foi, é e será, sempre, uma mais-valia para a Saúde dos açorianos.

O investimento na fixação e na formação dos recursos humanos é uma prioridade assumida pelo Governo Regional dos Açores.

O planeamento e a implementação dos projetos na área da Saúde tinham que ser ajustados. Aliás, todos os procedimentos no sistema público deverão ser continuamente aperfeiçoados.

As resistências e os travamentos eram previsíveis mas, é preciso determinação para dar consistência às orientações...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A responsabilidade está aí desse lado!

O Orador: ... e ter a lúcida capacidade de avaliar e reformular as metas e os objetivos que não se conseguiu atingir.

Esta é a essência da Política.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que as orientações políticas para a Saúde do Governo Regional dos Açores, já, traduziram ganhos em saúde, melhoramento da qualidade da prestação de cuidados de saúde às pessoas e com os aperfeiçoamentos contínuos desenvolvidos, certamente, a consistência e a qualidade do Serviço Regional de Saúde será, ainda, melhor.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, deixe-me dizer-lhe que eu começo a temer que fiquemos todos doentes de tantas vezes trazermos a saúde à análise e a debate a esta Casa.

Temo-lo feito, e quem o tem feito na realidade tem boas, que é como quem diz tem más razões para isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Eu queria começar por dizer ao Sr. Secretário Regional, o seguinte:

Quem fizer um apanhado aleatório e minimalista das notícias vindas a público sobre a saúde nos últimos meses, e eu fi-lo, vou dar ao Sr. Secretário apenas algumas das notícias que têm surgido.

A 21 de outubro: “novas medidas para atrair mais médicos em discussão. O Secretário Regional da Saúde nos Açores reconhece que persistem as dificuldades para atrair médicos para a Região”.

A sério Sr. Secretário Regional da Saúde?

Mas não foi o senhor que aqui tem dito vezes sem conta que no final desta Legislatura todos os açorianos e açorianas terão um médico de família?

E não foi o Bloco de Esquerda que aqui lhe tem dito, vezes sem conta: cuidado, porque se o senhor está à espera que eles venham para cá caídos de maduros não os terá? Foi!

Mas agora o senhor, finalmente, está preocupado e já percebeu que em 2016 está longe de alcançar esse desiderato.

Continuemos:

14 de novembro: “serviço de radioterapia vai mesmo avançar nos Açores”.

Diz o Sr. Secretário Regional da Saúde: “era fundamental que os preços se aproximassem aos preços que são praticados em todo o país”, mas não precisou os seus valores.

É curioso! Faz uma afirmação...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... mas depois não diz aos açorianos e açorianas afinal qual é o negócio e em que é que o senhor se baseia para dizer isto.

17 de novembro: “autarca critica perda de serviços do Centro de Saúde da Ribeira Grande. A não realização de análises clínicas no centro de saúde local só vai dificultar a vida às pessoas, sobretudo às mais idosas.”.

Pergunta o autarca: “para que é que o Centro da Ribeira Grande precisa de um ecógrafo e de um mamógrafo que não têm utilização nenhuma?”

18 de novembro: o caso da Unidade de Cuidados Intensivos da Terceira, onde é bom lembrar os factos descritos pelos enfermeiros são muito preocupantes e não podem deixar de ser investigados, isto na medida em que se fala de desrespeito pela dignidade humana, da falta de continuidade nos cuidados prestados aos doentes, da realização de intervenções terapêuticas previamente desnecessárias, da existência de situações de negligência no âmbito dos cuidados de saúde que acarretam a degradação do estado clínico do doente com consequências irreversíveis.

Numa palavra: estamos a falar de direitos humanos!

O que é que o Sr. Secretário Regional fez? Dois pecados! Pecou por omissão, porque não fez coisíssima nenhuma e pecou por ocultação, porque aqui disse que não tinha conhecimento do assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Condenável!

A Oradora: Afinal, das duas, uma: ou já estava a decorrer um inquérito e o senhor tinha conhecimento do que se estava a passar neste serviço de saúde, ou não tinha. As duas coisas ao mesmo tempo é que não é possível, Sr. Secretário. Mas vamos continuar. Não se enfade, porque eu ainda tenho mais para si, Sr. Secretário.

Dia 9/11: “enfermeiros alertam para cuidados insuficientes nos lares. A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros considera que a qualificação das intervenções prestadas pelos Lares de Idosos nos Açores é manifestamente insuficiente para satisfazer as reais necessidades e exigências da população”.

Vamos continuar, Sr. Secretário.

“Vigília contra o fecho do Centro de Saúde da Ribeira Grande, contra o fecho do encerramento noturno do Centro da Saúde da Ribeira Grande e do Laboratório de Análises Clínicas no mesmo centro”.

12 de novembro: “regime de apoio a doentes deslocados vai ser revisto. A medida surge após uma carta aberta de uma cidadã dos Açores sobre o valor atribuído com o atual regime de apoio aos doentes oncológicos que precisam de se deslocar ao continente.”

A medida surge desta notícia que foi aqui lida.

Mas diz o Sr. Secretário Regional que este projeto de alteração do “regime de apoio a doentes deslocados está em fase final de execução pelos técnicos”.

É uma coincidência fantástica, quase mágica. A resposta surgiu. Já estava a ser estudado e estava praticamente pronto, mas surgiu quando esta denúncia foi feita.

23 de novembro: hospital com cerca de 143 reclamações de utentes sem resposta. Há hospitais que têm queixas de doentes desde 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, dezenas delas, para serem respondidas”.

27/11: “cuidados paliativos avançam nos Açores em 2015”.

Ora aqui está uma boa notícia, não fora a Ordem dos Enfermeiros vir dizer que é preciso cuidado com este tipo de implantação, porque faltam recursos humanos (problemazinho!).

27/11: “enfermeiros dizem que a qualidade na saúde continua a marcar passo”.

Não vou ler conteúdos porque já não tenho tempo.

28/11: “unidade de saúde garante estar a dar apoio financeiro a uma criança que durante 10 meses foi vista no Centro de Saúde de Vila do Porto (o Sr. Secretário conhecerá o assunto melhor do que eu) mas que na realidade passaria fome, aqui, em São Miguel, para a ilha onde foi e para o hospital para onde foi, não fora o grupo de mães açorianas e o projeto Irmão Solidário a apoiá-la, a ela e à família.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma vergonha!

Deputado Francisco César (PS): Vergonha?!

A Oradora: 23 de dezembro: “administração do hospital da Ilha Terceira demite-se em bloco”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira! Não se demitiu! Só se demitiu um!

A Oradora: Esta aqui é engraçada, Sr. Secretário! Demite-se em bloco!

Agora sabe o que diz aqui? “Contatado pela Lusa, o Secretário Regional da Saúde não quis prestar declarações e o Gabinete de Comunicação e Imagem do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira também não quis prestar declarações”.

É bom perguntar: por que é que preciso um Gabinete de Comunicação e Imagem que se recusa a prestar declarações? Isto é tudo mau de mais para ser verdade, Sr. Secretário.

Mais.

4 de dezembro: “utentes dos centros de saúde pagam exames”.

6 de dezembro: “utentes dos centros de saúde já não pagam exames”.

Sr. Secretário Regional, minimalista e aleatório, como eu lhe disse.

Ou seja, o senhor chamou-lhe reestruturação, reorganização da saúde. Faça-nos o favor de neste momento, de uma forma honesta e franca, de reconhecer o seguinte:

Isto foi uma desorganização, um desnorte, um apagar fogos, um navegar à vista e não tem sido mais do que isso.

Os custos com a saúde aumentam.

A insegurança das pessoas e dos profissionais da saúde também aumenta, porque não é só a insegurança dos doentes, é também a insegurança de quem os trata e o caso dos Cuidados Intensivos da Terceira é um bom exemplo desta insegurança, quer das pessoas, quer dos doentes, quer daqueles que os tratam.

As listas de espera aumentam.

Os centros de saúde fecham valências.

Os centros de saúde fecham à noite.

Os médicos de família continuam a escassear. Só em São Miguel faltam 30.

Os meios de diagnóstico são racionados e mais caros.

O acesso ao Serviço Regional de Saúde está cada vez mais difícil.

Os pobres que mais precisam dele, porque não podem ir aos privados, são cada vez mais penalizados.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Isso não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! É a medida certa para fazer política!

A Oradora: Depois, Sr. Secretário Regional da Saúde, “a cereja em cima do bolo”:

Perante um quadro que é um autêntico desastre, o Bloco de Esquerda considera, Sr. Secretário, uma vergonha que o senhor venha anunciar, com pompa e circunstância, que os futuros tratamentos da radioterapia nos Açores serão os mais caros do país, sem dizer em quanto e porquê.

Esta é uma pergunta que lhe deixo neste momento: em quanto é que vão ser mais caros e por que é que vão ser os mais caros do país?

O que o senhor provavelmente não quer dizer é que os tratamentos em radioterapia, a existirem nos Açores, serão os mais caros do país por causa dos negócios pouco claros nesta área...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Até que enfim!

A Oradora: ... que o senhor e o Governo Regional promovem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Favorecer privados! Favorecer *lobbies*!

A Oradora: E como cada vez mais nos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que favorecem *lobbies*!

A Oradora: Desconte-me este bocadinho, Sra. Presidente.

Presidente: Será descontado naturalmente. Srs. Deputados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peço desculpa!

A Oradora: Como cada vez mais nos Açores não há dinheiro para atender às necessidades básicas da população, mas há dinheiro para negócios internos e externos à Região, ...

Deputado André Bradford (PS): Colégio do Castanheiro!

A Oradora: ... pouco claros, mal explicados e todos eles à custa do dinheiro de todos e todas nós.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: A segunda pergunta que lhe coloco, Sr. Secretário Regional, é esta:

O senhor sente-se, de facto, genuinamente confortável com esta barafunda, com esta trapalhada, com esta opacidade, ou está disposto a recomeçar de novo corrigindo, corrigindo e corrigindo o que tem sido mal feito, e é muito.

É que isto, para pegar nas palavras do Sr. Deputado Cabral, é que é a essência da política, é corrigir aquilo que está errado.

E muito do errado é da sua responsabilidade.

Muito obrigada.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária...

(Diálogo entre a Deputada Zuraida Soares e o Deputado André Bradford)

O Orador: Agora a Sra. Deputada Zuraida Soares vai fazer-me o desconto no tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tão sensíveis que eles hoje estão!

O Orador: ...Sr. Secretário Regional, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, e sobretudo Sra. Secretária Regional da Presidência, agradeço que da próxima vez que o Governo tenha uma comunicação me comunique previamente qual é o tema e o assunto, porque é essa a exigência que o Sr. Secretário faz à oposição.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Percebeu mal, Sr. Deputado!

O Orador: No debate de urgência, Sr. Secretário, eu indiquei o tema: Serviço Regional de Saúde. Foi efetivamente disso que eu tratei.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Percebeu mal!

O Orador: O Sr. Secretário Regional queria conhecer previamente os temas que nós íamos tratar.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Era interessante!

O Orador: Sabe quem é que fazia isso, Sra. Secretária Regional? No tempo da ditadura, em que as coisas iam a lápis azul, iam a censura prévia.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Era mais o que faltava! Mantenha as coisas com a dimensão que elas têm!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sra. Secretária, eu sei que custa ouvir isto.

O Sr. Secretário queixou-se – a senhora ouviu e todos nós ouvimos – que eu trouxe para aqui uma coisa genérica em vez de trazer os temas para ele poder explicar.

Aliás, Sr. Secretário, ainda estou à espera do *mail* que lhe mandei e que o senhor não teve a delicadeza de me responder.

Mandei-lhe um *mail* a fazer um pedido e o senhor até hoje ainda não me respondeu. Já lá vai mais de uma semana.

Portanto, está lá no seu *email*, no da Secretaria e no Chefe de Gabinete.

Até hoje não me respondeu. O senhor, daí, já tirava algumas ilações.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado pode fazer um requerimento!

O Orador: O senhor disse aqui que quando nós precisássemos de informações que lhe mandássemos pedir. Mandei pedir, Sr. Secretário. Não tive resposta.

Deputado Berto Messias (PS): Por que é que não fez um requerimento, Sr. Deputado?

O Orador: Tirando essa parte, Sr. Secretário, é óbvio que o Governo deve comunicar, segundo o Sr. Secretário, o tema da sua próxima comunicação.

Sr. Secretário, vem o senhor dizer que não julga ninguém na praça pública? É o que o senhor faz todos os dias!

O senhor chegou aqui e denunciou que havia médicos que faziam infrações graves na fisioterapia; o senhor denunciou aqui que havia médicos que faziam atestados falsos.

Quem andou a julgar as pessoas na praça pública foi V.^a Ex.^a!

V.^a Ex.^a é que andou até agora a fazer denúncias socorrendo-se de uma irregularidade para fazer uma maldade, Sr. Secretário Regional da Saúde. Foi isso que o senhor fez até agora.

Portanto, não tem sequer nenhuma credibilidade para vir dizer o que disse.

Já agora, Sr. Secretário, relativamente às razões de demissão do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira não são razões de justiça. Ou são? São razões políticas!

O senhor ainda não referiu aqui quais foram as ponderosas razões que o levaram a demitir. E eu insisto porque apenas se demitiu uma pessoa naquele dia.

É ou não verdade que o senhor pegou no relatório do instrutor e mandou para avaliação ao Inspetor Regional da Saúde? E pegou nesses dois documentos e mandou para o Conselho de Administração? Género de ameaça! O que levou a que uma pessoa se demitisse.

Não se demitiram todos! Esta é que é a verdade, Sr. Secretário Regional.

O senhor aproveitou e demitiu tudo.

Sr. Secretário Regional, eu pego nas palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares: o senhor sente-se confortável fazendo o que faz? Sente-se confortável nesse lugar, Sr. Secretário Regional?

Sr. Secretário Regional, não sou eu que vou pedir a sua demissão.

Deputado André Bradford (PS): Até porque já o fez!

Deputado Berto Messias (PS): E no passado recente!

O Orador: Já o fiz no passado. Já o fiz várias vezes no passado.

Agora, Sr. Secretário, a decisão está na sua consciência (na sua consciência, Sr. Secretário!).

O senhor sente-se confortável nesse lugar fazendo o que faz às pessoas todos os dias?

Sr. Secretário, sobre o relatório de Cuidados Continuados, o senhor não tem conhecimento?

O senhor insinuou que alguém me tinha feito chegar o relatório?

O senhor insinuou? Foi isso que o senhor disse?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi!

O Orador: As informações que eu tenho, Sr. Secretário... Mais uma vez o senhor julga as pessoas na praça pública. Difama na praça pública como acabou de difamar o Dr. Eduardo Ferraz da Rosa.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Credo!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sim, sim, sim!

O Orador: O que eu citei está aqui no jornal, no “Diário Insular”, Sr. Secretário.

Ninguém me deu o relatório!

O senhor levantou um falso testemunho sobre um cidadão, sobre um funcionário competente que era seu funcionário. Já agora diga: por que é que ele se demitiu ou por que é que o senhor o demitiu?

“Relatório arrasa implementação dos Cuidados Continuados” – “Diário Insular”.

O que eu citei está aqui, Sr. Secretário.

O senhor levantou aí uma falsidade, um falso testemunho sobre um cidadão chamado Eduardo Ferraz da Rosa.

Não tenho nenhum relatório!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Tem que pedir desculpa!

O Orador: Só tem que pedir desculpa à pessoa visada e a mim.

Sr. Secretário, fiquei sem saber nada. O senhor vai fechar a Unidade dos Cuidados Intensivos do hospital de Angra, Sr. Secretário, como disse na Comissão? Vai ou não vai? É outra pergunta, Sr. Secretário. Vai ou não vai fechar? Assuma aquilo que disse em Comissão e a idoneidade do serviço, Sr. Secretário.

Quem é o Diretor de Serviço, Sr. Secretário, dos Cuidados Intensivos do Hospital de Angra? Quem é?

Onde é que estão as equipas dos Cuidados Paliativos e Continuados nos Açores, Sr. Secretário? Onde estão?

E a radioterapia, Sr. Secretário?

Já agora, Sr. Secretário, também lhe pergunto onde é que ela vai ficar e porquê?

Essa é a decisão racional, Sr. Deputado Luís Maurício?

Decisões planeadas e racionais é o que se exige para o Serviço Regional de Saúde e presumo que é isso que o PSD defende.

Deputado Luís Maurício (PSD): Claro! Já defendeu!

O Orador: Estou convicto nessa matéria.

Sr. Secretário, qual é a decisão racional e que melhor protege os doentes?

Outra pergunta, Sr. Secretário (está aqui, isto é de 2012 e é também de V.^{as} Ex.^{as}):

“A instalação de um Centro de Medicina Nuclear nos Açores.”

Onde está o Centro de Medicina Nuclear nos Açores, Sr. Secretário? Onde para? Também são dois projetos PIR! Onde está, Sr. Secretário? O que é que o senhor fez até hoje sobre isto? Nada! Afundou!

Sr. Secretário, o que o senhor fez foi inventar... O senhor não é que inventou as taxas moderadoras, é certo, não é da sua autoria, tem as refinado.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): O senhor explique essa afirmação!

O Orador: Sr. Secretário, vou ler-lhe aqui uma frase e vou perguntar-lhe se o senhor hoje subscreve o que eu lhe vou ler. Eu já falei de propaganda. Isto é propaganda pura!...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique as taxas moderadoras!

O Orador: Propaganda pura! Propaganda pura, própria de determinadas políticas.

Sr. Secretário, mais e melhor saúde para os açorianos. Vou citar, vou ler:

“Sabia que os açorianos são os únicos – vou sublinhar: únicos – utentes do país do Regime Geral da Segurança Social que são reembolsados pelos exames, tratamentos, consultas e análises feitas no setor privado?”

Mantém isto, Sr. Secretário, hoje? Isto é verdade, o que está aqui escrito? É ou não é verdade?

“Enquanto no resto do país um utente suporta a totalidade destes custos, nos Açores o Governo decidiu manter e em alguns reforçar estes reembolsos.”

Isto é verdade? Os açorianos são os únicos portugueses a terem reembolsos na saúde? Confirma isto? Sr. Secretário, confirma ou não? Sim ou não?

Deputado Ricardo Cabral (PS): São os madeirenses!

O Orador: O que está aqui é verdade ou é mentira? É tão simples quanto isto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está aqui com a bandeira dos Açores!

O Orador: Olhe para mim, Sr. Secretário: sim ou não?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Dos madeirenses!

O Orador: É a bandeira dos Açores!

Sim ou não, Sr. Secretário?

Os únicos!

Sr. Secretário, sim ou não?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, sim!

O Orador: Sim ou não?! É o que está aqui escrito! Os açorianos são os únicos utentes no país a terem reembolsos, Sr. Secretário.

Isto é uma informação – já não é sua! – do Governo Regional dos Açores, Sr. Secretário!

Se isto for mentira, acho que não precisa mais nada para o senhor se sentir totalmente desconfortável nesse lugar, que aí, sim, está a fazer propaganda enganosa, publicidade enganosa e nalguns casos isso até é crime, Sr. Secretário.

Sr. Deputado José San-Bento, não posso deixar de fazer referência à sua intervenção, e faço à dama de ferro, Sr. Deputado, que quer dizer “cautela, açorianos: vem a austeridade... a austeridade...”

Deputado José San-Bento (PS): Exigência, estabilidade!

O Orador: ... para cima dos açorianos pela dama de ferro”, contratada pelo Partido Socialista. É a dama de ferro que vai agora impor austeridade na saúde, mais do que aquela que já está aí, Sr. Deputado José San-Bento.

O senhor hoje não precisa dizer mais nada. É a austeridade na linha daquela que o senhor defende.

Quanto às acusações, Sr. Deputado José San-Bento, era bom...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor vai ter oportunidade de fazer perguntas à senhora!

O Orador: ... que dissesse quais são os lobbies, se são da radioterapia, de que empresa são e quem andou a beneficiar privados, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): A beneficiar privados? O senhor dobre a língua!

O Orador: Diga lá: quem andou a beneficiar privados em PIRs e nessas coisas todas? Quem foi, Sr. Deputado? Na radioterapia, nos isótopos, nos projetos PIR, a APIA, etc..

Quem beneficiou, Sr. Deputado? Quem beneficiou?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A vossa referência é a dama de ferro! Grande referência!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento... Sra. Secretária Regional...

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, eu peço desculpa mas a Sra. Secretária pediu a palavra para uma interpelação?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para um protesto!

Um protesto face às declarações do Sr. Deputado Artur Lima que insiste em benefícios a privados na radioterapia...

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que, além de que devo em nome da honra do Governo protestar pelas afirmações que foram feitas, queria lembrar à câmara que houve uma Comissão de Inquérito sobre a saúde que abordou todas essas questões...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e que tem um relatório que foi emitido.

Aliás, a Sra. Deputada Zuraida Soares, à semelhança do que fez em muitas outras comissões, logo no início decidiu que não participava,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São dois protestos!

Deputada Zuraida Soares (BE): Diga quais!

A Oradora: ... vá lá saber-se porquê.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, este é um protesto....

A Oradora: Mas não posso deixar de passar sem uma referência estas constantes afirmações que põem em causa a idoneidade do Governo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima tem direito a um contraprotesto.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, também quero usar da palavra para um protesto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem direito! Tem que protestar!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tenho direito, tenho. Foram feitas afirmações e tenho que me defender!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Secretária Regional, lembra-se tão bem como eu da Comissão de Inquérito...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Lembro-me! Fui eu que presidi!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima possa fazer o contraprotesto.

O Orador: Lembra-se tão bem como eu do desenrolar dos trabalhos da Comissão de Inquérito ou até se calhar melhor do que eu.

Tenho aqui excertos e podia ir buscar o resto.

É estranho, quando se levanta aqui um anátema sobre interesses privados, ninguém se ofende, como o Sr. Deputado José San-Bento sobre uma classe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado! É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Apoiado!

O Orador: Sra. Secretária, se bem se lembra e se quiser ser absolutamente honesta comigo, vai-se lembrar do que disse o anterior Governo. Que o Governo não atuava à semelhança de alguns na defesa de interesses privados. Sabe quem é que disse isso?

Deputado André Bradford (PS): Não se ofendeu?!

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja sério!

Deputado André Bradford (PS): Eu ofendia-me!

Deputado Francisco César (PS): Não é uma questão de ser sério!

O Orador: Lembra-se? Lembra-se tão bem como eu, Sra. Secretária.

Eu continuo a achar, porque fundamentei na Comissão de Inquérito, e porque sou coerente, que isto se trata de favorecer interesses privados. E na altura disse porquê, mas eu vou ser coerente, Sra. Secretária. Porque achava que os senhores deviam uma fortuna à empresa Quadrantes e os senhores disseram que não era verdade, mas a verdade vem sempre ao de cima, Sra. Secretária.

Depois, quando se esqueceram do assunto, vem um requerimento que eu fiz e a dívida à empresa Quadrantes que os senhores responderam em 16 de maio de 2014, é Sra. Secretária, de quase 2 milhões de euros.

Fundamentadas razões tenho eu...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e são fundamentadas nisto, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não, não são, Sr. Deputado!

O Orador: São fundamentadas nos projetos PIR que foram dados e nunca concretizados; são fundamentadas nos projetos PIR que a APIA atribuiu a determinadas pessoas.

Sra. Secretária Regional, eu fundamento. A APIA é uma agência...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Estou no meu direito!

Deputado Francisco César (*PS*): A APIA não existe!

O Orador: Em democracia. Eu estou apenas no meu direito e com todo o respeito por V.^a Ex.^a a fundamentar aquilo que eu disse.

Só para concluir,...

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... a minha acusação e suspeita não é destituída de fundamento.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tinha pedido a palavra.

Julgo que será pelo facto do seu nome ter sido invocado.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Exatamente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários:

Eu gostava de pedir à Sra. Secretária que dissesse quais foram todas as comissões de inquérito em que o Bloco de Esquerda não esteve presente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Eu não disse todas!

A Oradora: Não, não! A senhora disse todas.

Disse variadíssimas, disse todas.

Variadíssimas! Diga-me quais foram as variadíssimas.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Fajã do Calhau! Antes de aprovar o relatório a senhora saiu!

A Oradora: Desculpe!...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem que manter...

A Oradora: Sra. Secretária...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares...

A Oradora: Fajã do Calhau, o Bloco de Esquerda não saiu de coisa nenhuma.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares...

A Oradora: A senhora tem que fazer o favor... Sra. Presidente, desculpe mas eu tenho que dizer isto.

Presidente: Tem que manter o protesto.

A Oradora: Eu estou a protestar.

A Sra. Secretária tem que se preparar quando vem para esta câmara...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): E a Comissão de Inquérito aos Navios, Sra. Deputada?

A Oradora: ... para saber aquilo que diz e não pode vir para aqui fazer afirmações falsas. Tem que se preparar melhor.

O Bloco de Esquerda não saiu de nenhuma Comissão de Inquérito da Fajã do Calhau, até porque foi o Bloco de Esquerda que a pediu.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): E na Comissão de Inquérito aos navios, a senhora esteve até ao fim?

A Oradora: Portanto, a senhora tem que preparar-se melhor antes de vir para aqui.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): E a dos barquinhos? E a dos navios?

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamos falar dos barquinhos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e a Sra. Deputada Zuraida Soares)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados....

Deputado Francisco César (PS): E na dos navios, por que é que te foste embora?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e a Sra. Deputada Zuraida Soares)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não vamos manter o debate interbancadas sobre esta questão.

Pergunto à Sra. Secretária Regional se quer usar da palavra para um contraprotesto?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não!

Presidente: Sendo assim vamos continuar com o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado José San-Bento a quem dou a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O homem de ferro!

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por refutar em absoluto esta visão que aqui alguns partidos tentaram introduzir confundindo a árvore com a floresta.

É bom que se diga (e eu vou reiterar estes números) que estamos a proceder a um enorme esforço de financiamento no Serviço Regional de Saúde.

Em 2015 atingiremos 291 milhões de euros. É um reforço de 5% face ao ano corrente e isto significa que está a haver canalização de mais recursos, porque é cada vez uma maior prioridade para o setor da saúde.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a parceria com o hospital de Angra?

O Orador: Isto não são números que se perdem em estruturas burocráticas.

Só para terem uma ideia, nos últimos cinco anos, temos ao nível dos hospitais mais 15% de médicos, mais 12% de enfermeiros, mais 19% de técnicos de diagnóstico e terapêuticos.

Ao nível das unidades de saúde temos mais 10% de médicos, mais 7,6% de enfermeiros...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E por que é que o serviço não funciona?

O Orador: ... e mais 12% de técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Portanto, estamos a ter um esforço enorme e isto tem, como fica comprovado neste número, uma tradução prática ao nível da resposta do sistema, da acessibilidade aos cuidados, da qualidade dos cuidados. Isso tem que ser devidamente salientado.

Nos últimos três anos, por exemplo, os hospitais aumentaram 13% a sua capacidade de consultas e as unidades de saúde de ilha mais 6%. Isto significa que se está a prestar um melhor serviço às populações. Portanto, isto refuta por completo a ideia de que está a haver aqui uma redução dos cuidados de saúde, está a haver um desmantelamento do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Presenciais ou não presenciais?

O Orador: Aliás, isso está a verificar-se no continente, onde nesta Legislatura o Governo cortou 2.703 milhões de euros. Aí sim, aí está a cortar-se, restringir-se e é uma profunda austeridade que está a ser implementada.

Por isso é que o relatório da OCDE...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está incomodado!

O Orador: ... diz que “as famílias gastam cada vez mais dinheiro do seu bolso com a saúde”.

Deputado Luís Garcia (PSD): E não é assim nos Açores?

O Orador: Isto é aquilo que uma organização internacional idónea diz sobre o nosso país e não tem aplicação em relação aos Açores, como aliás já referi.

Não tem, porque aquilo que se está a fazer são, como eu já referi várias vezes, a implementação de reformas que alteram a estrutura, diversos processos e também várias metodologias que estão dentro do Serviço Regional de Saúde...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é um eufemismo! É uma figura de estilo!

O Orador: ... mas isso com vista a prestar um serviço cada vez melhor.

Sra. Deputada Zuraida Soares, acho muito estranho que a senhora não reconheça a importância que o Governo deu à prioridade de maximizar a capacidade de resposta instalada no setor público.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Pensei que essa fosse uma das linhas de orientação que o Bloco de Esquerda reconhecesse, porque de facto essa forma é da maior importância e este é o caminho acertado.

A senhora poderá sempre vir aqui fazer um exercício demagógico com um recorte de imprensa, que não foi a senhora que fez certamente, mas isso não significa que seja uma ideia correta nós generalizarmos aquilo que são casos particulares. Essa é sempre a tendência de alguma oposição, sobretudo uma oposição demagógica como é característica do Bloco de Esquerda.

Generalizam casos particulares e tentam da exceção fazer uma regra, só que isso não é verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mais. Os açorianos sabem que não é verdade...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e por isso é que têm uma altíssima apreciação sobre a qualidade do serviço Regional de Saúde...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na Graciosa têm! Se calhar não consideram-na na população açoriana!

O Orador:... que existe para os servir...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que cada vez será melhor para os servir.

Sra. Deputada e Sr. Deputado Artur Lima, é bom que nos entendamos.

Eu já assisti (nós já assistimos!) a essa tentativa que a senhora não resiste nestes momento, que é uma verdadeira ignomínia de tentar lançar a ideia de negociatas e de jogos em relação a certas questões relacionadas com o Serviço Regional de Saúde.

Nós já fizemos uma Comissão de Inquérito precisamente para tratar esses assuntos e essa Comissão foi absolutamente clara ao refutar em absoluto essa promiscuidade que os senhores aqui quiseram fazer valer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que a chamou!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas isso não foi provado.

Portanto, Sra. Deputada, nós não admitimos lições de seriedade da sua parte.

Digo-lhe mais: se a senhora quer vir aqui fazer esse tipo de acusação demagógica vai ter que o provar...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque é isso que se exige a um Deputado que assume responsabilmente as suas funções.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Para terminar queria só relembrar que nós estamos a falar de uma reforma importante de um setor da maior complexidade nos nossos Açores.

Portanto, há sempre casos (nós reconhecemos isso!), casos particulares, algumas questões que surgem, que são problemas que são resolvidos e não são resolvidos de uma forma negligenciável, como também se tentou fazer passar aqui. De forma alguma.

São tratados como têm que ser tratados, mas são situações que são particulares, não são generalidades. Não se pode da exceção fazer a regra.

Estamos a falar de um sistema que está espalhado por nove ilhas, tem três hospitais, nove unidades de saúde de ilha, dezasseis centros de saúde.

Faz mais de 600 mil consultas por ano, tem mais de 350 mil consultas de especialidade, tem mais de 3 milhões de análises clínicas e faz dezenas de milhares de cirurgias.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é um sistema de enorme complexidade.

Alguns partidos vêm para aqui falar da exceção e nos poucos casos que não correm bem.

Nós falamos nos milhões de casos que correm bem...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e naquilo que é um bom sistema, que trabalha 365 dias por ano a procurar servir sempre cada vez mais e melhor a nossa população de cerca de 250 mil habitantes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Continuo a aguardar resposta do Sr. Secretário para dizer se isto que está aqui é verdade. Continuo a aguardar resposta. Se isto é verdade agradeço que se inscreva para esclarecer este assunto.

Se é verdade o que está aqui escrito que compromete o Governo Regional dos Açores.

O senhor escreveu isto aqui que compromete todo o Governo. Está aqui o símbolo do Governo dos Açores, com essas afirmações.

Quero saber se isto é verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Fica para as estatísticas!

O Orador: É para a comunicação social, esse número, para o senhor ficar descansado.

Sr. Deputado José San-Bento, ainda bem, o senhor, realmente, é um homem que tem ideias interessantes.

Deputado José San-Bento (PS): Raramente!

O Orador: Ainda bem que citou a OCDE, um organismo idóneo, Sr. Deputado José San-Bento.

Sabe que lugar atribui a OCDE aos Açores, a nível de saúde, Sr. Deputado José San-Bento? O último! O último!

Sr. Deputado José San-Bento, o último lugar.

Norte, Lisboa, Alentejo, Açores, Madeira. Sabe qual é o lugar dos Açores? O último.

Deputado José San-Bento (PS): Resultado de quê? Do critério!

O Orador: Do relatório da OCDE que classifica ...

Deputado José San-Bento (PS): Qual é o critério?

O Orador: O critério é o da OCDE.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma folha de couve! Veja as estatísticas!

O Orador: Isto é uma folha de couve?

A ignorância realmente é atrevida ...

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: ... e o senhor para além de ignorante, é atrevido.

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: É o relatório da OCDE, que classifica ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas quais são os parâmetros de trabalho?

O Orador: Eu farei chegar à Mesa, Sra. Secretária, o relatório da OCDE ...

Deputado José San-Bento (PS): Quais são os indicadores?

O Orador: Está aqui, Sr. Deputado. Tenho! Estão aqui todos.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não tem validade nenhuma!

O Orador: É o mesmo relatório que avalia os Açores ao nível da educação e vou dizer-lhe quais são os pontos que avalia, Sr. Deputado José San-Bento, para esclarecer a sua ignorância e o seu atrevimento. Ignorância ainda é pior, mas a ignorância é atrevida.

Presidente: Sr. Deputado, vamos ter atenção à adjectivação.

O Orador: Peço desculpa.

Sra. Presidente, quando um Deputado diz que eu tenho aqui uma folha de couve, que é impresso do site oficial da OCDE, é um Deputado que é ignorante e que é atrevido!

Presidente: Sr. Deputado, já lhe pedi atenção à adjectivação.

O Orador: Digo, aquele senhor é ignorante e é atrevido!

O relatório é da OCDE, vou fazê-lo chegar depois, e classifica os Países e as Regiões em: educação, trabalho, segurança, saúde e ambiente.

Por acaso no ambiente os Açores estão em primeiro lugar. Por acaso no ambiente estão em primeiro lugar, com 9.9, Sr. Deputado San-Bento, no relatório da OCDE.

Na saúde estão em último lugar, Sr. Deputado José San-Bento.

É o relatório da OCDE, não fui eu que o fiz, os critérios não os arranjei.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não tem validade nenhuma!

O Orador: E os critérios que são aplicados aos Açores são os mesmos que são aplicados ao Algarve, ao Norte e ao Sul, Sr. Deputado.

Os critérios são os mesmos. O senhor está em último lugar. “O peixe morre pela língua”, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Não senhor!

O Orador: O senhor citou a OCDE e a OCDE diz que o seu Serviço Regional de Saúde, aquele que o senhor defende, aquele que o senhor diz, é o pior de Portugal.

Deputado José San-Bento (PS): Não é seu! É nosso! Não é dele!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para inscrever-me.

Presidente: Vou inscrevê-lo então.

Sra. Deputada Zuraida Soares, vou dar-lhe a palavra, não sem antes apelar à sua capacidade de síntese, porque tem mesmo muito pouco tempo.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para convidar o Sr. Deputado José San-Bento a ler os dois Relatórios do Tribunal de Contas que por duas vezes seguidas chumbaram a realização de uma Parceria Público Privada, ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas isso é negociável?

A Oradora: Já acabei?

... para a instalação da radioterapia na nossa Região e se o senhor ler com atenção e fizer o trabalho de casa, nesses dois relatórios, está lá, preto no branco, que uma das principais razões, se não a principal para esses dois chumbos do Tribunal de Contas, é que era mais barato ao erário público, ser uma iniciativa pública do que ser uma iniciativa privada.

Portanto, se apesar destes chumbos, duas vezes, com as justificações todas completas do relatório ...

Deputado José San-Bento (PS): O que é que isso quer dizer?

Fez muita falta a senhora não ter participado na Comissão!

A Oradora: Quer dizer que só é privado porque é negócio e é negócio para dentro e para fora da Região e quando o senhor quiser que lhe prove isso fazemos um debate sobre o assunto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo com esta última intervenção.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem agora a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Vai ter que provocar um debate de urgência sobre isso em janeiro!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode!

Deputado Berto Messias (PS): Não pode? Porquê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque a Sra. Presidente não permite! O Regimento permite, mas a Sra. Presidente não autoriza! Diz que não pode! O anterior Presidente permitia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era um homem com formação democrática!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a hora de almoço aproxima-se, no entanto enquanto aqui dentro estivermos temos que manter a nossa postura de forma a que todos possam intervir quando assim o permito.

A verdade é que o Sr. Deputado João Bruto da Costa já se levantou e acabou por ter que sentar-se porque infelizmente não estavam reunidas as condições para que ele pudesse fazer a sua intervenção.

Por isso apelo a todos o favor de se manterem em silêncio para que seja possível ouvir o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, torna-se recorrente, quando falamos de saúde nesta Assembleia, eu ter que fazer uma intervenção porque de facto é um problema que toca sobremaneira aos graciosenses.

É um problema recorrente, os problemas que se vão repetindo na Graciosa.

Infelizmente, o tempo vai passando e este Governo vai já a meio desta Legislatura e, felizmente, hoje, segundo a comunicação social, parece que parte do problema da falta de medicamento pode eventualmente ficar resolvido a partir da próxima semana, através da abertura de um posto farmacêutico, mas tenho que recordar que foram dois anos, dois anos de sofrimento, ou estão a ser dois anos de sofrimento pela falta de medicamentos na Graciosa.

Todos nós quando saímos da Graciosa trazemos sempre uma receita porque não há medicamentos à venda naquela ilha. Isto, Sr. Secretário, é desde que o senhor está em funções, ainda antes do senhor estar em funções que se começou a denunciar este problema.

Infelizmente, nem todos o denunciaram, mas é verdade que fizemos um grande esforço para que o Governo atuasse em consonância com a solução que era exigida e infelizmente todo este tempo foi apenas um tempo de sofrimento para a população da Ilha Graciosa.

Mas continuam outros problemas: são as consultas que levam muito tempo a ser marcadas, são as deslocações de especialistas que teimam em não aparecer, são

as deslocações dos doentes aos especialistas que teimam em não ser aprovadas, a não ser quando realmente a comunicação social tem oportunidade de denunciar casos particulares e logo aparece alguém a resolver esse problema.

Dá ideia de que parece que a saúde na Graciosa funciona apenas por denúncia e por comunicação pública. Não há propriamente vias de comunicação com a administração da saúde na ilha para que os problemas deixem de existir, ou pelo menos tenham uma forma de tratamento diferente daquela que tem sido até agora.

Infelizmente, parece que tudo vai continuar como dantes na saúde na ilha, porque de facto são poucas as decisões que venham dar algum conforto àquela população.

Dizia o Sr. Deputado San-Bento, na sua intervenção, que nunca como agora se confiou tanto nos cuidados de saúde; que nunca como agora os açorianos tiveram uma perceção de melhoria nos cuidados de saúde.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não me ouve!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não vive neste mundo!

Deputado Bruno Belo (PSD): Deve ter vindo dos Estados Unidos!

O Orador: Sr. Deputado, peço desculpa, eu convido-o a ir à Graciosa.

Já convidei o Sr. Secretário, no último debate que tivemos sobre saúde, a fazer um exercício, vestir a sua bata branca, colocar o estetoscópio (está bem que o Sr. Deputado não o pode fazer) e ir à Graciosa ouvir as pessoas, em privado. Fale com elas! Pergunte-lhes, sem ser nada de público ou publicitário! Pergunte às pessoas se têm uma perceção de melhorias nos cuidados de saúde! Pergunte àqueles que denunciaram publicamente situações de tragédia humana que se têm vivido na Graciosa, se nunca como agora houve tanta confiança nos cuidados de saúde!

Deputado José San-Bento (PS): Satisfação!

O Orador: Queria perguntar-lhe se as estatísticas da saúde que V.^a Ex.^a citou, por exemplo, relativamente ao número de consultas nos centros de saúde, se essas consultas englobam na mesma estatística as consultas presenciais e as não presenciais?

Deputado Francisco César (PS): Resta saber é se o seu partido se revê ou não naquilo que o senhor está a dizer!

O Orador: Se são todas cobradas como presenciais, aquelas consultas em que a pessoa vai lá ao centro de saúde buscar a receita médica, se depois na estatística aparece diferenciada ou se é tudo metido no mesmo envelope e tudo cobrado ao mesmo preço?

Deputado José San-Bento (PS): Não, não é!

O Orador: Queria que me respondesse a isso, se souber, e senão souber talvez o Sr. Secretário saiba, se essa estatística está empolada, é verdadeira ou corresponde à realidade de consultas efetivamente prestadas?

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade! Isso é o seu tiquezinho azedo!

O Orador: Já agora, Sr. Secretário, não resisto em dizer-lhe.

V.^a Ex.^a tem encontrado graciosenses para tudo o quanto é presidência de conselho de administração de hospital nesta Região. Infelizmente, parece que não consegue encontrar administração para a saúde na Graciosa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Já imagino que hoje seja capaz de anunciar-me um novo conselho de administração.

Pena é que isso não seja uma prenda de Natal para os graciosenses, seja apenas a continuação do mesmo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra porque de facto o Sr. Deputado Artur Lima acabou de citar um estudo da OCDE, que é verdade, que é de 2014. É um estudo que está publicado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Afinal há, Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: Mas o Sr. Deputado Artur Lima, esqueceu-se de ler um bocadinho atrás. Esqueceu-se de ler o que está escrito pelo relatório da OCDE (que é igual ao que ele tem ali): “os resultados do estudo devem ser analisados com cuidado de manter presente a forma como são formuladas as dimensões”.

É logo uma recomendação que este estudo faz.

Por isso é preciso cuidado quando se interpreta este estudo.

Diz mais à frente, por exemplo, avalia o acesso aos serviços com a percentagem de implementação da banda larga; a saúde com a esperança de vida à data do nascimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E mais? E a seguir? Leia tudo!

Deputado Francisco César (PS): O senhor tem o relatório! Leia-o!

O Orador: Este é de facto o padrão em que foi avaliado os cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a seguir? Leia tudo!

O Orador: Quer que eu leia isto tudo? Não vale a pena.

O que está aqui, esperança de vida e a taxa de mortalidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: A taxa de mortalidade nos Açores, Sr. Deputado Artur Lima, se for ver às estatísticas oficiais, tem-se mantido estável ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a OCDE, senhor!

O Orador: ... o que quer dizer que não só os cidadãos açorianos e açorianas tem sabido cuidar da sua saúde, como também os serviços têm tido capacidade de resposta para tratar essas situações.

Está estabilizada nos últimos anos por isso não podemos fazer uma classificação e uma apreciação do Serviço Regional de Saúde e da qualidade da saúde dos seus cidadãos, por esta situação.

Isto é um estudo verdadeiro, está aqui...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ouvir, Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: ... agora o que é preciso é ter em conta o que o próprio estudo diz, é que é preciso analisar com cuidado estes valores e manter a fórmula e a maneira como são tratados os assuntos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veja o que está ali, Sr. Deputado Rogério Veiros!

Deputado Rogério Veiros (PS): Eu tenho-o!

O Orador: Isto era uma coisa que eu gostaria de esclarecer.

Outra questão: gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Artur Lima e isso era uma pergunta que lhe fazia.

Levantou aqui a questão de um estudo que é provavelmente do conhecimento do Sr. Secretário, sobre Cuidados Continuados (o Grupo Parlamentar e eu, pessoalmente não conheço esse estudo, a não ser aquilo que vem na comunicação social). Eu só gostava de saber é como é que esse estudo chegou à comunicação social e quem é que fez esse estudo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pergunte ao Governo!

O Orador: Era muito bom e muito importante, sabermos quem fez o estudo? Se é um estudo oficial? Quem o encomendou e como é que esse estudo vai parar à comunicação social e por quem?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está nos jornais!

Deputado Berto Messias (PS): Eu também gostava de ouvir a sua resposta, Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Eu faço a pergunta porque o Sr. Deputado Artur Lima é que abordou essa situação e eu estou a interpelá-lo nesse sentido, que é um direito que acho que me assiste.

Terceira questão: Sras. e Srs. Deputados, só queria intervir aqui numa outra questão que tem a ver com a radioterapia, que é muito importante e nós temos que ter bom senso, cuidado na apreciação deste processo.

Relembro aqui, àqueles que não conhecem a história, que os primeiros doentes da radioterapia que se deslocaram para o continente iam para o IPO, mandados pelo Centro de Oncologia dos Açores, posteriormente pela Unidade de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada.

Só para lembrar que isso iniciou-se em 1982, em Angra do Heroísmo, Centro de Oncologia dos Açores e para lembrar que isto começou com a Unidade de Oncologia Médica do Hospital Divino Espírito Santo, em 20 de dezembro de 1990.

Só por incapacidade do setor público, particularmente do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, com quem a Região tinha ligações, acordos e protocolos celebrados, é que houve necessidade da região recorrer à privada e foi através da indicação do próprio Instituto que se direccionou e contratualizou com a Clínica Quadrantes. Desde 1982 que isto acontece.

Portanto, gostaria de deixar ficar este esclarecimento para que se perceba qual foi a evolução deste processo.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): ISOPOR!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É para um protesto.

Fundamento no seguinte: já duas vezes que me acusam de ter revelado aqui um estudo.

Presidente: Peço desculpa dei-lhe a palavra porque o senhor estava inscrito. Não sei se é para intervir.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Estava inscrito? Serve Sra. Presidente.

Presidente: Estava inscrito por isso é que lhe dei a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está bem, não tem problema.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que se está a passar aqui hoje é verdadeiramente lamentável.

O Sr. Secretário já me acusou de ter revelado aqui um estudo, o que é falso e é mentira.

O Sr. Deputado Domingos Cunha, vem nesse sentido, interpelar-me: eu não tenho nenhum estudo!

O Sr. Deputado Domingos Cunha quer saber como é que o estudo chegou à comunicação social.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não!

O Orador: Eu não tenho que responder-lhe a essa pergunta, Sr. Deputado. Isto aqui é a “caça às bruxas”.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não!

O Orador: Os senhores estão incomodados mas eu vou responder-lhe à pergunta, Sr. Deputado Domingos Cunha.

Diário Insular, de 20 de abril de 2013: “Relatório arrasa implementação de Cuidados Continuados.

O documento assinado por Eduardo Ferraz da Rosa, revela a assistência domiciliária quase nula, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): O quê?

O Orador: ... falta de diálogo entre as várias instituições e caos na área dos cuidados paliativos”.

Primeiro parágrafo.

O relatório com o título “Levantamento (vírgula), avaliação e operacionalização da rede de Cuidados Continuados Integrados, situação atual e perspetivas estratégicas da política de saúde nos Açores” (fim do título), foi disponibilizado ao DI, pela Secretaria Regional da Saúde.

Deputado Domingos Cunha (PS): Pronto! Já respondeu!

O Orador: Sr. Deputado Domingos Cunha, a Secretaria Regional da Saúde é que disponibilizou. Isto está aqui e os senhores andaram a acusar e a levantar falsidades sobre aquilo que eu disse e sobre um cidadão que me teria disponibilizado o relatório.

Foi o senhor que o disponibilizou, Sr. Secretário! O senhor é que disponibilizou e sabe como e ao abrigo de que norma, Sr. Secretário Regional e vem para aqui levantar falsidades sobre os cidadãos e sobre os políticos, Sr. Secretário.

Isso é de uma falta de seriedade a toda a prova, Sr. Secretário!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Depois disto, o senhor não pede a sua demissão?

O Orador: Já agora, continuando em seriedade, responda-me a esta pergunta. Isto é verdade ou mentira?

Portanto, já não sei o que é que o senhor vai arranjar para salvar a pele, porque ela começa a ficar bem queimadinha, Sr. Secretário. Bem queimadinha!

Está aqui, a Secretaria é que deu o relatório ao Diário Insular e eu citei apenas partes daqui. Ninguém me deu nada. O que os senhores fazem aqui é perseguir cidadãos! Intimidar cidadãos e intimidar quem vem aqui denunciar as coisas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo sido interpelado diretamente, gostava de dizer com toda a frontalidade, Sra. Deputada Zuraida Soares, conheço esses relatórios, já li e deixe-me que lhe diga que nós na Comissão de Inquérito que realizámos em 2008, por solicitação da oposição, abordámos essa questão e do nosso ponto de vista esse aspeto ficou absolutamente claro.

O Governo optou por um modelo de financiamento que permite com estabilidade e cooperação com o privado assegurar este serviço.

Sra. Deputada, do nosso ponto de vista, esta questão é transparente, absolutamente sólida e portanto não há azo nenhum vir para aqui com esse tipo de acusações.

Agora, se a senhora tem um preconceito de fundo, como tem, em relação ao lucro, bem nós entramos aqui num plano de discussão ideológica, permita-me a expressão, vagamente esotérico e nós não estaremos disponíveis para isso nesta altura ...

Deputada Zuraida Soares (BE): De esoterismo já chega!

O Orador: ... nem para falar nas contradições sobre o processo de acumulação de capital, que também é uma questão muito cara ao BE. Que isso fique absolutamente claro.

Portanto, Sra. Deputada, reitero o que disse para certas afirmações que a senhora faz, a sua obrigação é prová-las e não recorrer a uma demagogia que não lhe fica bem.

Sr. Deputado Artur Lima, deixe-me que lhe diga, fiquei surpreendido com a sua hipersensibilidade.

Devo dizer-lhe que não tenho o hábito de desqualificar os meus interlocutores quando as coisas não correm bem ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e ensinaram-me que isso diz muito mais sobre quem profere essas declarações do que propriamente os visados.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso tem que ficar muito claro.

Queria dizer-lhe: o senhor apresenta uma tabela ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é uma tabela!

O Orador: ... num quarto de uma folha, eu chamei, de facto, como sendo uma folha de couve, o senhor ficou muito incomodado e depois apresentou um estudo que no fundo segue um parâmetro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é um parâmetro!

O Orador: Por isso eu estava a discordar consigo à partida, tem a ver com a esperança de vida conforme referiu o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Portanto, Sr. Deputado, para que não pense que há aqui algum problema, eu gostava de dizer-lhe qual é a fonte. A fonte daquele estudo que eu referi, um estudo da OCDE, é Health at a Glance: Europe 2014.

Portanto é isso que está aqui em causa, e este estudo sim, é um estudo profundo sobre os serviços de saúde. É profundo com inúmeros critérios.

Portanto, isso também tem que ficar claro.

Eu acho que é um juízo precipitado da sua parte, com base em dois critérios, definir o Serviço Regional de Saúde dos Açores como o pior da Europa, coisa que aliás o senhor bem sabe que não é verdade.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sabe bem isso!

O Orador: Portanto, surpreende-me essa afirmação da sua parte.

Deixe-me também que lhe diga, Sr. Deputado: nós temos que encarar e isso aplica-se a todos, com a maior das normalidades o confronto político aqui.

Essa sua tentativa de inquisitorial de colocar o Governo e o Sr. Secretário, num banco dos réus, isso é uma questão que não faz qualquer sentido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor sente-se!

O Orador: Nós estamos aqui para debater pontos de vista diferentes, para debater ideias diferentes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero saber se falam a verdade! Quero saber se os senhores são sérios!

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: ... e portanto isso é que é o espírito democrático.

Mais, ninguém faltou à verdade aqui. Foi-lhe feito uma interpelação direta para justificar uma determinada questão, o senhor fê-lo com normalidade.

Portanto, não vejo qual é o drama. Sinceramente não faz sentido essa postura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é verdade ou é mentira?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Queria perguntar, Sra. Presidente, se há algum impedimento que leve o Sr. Secretário a não participar neste debate? Se já esgotou o tempo do Governo?

Presidente: O Sr. Secretário está inscrito, só que ainda não tinha chegado à vez dele.

Deputado Rogério Veiros (PS): O Sr. Secretário fala quando a Mesa indica!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Foi extemporâneo, Sr. Deputado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dentro das diferentes questões que me foram colocadas, vou tentar respondê-las de forma sequencial por quem as colocou.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Aníbal Pires colocou uma questão relativamente à Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital de Santo Espírito

da Ilha Terceira, nomeadamente aquilo que tinha sido feito, ou não tinha sido feito, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Conselho de Administração!

O Orador: ... se havia ou não inércia, por parte da Secretaria, do Conselho de Administração sobre esta matéria.

Tivemos oportunidade de divulgar oportunamente, através da comunicação social, que tinham sido levantados dois inquéritos sobre esta matéria.

Primeiro, por parte do próprio Conselho de Administração, relativamente àquilo que eram as denúncias dentro da Unidade de Cuidados Intensivos.

O segundo, por decisão minha, por acompanhamento da IReS relativamente àquilo que tinham sido as decisões sobre esta matéria.

Tal como disse o Sr. Deputado, na sequência do primeiro inquérito, isso também já foi tornado público, há componentes de aspeto organizativo, da própria instituição hospitalar e há componentes, obviamente, também, daquilo que são as questões técnicas que a própria instituição não terá capacidade de responder, nomeadamente na avaliação daquilo que são as boas ou as más práticas médicas dentro da instituição.

Esse primeiro relatório, determina de uma forma muito clara, que sejam envolvidas a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Enfermeiros nessa avaliação.

Esse pedido foi formulado, Sr. Deputado e aguardamos neste momento que seja feito.

Não nos podemos esquecer, de qualquer forma, sobre esta matéria que entretanto o Ministério Público veio noticiar que tinha aberto um inquérito de averiguação crime sobre este caso.

Por isso, tendo em conta este facto, os dados que são alvo desses inquéritos passam a ter um dever de sigilo confidencial naquilo que é o âmbito do segredo de justiça.

É dentro desse âmbito que nós temos vindo a tomar as decisões que temos tomado sobre esta matéria.

Por isso não houve inércia sobre essa questão, Sr. Deputado, houve sim, necessidade de tomar decisões fundamentadas, até porque se trata de uma questão de sensibilidade para todos nós e principalmente para os utentes daquela Unidade de Cuidados Intensivos, que têm que ser salvaguardados.

O nosso objetivo primordial: salvaguardar os açorianos e resolver esta questão. Foi isso que foi feito.

Em relação ao Corvo, Sr. Deputado posso dizer-lhe, de uma forma muito clara, que existe um médico designado para iniciar funções na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, a partir do dia 1 de janeiro.

As questões da reforma do Dr. Cardigos, e todos nós sabemos isso de uma forma muito clara, não se põem numa data previsível, tal como o Sr. Deputado Paulo Estêvão quis aqui fazer crer, para a Secretaria Regional da Saúde.

O pedido de aposentadoria é apresentado e o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu que pode ser no mês seguinte ou daí a um ano.

É a Caixa Geral de Aposentações que faz essa avaliação e que faz essa determinação.

Todos nós sabemos, temos pessoas com quem convivemos sobre esta matéria, que os pedidos de aposentação chegam num momento inesperado, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E eu disse o contrário?

O Orador: ... para efeito num momento inesperado.

Isso já aconteceu com todos vós com certeza e acontece frequentemente no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor sabia que ia acontecer. O que é que fez?

O Orador: A previsão sobre essa matéria era março, abril, do ano de 2015, o que não invalidou, Sr. Deputado, que se tivesse encontrado uma alternativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi o que o senhor escreveu!

O Orador: Não estávamos à espera, com certeza, em setembro que fosse logo em novembro e que fosse ter efeitos no mês de dezembro, que é um dos meses mais difíceis naquilo que é o funcionamento e a gestão das férias do Serviço Regional de Saúde, quer para todos os profissionais, e que seria impossível nós termos a salvaguarda da substituição no próprio início de dezembro.

A salvaguarda da substituição está garantida para dia 1 de janeiro de 2015.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Até lá, o Sr. Dr. Cardigos, em conversa comigo, fui eu que tratei dessa questão pessoalmente, garantiu-me que iria manter as suas funções, tal qual as tinha desempenhado até então, durante o mês de dezembro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Foi isso que me foi garantido pelo médico em questão e é isso que está a ser feito na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso que se passa! Todos sabemos que não é isso que se passa!

O Orador: Em janeiro o médico será devidamente substituído.

Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente aos horários de funcionamento da Unidade da Matriz, eu desconheço a sua intenção na pergunta, mas presumo, ou por outra, sei porque a faz.

As Unidades de Saúde da Matriz e de S. José tinham um funcionamento regular até às oito da noite.

Esse horário de funcionamento foi alterado porque entretanto apareceu um serviço novo, que é o serviço de atendimento complementar, na cidade de Ponta Delgada, que concentra os serviços que anteriormente estavam dispersos por essas duas unidades e esse sim tem um funcionamento regular até às oito horas da noite, ou seja, em vez de termos dois serviços a funcionar de forma distinta em dois polos da cidade proporcionando o mesmo tipo de cuidados aos ponta-

delgadenses, neste caso, foi tudo concentrado num único serviço, na rua Roberto Ivens e é esse serviço que está a funcionar dentro do horário que anteriormente os outros o faziam, não só na componente médica, mas também na componente de enfermagem naquilo que era a realização dos exames.

Sr. Deputado Luís Maurício, desorganização parece-me que tem o senhor naquilo que são as suas fontes. Eu sugiro-lhe talvez por boa prática, não só consultar aquilo que são as suas fontes sobre essa matéria, mas também perguntar alguma coisa à Secretaria Regional da Saúde, ou aos intervenientes nas diferentes situações.

Por exemplo em relação às convenções na área de imagiologia para a Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel, o Sr. Deputado e as suas fontes estão errados na observação que fazem porque a convenção que foi agora aberta e para todos os atos clínicos de imagiologia e não apenas para um ato clínico específico de TAC de corpo, ou seja, estamos a falar das TAC's, das ecografias e do RX convencional.

É isso que o prestador privado, porque é assim que o sistema de convenção funciona, nos irá garantir: a realização das TAC's, das ecografias e dos RX convencionais.

Sr. Deputado Luís Maurício os *point of care*, funcionam em todas as ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande negócio!

O Orador: Neste momento todas as ilhas têm acesso ao *point of care* e penso que nós todos aqui já concordamos com isso, como uma grande mais-valia para os açorianos sobre essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande negócio!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

O Orador: Estão a ser disponibilizados exames complementares de diagnóstico aos açorianos, em todas as ilhas sem hospital, que anteriormente não tinham capacidade de os fazer, nomeadamente nas questões das gasometrias, como o

Sr. Deputado sabe e bem que é uma das questões importantes relativamente ao atendimento dos açorianos.

Ou seja, os equipamentos vieram proporcionar mais e melhores cuidados aos açorianos.

O que o Sr. Deputado poderá pôr em causa é a implementação dos horários de funcionamento dos laboratórios relativamente ao aproveitamento ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe como o senhor agora percebeu. Depois não se queixe que não tem tempo para me responder a seguir!

O Orador: Certo! Mas é preciso dizer as duas coisas. É preciso dizer que houve mais e melhor serviço para os açorianos e levantar aquilo que é a sua questão relativamente ao horário dos laboratórios.

Deputado Luís Maurício (PSD): Era essa. O senhor percebeu bem!

O Orador: Sr. Deputado, nós não impomos as nossas medidas. Ao contrário daquilo que o senhor acha ou que o senhor vem insinuar, nós dialogamos com os serviços relativamente a estas questões dos horários de funcionamento e é nesse âmbito que há diferentes horários e diferentes implementações, dentro dos diferentes serviços, porque isso está a ser trabalhado em diálogo e em negociação com os serviços e não por imposições.

Sr. Deputado, relativamente às diferentes questões que levantou, só erra quem faz, provavelmente, e respondendo também à Sra. Deputada Zuraida Soares, se nada fizesse nenhuma notícia certamente surgiria sobre o Serviço Regional de Saúde.

As notícias sobre o Serviço Regional de Saúde surgem porque estamos num processo de reestruturação que foi definido como tal pelo Governo Regional aquando da sua tomada de posse.

É nesse âmbito que vão surgir notícias, mal de nós seria se tivéssemos a implementar um processo de reestruturação sem notícias, seria sinal de que pura

e simplesmente não estava a haver reestruturação ou tudo tinha ficado tal qual como estava.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma breve nota.

Em relação ao Corvo acho que estamos falados.

Só para lhe dizer que ser oposição não é só ser destrutivo, não é só ser crítico do Governo Regional, é também contribuir para uma melhor sociedade, para uma melhor organização dos serviços, com medidas concretas e com propostas de melhoria.

É dentro desse âmbito, Sr. Deputado, que eu gostaria que muitas vezes se pudesse nesta Casa, discutir alguns dos assuntos da saúde e ouvir também da sua parte propostas concretas para a resolução dos problemas que o Sr. Deputado levanta, e muito bem, e que devem ser debatidos aqui nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já tinha apresentado antes. Apresentei no relatório!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, em relação aos custos da radioterapia todos nós temos a noção, como é óbvio, que os custos de um tratamento de radioterapia feito na Região Autónoma dos Açores terão que ser maiores do que aquilo que são os custos de um tratamento de radioterapia feito no continente, por uma questão não só de dimensão e rentabilização daquilo que são os investimentos em equipamentos sobre essa matéria, mas também porque nós, Governo Regional, nesse assunto muito concreto, não queremos uma radioterapia de segunda, uma radioterapia de terceira para os açorianos, queremos que o tratamento de radioterapia aos açorianos seja feito com qualidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A radioterapia não vai ser de segunda, mas vai ser na Terceira!

O Orador: Para termos qualidade é importante termos também dimensão relativamente a esta questão e por decisão de anteriores executivos do Governo Regional foi decidido que deveria ser feito em parceria com uma das entidades externas à Região, para garantir também esta questão da qualidade.

Obviamente esta questão da qualidade tem um preço e é dentro desse preço da prestação de serviços com qualidade, que nós estamos a negociar com a empresa.

Sr. Deputado Artur Lima, parece-me que nas diferentes afirmações que fez, o Sr. Deputado perdeu por várias vezes o norte.

Em primeiro lugar diz que um e-mail enviado às cinco e vinte da tarde, de sexta-feira, da secretária da Ordem dos Médicos Dentistas, para a minha secretária, é um e-mail que eu devia ter tido conhecimento logo de imediato e que eu devia ter respondido de uma forma muito direta.

Irei ter oportunidade de responder, Sr. Deputado, dentro daquilo que é a necessária....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esta gente não sabe o que diz!

O Orador: O Sr. Deputado é que levantou o assunto não fui eu que o levantei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não misturo as coisas! O documento que eu mandei foi como deputado não foi em nome da Ordem dos Médicos Dentistas! Eu não misturo as coisas!

O Orador: Certo!

Segundo aspeto que me parece importante.

O Sr. Deputado vem aqui levantar questões em relação a dois inquéritos que eu envio da Secretaria, para o Conselho de Administração do Hospital para que esse se demita.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que há aqui um equívoco da sua parte porque um dos inquéritos foi feito pelo próprio Conselho de Administração.

Faz muito pouco sentido que o Secretário envie um inquérito que foi feito pelo próprio Conselho de Administração no sentido de: “está aqui o inquérito que vocês me enviaram, agora devolvo e demitam-se!”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Seja honesto. O parecer da Inspeção Regional de Saúde apenso!

O Orador: Por isso há aqui algum contrassenso em relação às suas afirmações, Sr. Deputado.

Parece-me que o Sr. Deputado está com o problema das perseguições na questão das demissões.

Por exemplo, o Dr. Ferraz da Rosa, já me perguntou isso por algumas vezes, não só não se demitiu, como não foi demitido. Não houve qualquer processo relativo às demissões no relacionamento da Secretaria Regional da Saúde com o Dr. Ferraz da Rosa, por isso não faz qualquer sentido a sua questão.

Em relação àquilo que levanta, Sr. Deputado, eu agradecia que lesse na totalidade aquilo que foi aí escrito.

O Sr. Deputado de uma forma maliciosa, retira alguns componentes da frase, para poder chegar à conclusão que quer.

O Sr. Deputado disse que os açorianos são os únicos a receber reembolsos.

Sr. Deputado, não é isso que aí está escrito, existem mais coisas aí escritas nessa frase e era importante que essas outras coisas que aí estão escritas na frase fossem lidas.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, era para se inscrever para o debate?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era para me inscrever. Não vale a pena protestar com esta gente!

Presidente: Sendo assim fica então o registo da sua intervenção.

Nós vamos encerrar para o almoço, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa fazer o favor de nos dizer os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 12 minutos;

PS – 6 minutos e 10 segundos;

CDS-PP - 7 minutos e 30 segundos;

PSD - 6 minutos;

BE, já não tem tempo;

PCP - 4 minutos e 30 segundos;

PPM - 1 minuto e 15 segundos.

Presidente: Obrigada.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às quinze horas.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com o ponto 2 da nossa Agenda, o debate de urgência sobre o Serviço Regional de Saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando se iniciaram, ou se tornaram visíveis os problemas na farmácia, a Inspeção Regional de Saúde iniciou, e muito bem, como é da sua competência um processo inspetivo de acordo com o que está na lei.

As várias inspeções detetaram problemas e irregularidades que entretanto não têm sido resolvidas.

Perante esta situação de incumprimento o Governo Regional tomou a iniciativa de abrir um processo concursal que acabou da maneira que toda a gente conhece.

Prevendo a continuação destas dificuldades foi decidido abrir um posto de farmácia naquela ilha que culminou também com a imposição de uma providência cautelar.

Mas o Governo também tentou justificar essa situação por estarem em causa questões de saúde pública da população daquela ilha.

Também é verdade, como foi dito aqui, que a população tem recorrido a farmácias fora da ilha para resolver as suas necessidades, mas também não é menos verdade, e é justo reconhecer, que muita gente tem recorrido tendo sido servida pela Unidade de Saúde da Graciosa, a título de empréstimo.

Não sendo uma situação ideal é no entanto uma forma encontrada para minimizar os problemas daquela gente.

Reconhecemos que este é um grave problema e que afeta a saúde pública.

Também reconhecemos, pessoalmente reconheço, que já se arrasta há demasiado tempo, há tempo de mais.

Mas também por outro lado, é justo reconhecer que o Governo tem tentado tudo para tentar encontrar uma solução para os habitantes daquela ilha, mas como é lógico também o Governo não pode, de maneira nenhuma contornar a lei.

Hoje, felizmente, já podemos anunciar que na próxima segunda-feira às oito e meia da manhã, vai abrir o posto de farmácia.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, o Sr. Deputado João Bruto da Costa, insinuou aqui que alguns responsáveis políticos não tinham feito tudo ao seu alcance para tentar resolver essa situação.

Eu, lamento informá-lo, Sr. Deputado, mas isso não é verdade. Há uns Deputados que fazem com muito ruído, há outros que fazem sem ruído nenhum, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas todos trabalhamos para as mesmas causas porque eu também sou capaz de reconhecer que não faço isso sozinho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu falei em Deputados? Eu falei no Conselho de Ilha!

O Orador: Sobre o Conselho de Administração, Sr. Deputado, eu sei quem é que o senhor quer atingir, mas digo-lhe sinceramente: consigo posso muito bem!

O senhor separa as pessoas em boas e más. O senhor diz que as boas são do PSD, as más são as outras, mas eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, fique descansado eu não vou utilizar os meios que o senhor utiliza e que o seu partido utiliza naquela ilha. Não usarei a forma mais vil de fazer política como são as cartas anónimas, as inscrições em paredes e a proliferação de boatos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Comigo, Sr. Deputado, o combate político é diferente, é outro e declaro aqui que não tenho tempo para mais nenhum.

Vou combater por melhores condições da minha gente, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... vou combater as desigualdades, vou combater pela verdade, Sr. Deputado, e também vou combater isso, até ao fim dos meus dias, os maus que querem passar por bons.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deve estar a falar de cartas anónimas na última campanha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, relativamente à questão do encerramento do Centro de Saúde da Matriz, que passou, como sabe V.^a Ex.^a, das vinte horas para as dezasseis e trinta, coloca alguns problemas e coloca alguns problemas desde logo aos doentes crónicos que não têm médico de família e há alguma descontinuidade no atendimento e na prestação de cuidados médicos.

Portanto, não me parece que essa seja uma forma de manter a qualidade do serviço de saúde, designadamente a esses doentes que deviam ser acompanhados pelo mesmo clínico e acabam por ver o seu acompanhamento completamente descontinuado.

Por outro lado, Sr. Secretário, e relativamente a um tema que tem sido bastas vezes discutido aqui, que tem a ver com questão das listas de espera, V.^a Ex.^a no mês passado e por altura da discussão do Plano e do Orçamento, afirmou aqui que relativamente à questão da diminuição das listas de espera e a utilização da nova sala de pequenas cirurgias no hospital de Ponta Delgada, que o tratamento endovascular de varizes iria dar resposta a cerca 1000 cirurgias venosas, em lista de espera.

Entretanto, aquilo que é do conhecimento da Representação Parlamentar do PCP, é que isso não corresponderá exatamente à verdade, uma vez que há, por parte dos clínicos, algumas dúvidas sobre, não só o número de cirurgias que podem efetivamente ser feitas, como aquilo que por essa via resulta no

tratamento. Isto é, o tratamento endovascular de varizes tem indicações precisas e claro que compete, obviamente, aos especialistas da área.

Por outro lado, as contraindicações são numerosas e relacionam-se com o estado do doente.

Aliás, um dos grandes problemas relativamente a este tipo de cirurgia, tem a ver com um problema também crónico do Sistema Regional de Saúde, que é o facto de serem referenciados tardiamente em virtude do número reduzido de médicos de medicina familiar.

Portanto, Sr. Secretário, a questão é a seguinte: não nos parece, e aliás tem sido o Sr. Secretário, e tem sido por parte da bancada do PS pela voz do Deputado José San-Bento, que tem vindo a ser colocada aqui como uma grande questão da redução das listas de espera cirúrgicas, a entrada em funcionamento da sala das pequenas cirurgias e por via dessa entrada em funcionamento que a redução se faria muito por este tipo de cirurgia que estou a referir-me.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Porquê? Explique!

O Orador: Mas a verdade é que não será bem assim, aliás, tem associados aqui custos muito elevados relativamente aos consumíveis utilizando uma determinada técnica.

Portanto, Sr. Secretário, eu gostaria que V.^a Ex.^a pudesse clarificar melhor o funcionamento da sala de pequenas cirurgias: como é que este tipo de cirurgia às varizes, possa contribuir efetivamente para a redução de listas de espera, porque parece-me que isso é apenas uma frase propagandística do Sr. Secretário, da bancada do PS, relativamente à redução da lista de espera de cirurgias por esta via, não só pela ocupação de espaço, não só pelo tipo de patologia que precisa ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique isso!

O Orador: Está explicado, Sr. Secretário.

A questão é a seguinte: tem mais de 900 doentes em lista de espera para a cirurgia endovascular e aquilo que é a solução proposta pela Secretaria Regional da Saúde, não resolve efetivamente o problema e não vai contribuir, na medida em que V. Exa aqui o afirmou e que a bancada do PS defendeu, para a redução da lista de espera cirúrgica.

A questão é essa. Eu gostaria de ver isto clarificado por parte do Sr. Secretário Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O tempo do PCP também se esgotou com esta intervenção.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Prescindo.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS no seu discurso usa e abusa de algumas habilidades que naturalmente eu não deixarei passar e uma delas vinculou o Sr. Deputado Regional, Ricardo Viveiros Cabral, segundo a qual, congratulava-se com a concordância do PSD relativamente à sala de pequenas cirurgias.

O Sr. Deputado interpretou mal aquilo que eu disse.

Deputado Manuel Pereira (PS): Ou o senhor explicou-se mal!

O Orador: Quando eu referi a existência desta sala, o que me quis referir foi precisamente àquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires agora acabou de referir, que me congratulava e estava numa posição expetável relativamente à concretização de um objetivo que o Sr. Secretário Regional aqui tinha anunciado, de utilizar essa sala para operar 1000 doentes com varizes e assim reduzir a lista de espera cirúrgica.

Era nessa perspetiva que eu estava a referir-me e não naquela que o Sr. Deputado se referiu.

Mas já que falou nesta sala de pequena cirurgia no hospital de Ponta Delgada, e retomando o tom da minha intervenção inicial, ela é também mais um exemplo de falta de planeamento e desorganização, porque se tivesse havido planeamento e organização, esta sala estaria imediatamente a funcionar quando as salas de pequena cirurgia dos centros de saúde Ponta Delgada, que pelos vistos não tinham condições, e da Ribeira Grande que, na nossa opinião, tinham condições, fossem encerradas.

Portanto, encerravam numa semana, a sala de pequena cirurgia no hospital de Ponta Delgada abria na semana seguinte, de modo a dar resposta aos cidadãos.

Não, isso não se verificou. Encerraram-se as salas de pequena cirurgia nos centros de saúde ...

Deputado José San-Bento (PS): Porque não tinham condições!

O Orador: ... e abriu-se, onze meses depois, uma sala de pequena cirurgia no hospital de Ponta de Delgada.

A isto chama-se falta de planeamento e desorganização!

Mas o outro motivo pelo qual os Srs. Deputados são hábeis em utilizar algumas expressões, tem a ver também com a vossa responsabilidade no Serviço Regional de Saúde, que é a tendência que têm em compará-lo com outros sistemas quando isso vos convém.

É preciso que perante os açorianos e as açorianas e toda a câmara, que fique bem claro, e mais uma vez bem claro, repito, que a responsabilidade de todas as opções, na área da saúde na Região, é da inteira responsabilidade do Governo Regional dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Porque nós ganhámos as eleições!

O Orador: Quem estabelece convenções, é o Governo Regional dos Açores; quem faz cortes nos reembolsos, é o Governo Regional dos Açores; quem

manda imprimir linguagem panfletária, é o Governo Regional dos Açores. Portanto, a responsabilidade é do Governo Regional dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E falsa!

O Orador: Sobre política de saúde não há dúvidas nem há desculpas de terceiros.

Uma última referência para a questão da qualidade, que também foi uma expressão aqui referenciada pelo Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral.

Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, dizer que o Serviço Regional de Saúde, está a ser reestruturado no sentido de diminuir as desigualdades e permitir ganhos em saúde, isto é falso!

O senhor acha que melhorar a qualidade é impedir que os açorianos que vivem nas ilhas sem hospital tenham acesso nos seus centros de saúde a especialistas?

O senhor acha que isso é melhorar a qualidade?

Acha que isso é promover a igualdade entre cidadãos?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Racionalizar!

O Orador: Permita-me discordar absolutamente daquilo que o senhor disse.

Queria dizer também, mais uma vez, que se havia necessidade de eliminar abusos, relativamente à política que os senhores defenderam das convenções, mas sobretudo dos reembolsos, porque as convenções são um mecanismo de pró ajuda ao cidadão, é preciso identificar. Mas quem é que abusou? Mas quem é que cometeu burlas? Mas quem é que cometeu infrações? Identifiquem quem são as pessoas e não apliquem de forma transversal uma regra que só prejudica os doentes dos Açores. Digam! Identifiquem de uma vez por todas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, apetecia-me responder-lhe de uma forma que o senhor durante muitas vezes quis-me contrapor em debate: não se

resolvem os problemas, dizia o senhor, atirando dinheiro para cima deles, isto porque agora o senhor vem defender o financiamento reforçado do Serviço Regional de saúde.

Sr. Deputado, eu sublinho, o senhor vem ao encontro daquilo que sempre o PSD disse, que a saúde está subfinanciada e continua a estar subfinanciada.

Portanto, os senhores não fizeram mais do que reconhecer esse subfinanciamento.

Por último, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria dizer o seguinte: quem identificou a falta de organização mas também de financiamento do Serviço Regional de Saúde, foi o Sr. Secretário Regional da Saúde, em Comissão de Assuntos Sociais, no final do mês de março, quando o inquiri a propósito das 4 100 requisições de exames que estavam no hospital. E eu perguntei-lhe: mas qual é o problema do Serviço Regional de Saúde?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É organização e financiamento. O problema é de organização e de financiamento da saúde.

A diferença é que o senhor acha que desde abril até agora está tudo organizado e financiado.

Eu acho, em nome do PSD que está tudo muito mais desorganizado e que a saúde para os açorianos está muito pior do que o que estava antes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A bancada do PSD esgotou agora também o seu tempo.

Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, o Sr. Deputado tem uma opinião e uma avaliação diferente do Grupo Parlamentar do PS, que acha que a saúde, o Governo Regional e a Secretaria Regional da Saúde estão a trabalhar bem e num rumo acertado.

Os açorianos e açorianas que utilizam e usufruem os serviços públicos de saúde sabem como são bem tratados e como são bem recuperados das suas patologias. Há necessidades de aperfeiçoamentos, há ainda necessidade de afinar muitas ações e muitos procedimentos na saúde? Claro que sim.

Mas esta é a razão do nosso trabalho e do trabalho do Governo Regional dos Açores.

Mas os açorianos e açorianas já por várias ocasiões responderam com muita satisfação aos seus tratamentos nas instituições de saúde da região e já por vários momentos preferiram as políticas de saúde do PS em detrimento das políticas doutras forças políticas.

Agora, sabemos que não basta criticar, utilizar estratégias por vezes demagógicas. É necessário planear, implementar e avaliar continuamente, em suma, trabalhar com afinco e empenho para o melhoramento da qualidade de vida dos açorianos.

São estas medidas que o Governo Regional dos Açores tem implementado, aperfeiçoar, organizar, afinar os procedimentos em saúde, em suma, reestruturar para melhor servir a população das nove ilhas dos Açores

Os objetivos e as metas das políticas de saúde propostas devem ter em conta a sustentabilidade, a equidade, os resultados e a qualidade do Sistema Regional de Saúde.

Direcionar o nosso trabalho para os utentes é a preocupação do Grupo Parlamentar do PS.

Garantir a funcionalidade e a operacionalidade dos serviços é outra preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Enquanto as políticas socialistas forem vencedoras, os mais fracos, os mais frágeis e as pessoas com mais necessidade serão tratados com mesma qualidade e a mesma segurança.

O Serviço Regional de Saúde, tem nos seus quadros profissionais de saúde de grande qualidade.

Os Açores têm um Serviço Regional de Saúde que pode e deve orgulhar todos os Açorianos.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Vamos assim passar ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Volto a isto.

Já fiz chegar à Sra. Secretária e ao Sr. Secretário Regional, para que não diga que eu omiti de ler alguma coisa, aliás eu não precisa sequer de ler isto.

A pergunta que eu tenho que lhe fazer é esta, mas eu vou ler para toda a gente saber e quem nos está a ouvir saber.

Isto é uma pergunta “Mais e melhor saúde nos Açores”, a este tema.

“Sabia que os açorianos são os únicos (eu até referi únicos duas vezes, Sr. Secretário) utentes no País do regime geral da segurança social que são reembolsados pelos exames, tratamentos, consultas e análises feitas no setor privado?”

Isto é verdade Sr. Secretário?

O que está aqui é verdade?

O senhor diz isto ou isto é uma pegada e escabrosa mentira?

Fico a aguardar a sua resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, tenho pena que o Sr. Deputado não possa ter mais tempo para participar neste debate e explicar-me de uma forma muito clara quem é que contradiz o Governo sobre esta matéria, ou seja, gostaria de perceber em que é que se baseia para dizer que não será possível, através da sala de pequena cirurgia e de técnicas endovasculares podermos resolver o problema das varizes, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): São os clínicos que o dizem!

O Orador: ... não só no hospital de Ponta Delgada, mas também nos outros dois hospitais da Região.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): São os clínicos!

O Orador: Isso seria algo que talvez fosse importante aportar a este debate e percebermos de uma forma muito concreta, porque concordo consigo, isso sim é discutir o futuro do Serviço Regional de Saúde, medidas que vão influenciar o futuro dos açorianos e as cirurgias dos açorianos e seria um aspeto importante a debatermos aqui hoje.

Mas pedi a palavra principalmente para talvez responder ao Sr. Deputado Artur Lima e dar conta daquilo que foi uma iniciativa do Governo Regional de querer de alguma forma esclarecer os açorianos sobre as alterações que tinham sido introduzidas no sistema das convenções e dos reembolsos na Região Autónoma dos Açores.

Os Srs. Deputados sabem perfeitamente, e foi público, que alguns partidos da oposição quiseram manifestar a sua opinião e tentar esclarecer os açorianos

sobre aquilo que era a sua perspetiva da portaria das convenções e dos reembolsos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Imagine que a gente fazia um folheto desses! Ainda faziam algum processo crime!

O Orador: O Governo Regional dos Açores tem toda a legitimidade, em forma de panfleto, distribuído nos centros de saúde, poder esclarecer os açorianos de igual forma sobre aquilo que são os seus direitos e os seus deveres no Serviço Regional de Saúde.

Este, com certeza, não é o único panfleto que circula nos serviços de saúde das várias unidades da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esse é que não é verdade!

O Orador: No sítio onde está este panfleto provavelmente estão lá outros panfletos: ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que dizem o contrário desse! Há outro que diz a verdade!

O Orador: ... “Direitos e Deveres dos Utentes”; “Acessibilidade aos Utentes”, essas outras questões todas.

Em relação a esses outros panfletos, que eu saiba, não houve até agora nesta Casa qualquer outro comentário sobre eles.

Se em relação a este panfleto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado encontrar aqui alguma coisa, pelo que eu percebi das suas insinuações, ou não é verdade, ou não está correto ou é um problema de interpretação daquilo que aqui está escrito, agradeço-lhe que nos diga, de uma forma muito clara, porque também com toda a humildade que temos tido sobre esta matéria iremos corrigir aquilo que tiver de ser corrigido.

Agora, eu não percebo, Sr. Deputado, naquilo que é a frase que leu várias vezes sobre essa matéria, em que é dito que os açorianos são os únicos utentes do

País, do regime geral da segurança social, que são reembolsados pelos exames,
...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é verdade?

O Orador: ... aquilo que é nossa informação sobre essa matéria, mas se o Sr. Deputado tiver outras informações confidenciais, devo confessar-lhe que o PS infelizmente não faz parte do Governo da República, nem faz parte do Governo da Região Autónoma da Madeira. O PS é Governo na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não é do PS! O senhor é do Governo, Sr. Secretário!

O Orador: Se tem informação privilegiada sobre algum desses outros dois (que eu saiba também territórios nacionais, territórios do país só temos o continente e a Região Autónoma da Madeira) se em alguns desses dois territórios nacionais existe um sistema de reembolsos idêntico ao nosso, agradeço Sr. Deputado, porque as informações que temos é que foi abolido a nível nacional e foi suspenso na Região Autónoma da Madeira, até por via do acordo que houve entre a Região Autónoma da Madeira e o Governo da República no seu Memorando de Entendimento para o resgate financeiro.

Se a informação está correta, Sr. Deputado, é fazer o favor de nos chegar os dados muito concretos sobre isso e teremos todo o prazer em corrigir a informação que é transmitida.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, lá diz o povo que uma mentira mil vezes repetida se torna verdade.

Não é a primeira vez que o senhor diz isto. Que eu me lembre e que tenha registo é a terceira vez que o senhor diz isto, exatamente para induzir os açorianos em erro, ...

Deputado Berto Messias (PS): Num debate de urgência no Parlamento estamos a discutir um panfleto!

O Orador: ... para justificar a austeridade toda que o senhor impõe aos açorianos e para dizer que os senhores são os melhores do mundo e isto põe em causa a credibilidade institucional do Governo dos Açores, que usa a mentira propositadamente, Sr. Secretário, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aliás, confessou que é um panfleto do PS!

O Orador: ... o que está aqui é propositado, para dizer aos açorianos: “Os senhores tenham paciência! Os outros não têm nada!”

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Os utentes não podem ser informados dos seus direitos?

O Orador: Posso continuar?

“Os senhores tenham paciência! Os outros não têm nada! Nós já vos damos estas migalhas, os senhores contentem-se!”

É isto que está aqui escrito.

Agora, esta informação é falsa!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): O que é um reembolso, o que é uma convenção...

O Orador: Não! Não! Só vou à parte da frente, Sr. Secretário.

O resto que está aqui é tudo discutível, é da sua autoria. Não concordo mas tenho toda a legitimidade para o fazer e os utentes é que vão julgar.

Agora o que está aqui é uma falsa mentira...

Deputado Berto Messias (PS): Se é uma falsa mentira é verdade!

O Orador: É uma mentira!

... não põe em causa só o senhor, põe em causa o Governo dos Açores, que institucionalmente falta à verdade.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique!

O Orador: Aqui está o Governo dos Açores, porque o senhor sabe tão bem como eu que na Madeira existe um regime de reembolsos e convenções até superior ao em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Eu não sei nada disso. O senhor é que está a dizer!

O Orador: Portanto, o senhor sabe que isto existe, que está publicado. Basta ir ver. Não está suspenso Sr. Secretário!

Portanto, o senhor mentiu propositadamente aos açorianos fazendo este panfleto e envolveu todo o Governo nesta mentira. Todo o Governo nesta mentira, que obviamente não sabe disto.

Foi publicada, Sr. Secretário em 26-03-2014, esta tabela de reembolsos. 26-03-2014!

O senhor não me diga, Sr. Secretário, que não sabe disto porque ninguém acredita na sua ingenuidade. Se há coisa que o senhor não tem é ingenuidade. Tem exatamente o contrário, Sr. Secretário.

Portanto, o senhor serve-se e serviu-se. Sabe por que é que isto é condenável? Usar falsa informação aos utentes. É condenado até pelas instituições nacionais, Sr. Secretário que tutelam a saúde e que fiscalizam a saúde, que fiscalizam a informação em saúde.

Sabe o que é que diz, Sr. Secretário? Que deve garantir que não induz em erro os utentes, as mensagens a transmitir, Sr. Secretário.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, haja paciência! Isso é uma questão lateral!

O Orador: Haja paciência, o quê, Sr. Deputado?

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma questão lateral!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É lateral e está na capa!

O Orador: Lateral o quê? Isto é mentira! A mentira é lateral? A mentira é lateral para o Governo dos Açores? A mentira é lateral para o PS?

Isto é mentira, Sr. Deputado. Lateral só é para si.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos num debate de urgência sobre a saúde e o senhor debate o conteúdo de um panfleto!

O Orador: Eu percebo que isso incomoda os senhores porque há aqui uma mentira institucional e isto é grave. Mentira institucional do Governo dos Açores! Mentira institucional que engana os açorianos ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir...

O Orador: ... com afirmações falsas e o Governo dos Açores sabe, como o Sr. Deputado Ricardo Cabral sabia e toda a gente aqui sabe que havia um sistema de reembolsos na Madeira.

Relativamente ao resto, Sr. Secretário, ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): A alteração tem que ser introduzida!

O Orador: Não é alteração, é a mentira! O senhor mentiu, propositadamente! Não é alteração nenhuma. O senhor mente. Diz que os açorianos são os únicos. É mentira!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): O senhor tem informações?

O Orador: O senhor elaborou este panfleto com uma publicidade enganosa, com o intuito de enganar, com o intuito de passar uma publicidade falsa, com o intuito de dizer: “nós somos melhores que os outros porque nós temos um sistema de reembolsos e os outros não têm”.

Isto é com intenção! Isto é falso! Isto é falsidade!

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): E os 9 milhões e 500 dos portugueses não contam?

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, o senhor já chegou ao ponto de, para se manter aí, já tínhamos percebido, que o senhor demitia quem fosse preciso para se manter no lugar.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados José San-Bento e João Bruto da Costa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor peço alguma contenção.

Srs. Deputados ...

O Orador: Eu peço desconto. São quarenta segundos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

Deputado José San-Bento (*PS*): A sua especialidade é fazer cartas anónimas!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O que é que o senhor disse? Tenha tento na língua!

Presidente: Srs. Deputados, eu penso que isto já está a ultrapassar todas as medidas.

O Orador: Sra. Presidente, muito obrigado.

Já tinha percebido, Sr. Secretário, já tínhamos todos percebido que o senhor quando fosse preciso eliminar um colaborador para se manter no lugar, faria. Já o fez em duas situações: com o diretor Regional e com o Conselho de Administração do Hospital de Angra.

Deputado André Bradford (*PS*): Não é verdade!

O Orador: Ficamos a perceber agora que o senhor usa a mentira para se manter no lugar.

Mentiu em julho, mentiu em setembro e depois institucionalizou a mentira. Institucionalizou a mentira para justificar a hedionda austeridade que o senhor impôs aos açorianos e para se manter no seu lugar.

Portanto, a conclusão é de que o senhor é capaz de tudo para se manter aí, até de levantar falsidades sobre um cidadão honesto e honrado como o Dr. Eduardo Ferraz da Rosa, como o senhor aqui fez hoje.

Deputado José San-Bento (PS): Isso foi o que o senhor fez!

O Orador: A conclusão, Sr. Secretário é que sobre a radioterapia o senhor não disse nada, sobre a fábrica de radioisótopos não fomos esclarecidos, sobre os Cuidados Continuados o senhor não esclareceu absolutamente nada.

Agora, o que o senhor faz, as razões políticas da demissão do Conselho de Administração do Hospital de Angra, o senhor não deu uma. Omite a esta Casa para depois ir fazer *fait divers*, na comunicação social, que é a sua especialidade, convocar a comunicação social que em vez de tomar medidas para apoiar os diabéticos, toma medidas para lhe dar um livrinho novo. Percebe Sr. Secretário?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E quando tem um debate marcado na televisão pede uma reunião aos sindicatos e vai a Lisboa, coisa nunca antes vista.

O Sr. Secretário é que vai à sede do sindicato em Lisboa, em vez de ser o sindicato a vir ao Sr. Secretário, como institucionalmente deveria ser, para fugir a um debate de televisão, Sr. Secretário.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não diga isso!!!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): É mentira! Os sindicatos estiveram reunidos no meu gabinete esta semana!

O Orador: Isso não é verdade! Mais uma vez não diga! Está a faltar à verdade!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O senhor está a faltar à verdade! Eu sei o que é que estou a dizer.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O meu tempo terminou, Sra. Presidente?

Presidente: Já com alguma tolerância, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

A conclusão que se tira disto tudo, e eu concluo, é que deste debate, radioterapia, radioisótopos, Cuidados Continuados, Cuidados Paliativos, razões para a demissão do Conselho de Administração, o Sr. Secretário não explicou nada. Refugiou-se no ataque pessoal e mais uma vez em falsidades.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A bancada do CDS também esgotou o seu tempo e a Mesa de momento não tem mais inscrições.

Não sei se o Sr. Secretário Regional ainda quer usar da palavra.

Então tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto cidadão da Região autónoma dos Açores, eu com certeza ficaria extremamente preocupado ao assistir a este debate e perceber que o futuro do Serviço Regional de Saúde, ou que o debate sobre o Serviço Regional de Saúde, se limite a panfletos, a demissões, a relatórios, *fait divers* de quem disse o quê, quando e a que horas, e não um debate estruturado relativamente àquilo que são as opções políticas, quer do Governo, quer dos partidos da oposição que têm toda a responsabilidade, tal como o Governo, sobre as medidas estruturantes de fundo para o Serviço Regional de Saúde, ou seja, estivemos aqui uma manhã e meio de uma tarde a debater aspetos que fazem parte do Serviço Regional de Saúde, sem dúvida, mas que não são a essência daquilo que é o Serviço Regional de Saúde.

Aspetos importantes neste debate, Srs. Deputados:

Tanto o Governo como o PS, que aqui referiu e bem, que o Serviço Regional de Saúde, não é perfeito. Nós não temos um Serviço Regional de Saúde perfeito, nós temos um Serviço Regional de Saúde como qualquer outro Serviço Regional de Saúde a nível mundial, com os seus problemas, com as suas

limitações, com as suas dificuldades acrescidas pela dificuldade de estarmos a trabalhar num Serviço Regional de Saúde pela dispersão geográfica que temos na Região Autónoma dos Açores.

Nunca este Governo, nunca este partido que apoia o Governo, escondeu que há dificuldades no Serviço Regional de Saúde.

Mas aquilo que hoje aqui se verificou de uma forma muito clara é que enquanto o Governo e o partido que apoia o Governo estão a puxar para cima o Serviço Regional de Saúde, estão a fazer tudo aquilo que é possível para que Serviço Regional de Saúde preste o melhor serviço aos açorianos, os Srs. Deputados da oposição, nomeadamente o Sr. Deputado Artur Lima e o Sr. Deputado Luís Maurício estão a tentar puxar o Serviço Regional de Saúde, para baixo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi isso que aqui hoje assistimos.

Contributos concretos para a resolução dos problemas das açorianas e dos açorianos que estão em casa a ver-nos, não foram dados por qualquer um dos Srs. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faça um favor aos açorianos! Demita-se! Vá para casa!

O Orador: Encontrar os problemas, Srs. Deputados, todos nós os encontramos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha decência!

O Orador: O Governo Regional dos Açores tem consciência muito clara onde os problemas do Serviço Regional de Saúde, estão.

Ainda há pouco tempo, no debate aqui nesta Casa, tive oportunidade de os revelar, tive oportunidade de os tocar e tive oportunidade de explicar aquilo que o Governo pretende fazer para conseguir resolvê-los.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

O Orador: Pelo contrário, Srs. Deputados, infelizmente, ao longo de todos estes debates aquilo a que se tem assistido é a uma falta de contributo dos partidos da oposição que têm a mesma responsabilidade que o partido que apoia o Governo ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Isso é falso!

O Orador: ... porque também foram para aqui eleitos por todos os açorianos e açorianas que confiaram nos senhores, que confiaram nos vossos programas ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Isso é falso!

O Orador: ... e que confiaram que iriam aqui trazer melhores condições para a saúde dos açorianos.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): É falso o que o senhor está a dizer!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Tenha um ato de dignidade: demita-se!

O Orador: Por demais importante, Srs. Deputados, nesta Casa e por respeito àquilo que representa esta Casa, poderemos todos contribuir para um bom desenvolvimento do Serviço Regional de saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Srs. Deputados, devo aqui hoje mais uma vez reafirmar, e para terminar este debate, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Agora que não temos tempo é que começou a falar!

O Orador: ... aquilo que é o nosso propósito e aquilo que é a nossa vontade de resolver o problema do Serviço Regional de Saúde perante os açorianos.

O nosso propósito é criar um melhor Serviço Regional de Saúde para os açorianos.

O desafio que lanço a todos os partidos desta Casa, tal como fizemos na reestruturação do Serviço Regional de Saúde, tal como fizemos em todas as outras iniciativas a que chamámos os partidos para poderem participar, é que os Srs. Deputados possam efetivamente contribuir para essa medida.

O PCP já o fez. Já manifestou publicamente, da última vez que tivemos aqui um debate para falar do futuro do Serviço Regional de Saúde, o interesse em reunir com a Secretaria Regional da Saúde, para debater problemas do Serviço Regional de Saúde.

Até hoje, Srs. Deputados, foi o único partido que manifestou efetivo interesse em reunir com o Secretário Regional da Saúde para discutir alguns destes problemas.

Até hoje, Srs. Deputados, nunca da nossa parte houve qualquer recusa, houve qualquer entrave no agendamento dessa reunião.

Por isso, aqui hoje, manifesto mais uma vez, perante todos, a nossa contínua disponibilidade para aceitar todas as alterações, quer sejam feitas num simples panfleto, quer sejam feitas a nível de um Decreto Legislativo Regional, que tragam aos açorianos um melhor serviço de saúde.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É esse o nosso propósito, é esse o nosso motivo pelo qual todos os dias trabalhamos em prol dos açorianos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Concluimos o ponto 2 da nossa Agenda e entramos no ponto 4, que se refere à **Petição n.º 4/X – “Concessão pública da exploração de jogos de fortuna e azar na ilha de São Miguel e posse administrativa dos terrenos da Calheta Pêro de Teive”**, apresentada por Manuel Borges Moniz.

Rege esta matéria o art.º 192.º do Regimento.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e cada Grupo ou Representação Parlamentar, intervém uma única vez, por tempo não superior a 10 minutos.

Para apresentação do relatório dou a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Economia, Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO “QUEREMOS A CALHETA DE VOLTA”

TRABALHOS DAS COMISSÕES

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 1 de outubro de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada e por videoconferência, a fim de analisar e dar parecer sobre a Petição “Queremos a Calheta de Volta”. Com o mesmo objetivo, a Comissão de Política Geral reuniu-se no dia 14 de outubro, por videoconferência.

1.º. caPÍTULO – introdução

Em 13 de março de 2013, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição intitulada “Queremos a Calheta de Volta”, cujo 1.º subscritor é o Senhor Manuel Moniz.

O autor da Petição apresenta, genericamente, a respetiva pretensão considerando os seguintes pressupostos:

1. Existência de uma situação de desrespeito a que a Zona da Calheta em Ponta Delgada foi votada nos últimos anos e que não deve continuar;
2. Os terrenos da antiga Calheta de Pêro de Teive, que foram conquistados ao mar, tinham, como destino prometido a construção de uma zona de lazer.

Justifica que no quadro de referência para a concessão da exploração de jogos de fortuna e azar na Região, estabelecido pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 1999, uma das obrigações específicas do Concessionário do casino da Ilha de S. Miguel seria também a execução, no prazo de três anos, da beneficiação das Termas das Furnas e a construção do hotel, do projeto de urbanização aprovado para a zona de Pêro de Teive bem como a exploração dos edifícios e infraestruturas construídos, enquanto durar a concessão do jogo.

Refere que nesse mesmo diploma está definido o programa funcional para os terrenos denominados Pêro de Teive onde se prevê uma constituição urbanística destinada à cultura e lazer, com espaços livres de circulação e com espaços verdes e arborizados, beneficiando de tratamento arquitetónicos diversos.

Refere ainda que a revisão dos Planos Diretor e de Pormenor da cidade de Ponta Delgada não se associou o quadro de referência de soluções urbanísticas definido na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e que em período de discussão pública o Concessionário propôs a afetação da zona da

Calheta a projetos de natureza turística, com um espaço comercial e com sessenta lojas e vários restaurantes.

Concluindo o autor refere que passados dez anos após a atribuição da concessão pública e sete anos sobre o início previsto para as atividades e tendo em conta que as condições não foram cumpridas, este é o momento certo para que o objetivo inicial seja cumprido e para que a população possa de novo usufruir deste maravilhoso local.

2º. Capítulo – enquadramento jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

Por despacho da Senhora Presidente da ALRAA, e atendendo à matéria da Petição, a mesma foi remetida para apreciação conjunta pelas Comissões Permanentes de Economia e de Política Geral, tendo as mesmas acordado entre si que a coordenação do processo de análise ficava a cargo da Comissão de Economia e que a participação da Comissão de Política Geral nos trabalhos se faria através da sua Subcomissão.

A apreciação exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3º. cAPÍTULO – APRECIACÃO na generalidade e na eSPECIALIDADE

A Petição em análise tem como objetivo, da parte dos seus proponentes, em termos genéricos, a rescisão do contrato de concessão pública da exploração de jogos de fortuna e azar na Ilha de S. Miguel e a tomada da posse administrativa das infraestruturas em construção e à execução de obras no terreno da Calheta de Pêro de Teive, para finalmente convertê-lo naquilo que sempre foi o projeto original que se consubstanciava na criação de uma zona de lazer de alto valor para os habitantes e visitantes de Ponta Delgada.

Nestes termos, a presente petição propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove uma Recomendação ao Governo dos Açores no sentido da execução do que é pedido.

A Comissão de Economia e a Subcomissão de Política Geral deliberaram ouvir o primeiro subscritor da petição, Manuel Moniz, o Vice-Presidente do Governo e o Fundo Discovery.

No dia 30 de outubro de 2013 a Comissão e Subcomissão ouviram o primeiro peticionário, Manuel Moniz.

O primeiro subscritor desta petição começou por afirmar que esta se tratava de uma iniciativa para subir a plenário de modo a proporcionar alterações políticas para alterar a postura do Governo dos Açores perante os desenvolvimentos recentes neste processo.

Afirmou que neste momento existia uma proposta da empresa e o conhecimento de que a banca iria avançar com 10 milhões de euros para completar o projeto.

Referiu que era intenção dos peticionários que os terrenos da Calheta voltassem ao que havia antes e que esta era uma luta porque de um lado estava o interesse

de uma empresa e, por outro lado, havia o interesse regional, condenando também a tipologia adotada naquela construção, defendendo que as galerias deveriam ser demolidas.

Manuel Moniz afirmou ainda que, caso a banca queira avançar com a obra, esta deveria ser corrigida porque não interessava a Ponta Delgada ter um centro comercial odiado pela população. Reforçou que era o momento do Governo Regional acionar o seu poder e usar a diplomacia para alterar este estado de coisas.

Referiu ainda que o que estava em questão era a demolição das galerias e manter o rés do chão tal como estava e por fim afirmou que se não fosse possível interferir nesse sentido era intenção dos peticionários apelar ao Governo Regional para a retirada da concessão do jogo àquela entidade.

O Deputado José San-Bento começou por referir que a petição estava descontextualizada relativamente ao que se passava atualmente e que era normal haver contestação relativamente a obras em fase de projeto, sobretudo na frente de mar da cidade, como foram os casos do aterro da Calheta, o prolongamento da Avenida, o Hotel Marina Atlântico e mesmo as Portas do Mar, mas que depois da sua concretização eram tidas como consensuais.

Referiu ainda que existia um Plano especial de Revitalização que teria de ser aprovado pelo Tribunal e que, enquanto isso, o processo teria de ser gerido com a máxima seriedade, reconhecendo, no entanto, que a obra tinha aspetos que deveriam ser corrigidos mas lembrou que já foram investidos muitos milhões e que o projeto tinha como objetivos criar empregos e oportunidades económicas. Afirmou que no segundo semestre de 2014 havia condições para o projeto avançar e que a solução teria de ser construtiva, salvaguardando as empresas e os empregos.

Por último referiu que o Partido Socialista estava disponível para gerar consensos sobre esta matéria.

O primeiro peticionário, a propósito de obras que causaram polémica, referiu o caso do edifício Solmar que, apesar das diversas manifestações de desacordo, nada tinha sido alterado. Disse ainda que no caso da Calheta só havia duas conceções: ou a Calheta aberta ou a Calheta fechada.

Lembrou que o Plano Integrado da Calheta não previa aquela solução e que por isso a população daquela zona tinha ficado descansada.

Afirmou, por último, que o Governo Regional tinha responsabilidade na concessão de um modelo de turismo para aquela zona.

O Deputado Jorge Macedo recordou todo este processo que começou, segundo ele, em 2006 com a concessão dos terrenos, em 2007 o Secretário Regional da Economia felicitava a ASTA pelo projeto, em 2008, o SPA da Furnas deveria abrir e no final desse ano era a vez do Hotel Casino. Em 2012 o Vice-Presidente afirmou que o projeto ficaria pronto até ao final do ano e em 2013 era apresentado um plano de negócios aos credores. Segundo o Deputado toda a gente tinha percebido que este projeto ia acabar mal.

Referindo-se ao Plano Especial de Revitalização o Deputado disse que depois de anos de branqueamento a esperança do Governo residia nesse plano que previa mais 10 milhões de euros para além de um passivo de 11 milhões de dinheiros públicos e que por isso as pessoas estavam aborrecidas. Desejou que esse plano a aprovar pelo Tribunal não fosse apenas para minimizar as verbas que lá foram colocadas.

O Deputado Jorge Macedo referiu ainda que as galerias comerciais não tinham viabilidade, mas que o hotel e o casino deveriam avançar para não parecerem um mono inacabado.

O Presidente da Comissão de Economia, Deputado Francisco César, afirmou que era necessário, nesta análise, separar o que era judicial do que era político e ressaltar aquele que podia ser o papel do Governo Regional naquelas que eram as suas responsabilidades.

Manuel Moniz lembrou que o Tribunal ia apenas viabilizar ou não o Plano Especial de Revitalização e que se a Região Autónoma dos Açores entender que aquele projeto não era bom deveria intervir.

Referiu ainda que se há 5 anos atrás o Governo Regional tivesse atuado quando começaram os atrasos as verbas despendidas não tinham chegado a este ponto.

A Deputada Zuraida Soares começou por dizer que, enquanto cidadã, se revia no objeto desta petição. Referiu ainda que o Governo Regional devia explicar que interesses estavam efetivamente em jogo, se os postos de trabalho, se o tecido empresarial.

Lembrou que ao longo dos anos os prazos e as obrigações não tinham sido cumpridos e que o concessionário devia dinheiro a trabalhadores que foram enganados, tal como os munícipes de Ponta Delgada que viram uma coisa e apareceu outra, com a conivência de Berta Cabral.

Por fim referiu que do ponto de vista do BE era necessário conhecer o Plano Especial de Revitalização deste concessionário para perceber o que podia acontecer.

A Deputada Graça Silveira, na sua intervenção, referiu que os Açorianos estavam cada vez mais conscientes do que querem para o seu espaço urbano e que o CDS-PP sempre defendeu projetos o menos invasivos possível e que as intervenções demolidoras e alteradoras tinham de ser decididas pelos Açorianos.

Referiu também que as obras públicas ou não deviam ter planos de negócios, perguntando de seguida como se iria pagar o que já estava feito. Lembrou ainda que os bancos que iam emprestar mais dinheiro ainda há pouco tempo tinham sido intervencionados.

O Deputado José San-Bento, nesta segunda intervenção, começou por esclarecer que não confundia irresponsabilidade com os inúmeros constrangimentos que surgiram nesta concessão e que os interesses em jogo

eram claros e muito importantes para S. Miguel e para os Açores, que passavam pela defesa de muitos empregos, atuais e futuros.

Salientou que era importante esperar pelo Plano Especial de Revitalização para se perceber se era possível terminar este empreendimento.

O primeiro peticionário revelou que estava satisfeito com as posições do PSD, CDS-PP e do BE e chocado com a posição do PS, que achava que aquele projeto não era passível de ser melhorado.

Por fim referiu que o que estava em jogo era estar a tempo de alterar alguma coisa.

O Deputado Jorge Macedo afirmou que para o PSD a decisão de tamanho investimento não devia ficar nas mãos do Tribunal ou do Administrador de Insolvência e que, caso estas entidades aprovem o Plano Especial de Revitalização e o Plano de Negócios a Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e os Açorianos deviam ter uma palavra a dizer, porque os pressupostos e as circunstâncias alteraram-se desde 2008.

No dia 20 de junho de 2014 a Comissão e Subcomissão ouviram, sobre esta matéria, o Vice-Presidente do Governo.

O Vice-Presidente começou por afirmar, sobre esta questão, que o Plano Especial de Revitalização já tinha sido homologado pelo Tribunal de Ponta Delgada e que já tinha sido constituído um prazo para a venda das ações da ASTA e atribuído novo prazo para a conclusão do investimento.

Por fim afirmou que havia um acordo para reformular o projeto para melhorar a ligação da Calheta Pêro de Teive ao mar e que esta decisão já tinha sido comunicada à Câmara Municipal de Ponta Delgada, ao Fundo Discovery e aos subscritores da petição.

O Deputado Jorge Macedo, sobre esta matéria, referiu que havia informações contraditórias sobre a concessão do jogo. Primeiro ouviu-se que o Fundo Discovery compraria tudo, incluindo o jogo, mas agora existem afirmações de que o jogo seria subconcessionado a outra entidade. Quis saber, se assim fosse, se o Governo Regional concordava com essa solução.

O Vice-Presidente afirmou que essa questão fazia parte do Plano Especial de Revitalização e que a posição do Governo Regional estava numa carta enviada ao Administrador de Insolvência. Por fim referiu que isso não era problema porque as garantias eram solidárias.

O Deputado Paulo Mendes referiu que este era um processo longo e atribulado. Precisou que o Decreto Legislativo Regional era bastante detalhado e feito à medida de alguém. Referiu que em 2000 tinha sido feita uma alteração e introduzida a divisão de responsabilidades. Depois perguntou se a Região Autónoma dos Açores tinha alguma responsabilidade no projeto.

O Vice-Presidente respondeu afirmando que o projeto era totalmente privado e que nesta fase não havia nada que levasse a duvidar do investidor.

O Deputado José San-Bento afirmou que este empreendimento era muito importante e que alterava o perfil dos Açores, muito embora tivesse paralisado por insolvência do seu promotor e sofresse contestação pela volumetria.

Referiu ainda que o PS nunca confundia a indignação das pessoas com as posições demagógicas e irresponsáveis de alguns políticos que defendiam a demolição de toda a estrutura.

O Deputado afirmou que era possível conciliar posições e como tal dava os parabéns ao Governo Regional por ter ajudado a encontrar soluções neste caso. Referiu ainda que assim foi possível prosseguir a obras retirando as galerias, proteger as empresas e os empregos atuais, proteger os futuros empregos e negócios e atender às reivindicações populares.

Repetiu o que disse o segundo subscritor da petição aos jornalistas: “cumriu-se os objetivos, agora cumpram-se os prazos”.

Por fim perguntou ao Governante se confirmava o prazo de 75 dias para fazer a escritura da venda das ações e de 18 meses para a conclusão da obra do Hotel e do Casino.

O Membro do Governo confirmou essa informação e ressaltou que tudo indicava que o projeto seria concretizado nos prazos agora previstos.

O Deputado Félix Rodrigues anotou o otimismo do Governante relativamente aos prazos mas referiu que o historial não era favorável. Quis saber o que o fazia acreditar que agora iria correr bem.

O Vice-Presidente informou a Comissão e Subcomissão que o investidor era credível, com experiência nesta área e que demonstrava solidez financeira.

O Deputado, numa réplica, perguntou se a concessão anterior tinha sido um erro.

O Vice-Presidente respondeu dizendo que esse processo decorreu num concurso e que num concurso não se pode escolher o vencedor. Por fim informou que daqui a 18 meses estaria aqui para prestar contas.

No dia 16 de julho de 2014 a Comissão e Subcomissão ouviram o Fundo Discovery, representado por Pedro Seabra e José Tiago.

O Representante do Fundo começou por avançar com a história daquela empresa desde a sua formação e a aquisição de ativos na área do turismo em diversas parcelas nacionais.

Referiu que aquela instituição não tinha nenhum investimento nos Açores e que ao adquirir os ativos que estão em discussão tinha a perfeita consciência das

preocupações relativamente a Pêro de Teive e que essa situação iria ser analisada e revista no sentido de diminuir o volume do empreendimento.

O Deputado José San-Bento referiu que aquele fundo explorava hotéis com marca própria e perguntou se era habitual venderem antes de os concluir. Perguntou também quantos empregos estavam previstos no plano de negócios, quer para o hotel em Ponta Delgada, quer para o hotel das Furnas, se o Plano Especial de Revitalização previa 18 meses para a conclusão do projeto e se a alteração na volumetria se devia à exigência do Governo Regional ou se era para salvaguardar as reivindicações populares. Perguntou ainda se as alterações propostas para as galerias implicavam novo prazo.

O Representante do Fundo referiu que o este fundo de investimento tinha uma vida prevista de 15 anos e, como tal, cabia àquela instituição valorizar os investimentos e vender os ativos, não ficando de fora a possibilidade de acordar com outros parceiros a sua exploração ou mesmo criar uma marca. Reforçou que não havia nenhuma premissa condicionante e que o objetivo era criar valor primeiro e negociar depois.

Relativamente ao número de empregos o Representante do Fundo referiu que estavam previstos 60 postos de trabalho, 40 em Ponta Delgada e 20 nas Furnas. Relativamente ao casino aludiu que este não seria operado pelo fundo.

No que respeitava aos prazos impostos pelo Governo Regional mencionou que estes eram para cumprir, muito embora gostasse que fossem mais alargados, porque o não cumprimento resultaria em mais encargos.

Relativamente à questão colocada sobre as galerias o Representante do Fundo referiu que tinham todo o interesse em ter ao lado do hotel um imóvel atrativo e que tentaria acabar essa obra ao mesmo tempo do restante empreendimento.

O Deputado Jorge Macedo afirmou que o que mais o preocupava era o período intercalar entre os 75 dias e os 550 dias para terminar o investimento. Perguntou

de seguida que montantes estavam previstos para as três parcelas do investimento. Pediu que confirmasse se a intenção do fundo era entregar a gestão do casino a terceiros.

O Representante do Fundo, respondendo ao Deputado, referiu que os 75 dias destinavam-se à aquisição das ações da ASTA e que isso implicava uma enorme atividade contratual. Relativamente ao jogo referiu que a separação estava subjacente no plano de negócios.

No que se referia ao investimento informou a Comissão e Subcomissão que era de 1 milhão referente ao hotel das Furnas, 8 milhões de euros para o hotel de Ponta Delgada e 1 milhão para Pêro de Teive.

O Deputado Jorge Macedo perguntou se os atuais acionistas da ASTA iriam fazer o investimento no casino e onde este ficaria localizado.

O Representante do Fundo respondeu que não tinha capacidade para avaliar os parceiros, mas que a ASTA tinha *know-how* e por isso seriam associados na questão do jogo. Referiu ainda que o casino ficará no interior do próprio hotel, conforme estava previsto desde o início.

O Deputado Paulo Mendes perguntou que participação do Governo Regional tinha neste empreendimento e se o Fundo pretendia começar as obras pela recuperação da Calheta, se estava confiante na viabilidade do casino, que taxas de ocupação previam e se a lojas das galerias seriam ocupadas por marcas de luxo.

O Representante do Fundo referiu que iriam começar pelo Posto de Turismo e pelo estacionamento e só depois iriam rever o projeto, definir a estratégia e acabar a obra.

Sobre a viabilidade do casino informou os Deputados que esse não era o seu negócio mas que esperava que sim.

Relativamente às taxas de ocupação referiu que essa era uma grande preocupação pelas dificuldades que o turismo atravessa, muito embora tenha

um estudo económico com esses dados mas que não estava disponível neste momento, mas, no entanto, era intenção daquela instituição participar no crescimento do turismo nos Açores.

No que se refere às lojas disse que não acreditava do interesse das marcas de luxo.

4º. cAPÍTULO – Conclusões

1. O contrato de concessão do Exclusivo de Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar foi celebrado entre a ASTA e a Região em 15 de abril de 2003 (cf. referido na Resolução n.º 148/2005, de 22 de setembro, ou Resolução 21/2007, de 22 de março), sendo a data prevista para o início das obras, 20 de março de 2006 [cf. Resolução n.º 30/2006, de 2 de março] e a de conclusão, final de 2008.

2. As obras de construção do Hotel Casino – Príncipe do Mónaco e das Galerias comerciais, situadas no aterro da Calheta Pero de Teive, em Ponta Delgada, encontravam-se, ao momento da entrada da petição na ALRAA, paralisadas, tendo como consequência um impacto ambiental negativo na zona do aterro da Calheta Pero de Teive, em Ponta Delgada.

3. A paragem das obras de construção do Hotel Casino – Príncipe do Mónaco e das Galerias comerciais, ocorreu por dificuldades financeiras e posterior falência do consórcio privado detentor da concessão de Jogo de Fortuna e Azar.

4. As obras iniciais previam na zona do aterro da Calheta Pero de Teive a construção de galerias comerciais com uma volumetria acima do pretendido pelos peticionários.

5. A circunstância da falência do consórcio privado detentor da concessão de Jogo de Fortuna e Azar suscitou a intervenção do Tribunal de Ponta Delgada, no sentido da elaboração de um Plano Especial de Revitalização (PER), que permitisse ultrapassar a situação de bloqueio verificada, conciliando os diversos interesses em causa.

6. Para a aprovação do PER, teriam que ser cumpridos concomitantemente os seguintes pressupostos:

a. A salvaguarda dos interesses das diversas empresas credoras e dos trabalhadores contratados;

b. A salvaguarda da viabilidade futura do empreendimento;

c. O cumprimento das exigências do Governo dos Açores referentes à execução do caderno de encargos da concessão, prazos de execução das obras e de salvaguarda de aspetos urbanísticos contestados pela população.

7. A Comissão e Subcomissão foram informadas que, no âmbito da execução do PER, aprovado pelo Tribunal de Ponta Delgada, após acordo da Assembleia de Credores, a empresa ASTA S.A. teria um novo plano de negócios assente nas seguintes condições:

a. Separação da exploração comercial de ativos - Hotel Casino - Príncipe do Mónaco, Galerias Comerciais, situadas no aterro da Calheta Pero de Teive, em Ponta Delgada, e do Hotel Spa, localizado nas Furnas - da exploração da concessão do Jogo de Fortuna e Azar, da seguinte forma:

i. Aquisição pelo Fundo Discovery dos ativos imobiliários e comerciais referentes ao Hotel Casino – Príncipe do Mónaco, Galerias Comerciais, situadas no aterro da Calheta Pero de Teive, em Ponta Delgada e do Hotel Spa, localizado nas Furnas, sendo o referido fundo responsável por assegurar a conclusão das obras e pela exploração futura dos hotéis e galerias comerciais de acordo com os prazos previstos no PER;

- ii. Exploração do casino dentro do Hotel Casino - -Príncipe do Mónaco, pelos atuais acionistas da ASTA S.A. em parceria com uma empresa com *know-how* na matéria.
8. Foram dadas ainda as seguintes garantias pelo Fundo Discovery:
- a. Que a abertura do Hotel SPA das Furnas e do Hotel Casino estão previstas, respetivamente, para janeiro de 2015 e para janeiro de 2016, conforme exigência do PER;
- b. Que à conclusão do Hotel Casino – Príncipe do Mónaco corresponderá a um investimento de 8 milhões de euros privados, que gerará sensivelmente 40 novos postos de trabalho diretos;
- c. Que à conclusão do Hotel Spa das Furnas corresponderá um investimento de 1 milhão de euros e que gerará, sensivelmente, três dezenas de postos de trabalho diretos.
- d. Que à conclusão das Galerias Comerciais corresponderá um investimento de 1 milhão de euros e que serão respeitadas as exigências do Governo dos Açores em termos de volumetria e impacto ambiental.
9. A Petição, por ser subscrita por **1.049** peticionários, deverá subir a Plenário nos termos regimentais;
10. Do Relatório deverá ser dado conhecimento o primeiro subscritor da Petição.

O Relator: José Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade na Comissão de Economia e de Política Geral.

O Presidente da Comissão de Economia: *Francisco Vale César*

O Presidente da Comissão de Política Geral: *Jorge Costa Pereira*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado pela apresentação do relatório.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta petição que já leva quase um ano em discussão e em comissões a ser analisada sobre a concessão pública da exploração de jogos de fortuna e azar na ilha de São Miguel nos terrenos da Calheta Pêro de Teive, levou a que aparecesse só agora nesta Casa porque é um problema de facto complexo.

Saudamos os peticionários e entendemos as suas razões.

O CDS já há muito tempo que considerou que esse empreendimento, naquele local, apagara as memórias da comunidade micalense, registadas em inúmeras fotografias e pinturas.

Mais uma vez o betão, sem consensos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... é prepotente e impõe-se em nome de um desenvolvimento mal planeado a alma dos lugares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É certo que a estética é discutível mas a memória e os contextos históricos são importantes para a identidade de um povo.

Todos temos memórias de barcos entre o verde açoriano e o azul do mar, guardadas no peito e é contra o desaparecimento dessas memórias que os peticionários se insurgem.

Por outro lado, sempre dissemos ser praticamente incompatível a existência de galerias comerciais em Pêro de Teive com a sustentabilidade dos pequenos comércio no centro da cidade de Ponta Delgada.

Não podemos ter tudo, por isso mesmo necessitamos de ter as escolhas acertadas.

Por outro lado, esta é mais uma das obras enguiçadas nesta Região, cujas negociações se prolongam indefinidamente no tempo e sujeita ao princípio do aumento da entropia, quanto mais tempo se passa, maior é a confusão, maior é a dificuldade em resolver o problema porque os seus contornos alargam-se e dão azo à deceção de alguns e ao desânimo de muitos.

Neste contexto não há desenvolvimento nem envolvimento.

A paisagem natural foi-se; a memória dos pescadores esvaiu-se; o progresso não chegou e o nó na garganta dos comerciantes do centro de Ponta Delgada, continuou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Continuo a aguardar pelas vossas inscrições.

(Pausa)

Eu agradecia que se inscrevessem sob pena de termos que avançar para o ponto seguinte.

(Pausa)

Bem, não havendo inscrições, vamos então avançar para o ponto 5 ...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada Zuraida, então?

Deputada Zuraida Soares (BE): Está à minha espera? Não me diga!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Ex.^a Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer-lhe a vontade, Sr. Deputado Berto Messias, não podia defraudar as suas expetativas.

O BE quer, antes de mais nada, e seguramente, saudar os peticionários e as peticionárias pela sua iniciativa cívica e também pela não desistência em fazerem cumprir antigas promessas eleitorais e políticas.

Esta petição tem a enorme importância de demonstrar como os planos de organização e ordenamento do território, na sua generalidade, são promotores de uma boa relação entre os interesses económicos e a natureza, a salvaguarda dos interesses das populações e o seu direito a usufruir dos espaços devidamente qualificados e postos livremente ao seu serviço.

Mas todas estas regras fundamentadas em estudos e no portefólio científico e urbanístico são atropeladas de forma abrupta quando interesses económicos ou relacionados se apresentam.

Nestes casos, as regras e os interesses das populações são, no imediato, negadas em função desses mesmos interesses.

A introdução na Região dos PIR é o corolário de toda esta desregulação ao serviço dos setores económicos privados e em detrimento do bem público, embora nos Açores, sejamos justos, a classificação como PIR (Projeto de Interesse Regional), nem sempre seja necessária para cometer qualquer tipo de atentado, basta lembrar o caso da Fajã do Calhau.

Os peticionários e as peticionárias têm razão, desde logo na denúncia de como o PS e o PSD se entenderam para alterar o Plano Diretor e o Plano de Pormenor da referida zona...

Deputado André Bradford (PS): Quem fez isso foi o PSD!

A Oradora: ... defraudando as promessas feitas à população de um espaço para o seu usufruto livre.

Também, desde logo, por colocarem o dedo na ferida, de como a lógica imobiliária, tendo o betão como astro, foi o comando político do Governo Regional e da Câmara de Ponta Delgada, mas que redundou naquilo que hoje

conhecemos, um centro histórico em morte lenta e uma evolução desordenada do crescimento.

Esta petição tem ainda o mérito, embora não sendo o seu objeto, de pôr a nu a hipocrisia reinante, quer do Governo Regional, quer da Câmara Municipal de Ponta Delgada, quando num dia aparecem preocupados com a importância económica, social e cultural do comércio tradicional e paralelamente para satisfazer interesses económicos mais forte, ou mais amigos, permite-se a proliferação de estruturas económicas que matam objetivamente o comércio tradicional.

O BE informa também esta câmara que entregará à Mesa uma iniciativa legislativa que procurará dar resposta aos anseios destes peticionários, uma vez ponderadas todas as envolvidas.

Antes de terminar, Sra. Presidente, não posso deixar de trazer aqui uma matéria que embora indiretamente relacionada com esta petição, é, digamos, inevitável tocar, porque se falou na ASTA também, e os próprios peticionários falam na ASTA no texto da sua petição.

Chamar a atenção para que há trabalhadoras que estão há anos, umas sem nenhuma possibilidade de arranjar emprego ou de o procurarem porque ficaram ligadas a este consórcio, a quem o anterior Governo Regional tudo perdoou, tudo permitiu, mas as trabalhadoras estão até hoje sem receber um tostão, estão no desemprego, têm salários em atraso, têm subsídios em atraso e continuam a honrar aquilo que querem para a sua vida, que é a dignidade de um posto de trabalho.

Esta é também daqui, da parte desta tribuna e do BE, uma saudação a essas mulheres que não desistem, ao contrário daquilo que o Governo Regional então fez, que foi preocupar-se com os interesses económicos deste consórcio, a quem tudo foi perdoado, como já disse, tudo, mas mesmo tudo (como diria o Sr. Vice-

Presidente) com dezenas de trabalhadoras que neste momento vivem numa aflição por culpa também do Governo Regional.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Não ser todas contratadas!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não estão nada a ser contratadas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas olha lá, foram contratadas quando?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele fala porque nunca soube o que é ter trabalho!

O Orador: Quero iniciar esta intervenção saudando os peticionários...

Deputado Francisco César (PS): Diga?! Não sei o quê? Conhece alguma coisa da minha vida?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Aliás, nem tu, nem nenhum dessa bancada da frente!

Deputado Francisco César (PS): Eu olho para o meu pai com muito orgulho! Não me conhece!

O Orador: ... e ainda dizer que quer em termos pessoais, quer em termos da Representação Parlamentar do PCP, a nossa identificação com aquilo que é a pretensão destes cidadãos, é total.

Deputado Berto Messias (PS): Desculpe!... O que é que sabe da minha vida?

Deputado Francisco César (PS): Ele não conhece!

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem que controlar essa azia!

Deputado Francisco César (PS): Fala do que não sabe!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS, PSD e do BE)

Presidente: Srs. Deputados, há uma coisa que tem que ficar clara para todos. Os apartes são regimentais. O sururu que deriva do debate é naturalíssimo, mas as ofensas não são permitidas.

Deputado Berto Messias (PS): Insultos não são apartes!

Presidente: Exatamente! As ofensas não são permitidas e por isso queria aqui reiterar que a Mesa, até agora não tem intervindo nesta matéria, mas naturalmente quando entender que o terá de fazer, fará.

Por isso apelo alguma contenção para que de facto aquilo que é dito sem ser ao microfone possa transformar-se numa situação mais grave que queremos de todo evitar.

Por isso apelava à vossa compreensão também nessa matéria.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saudar esta iniciativa de um grupo alargado de cidadãos, dizer que o cidadão Aníbal Pires e a Representação Parlamentar do PCP identificam-se com as pretensões destes peticionários e lembrar que corria a primeira metade dos anos 80 do séc. XX, quando já se discutia o problema da Calheta em S. Miguel, mais concretamente em Ponta Delgada e desde essa altura aquilo que ficou decido foi que aqueles terrenos seriam para uso público e qualquer construção que ali fosse feita, nunca ultrapassaria, em termos da sua volumetria a quota da estrada da Calheta de Pêro de Teive.

Aquilo a que assistimos posteriormente e todos conhecemos é aquela aberração daquele paralelepípedo gigantesco que roubou ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Gosta, Sr. Deputado? Gosta daquele paralelepípedo?

Ah muito bem, tem bom gosto, tem muito bom gosto.

... não só daquela aberração que retirou paisagem aos micaelenses e a quem visita a cidade de Ponta Delgada e que se constitui como mais uma barreira, enfim, para a frente de mar, mas não é só isso, é muito mais do que isso. Quanto dinheiro público foi já investido naquele empreendimento?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Investido? Desperdiçado!

O Orador: Investido, desperdiçado, como queiramos.

Isso é que importava apurar. Importava apurar quantos milhões de euros já foram gastos naquele investimento, porque sendo investimento privado, como todos nós temos conhecimento, grande parte daquele investimento privado é feito com fundos públicos, com dinheiro do erário público.

A verdade é que se ao olhar do cidadão comum, toda a gente percebeu, ou toda a gente percebia, que quer relativamente ao paralelepípedo gigante, quer relativamente às chamadas galerias comerciais, não valia a pena, não era um investimento reprodutivo, a verdade é que isso veio ao longo do tempo a verificar-se.

Temos ali o paralelepípedo, enfim, nem sequer chegou a ser acabado e depois as galerias comerciais, como se Ponta Delgada precisasse de mais espaços comerciais. Aquilo que Ponta Delgada precisa, aquilo que os Açores precisam, é de outras coisas e não de mais galerias comerciais, até porque a população, como sabemos, não aumentou, o poder de compra diminuiu, o rendimento disponível das famílias diminuiu e já vem a diminuir há muito tempo.

Portanto tudo aquilo que menos precisamos é de mais espaços comerciais. Precisamos de outras coisas e não daquilo, isto para além do facto daquilo ser um atentado patrimonial.

Mais, contrariou aquilo que tinha sido a decisão tomada em devida altura quando se conquistou aquele terreno ao mar, aliás solução que poderia ter sido

outra preservando o espaço da Calheta de Pêro de Teive e na altura haveria já soluções técnicas para que isso fosse possível, prolongando a avenida sem fazer aquele aterro e destruindo um espaço histórico de Ponta Delgada, que quem o conheceu recorda-o com uma certa nostalgia.

Eu vivi naquela zona de Ponta Delgada e tinha oportunidade de ao fim da tarde ir conversar com os pescadores da Calheta de Pêro de Teive...

Deputado José San-Bento (PS): Ai que saudade!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Oh, Srs. Deputados do PS, a questão é esta: Vs. Exas. confundem progresso e modernidade com cimento, com betão. Mas a verdade é esta, Srs. Deputados, nós podemos progredir, podemos modernizar sem perder a alma ...

Deputado Berto Messias (PS): Diga isso a Natalino Viveiros!

O Orador: ... e quando se fez aquilo em Ponta Delgada, foi perder um bocado da alma de Ponta Delgada. Foi perder um pedaço da alma de Ponta Delgada! Um pedaço da identidade de Ponta Delgada!

Deputada Zuraida Soares (BE): E milhões!

O Orador: E muitos milhões de euros (muito obrigado Sra. Deputada) do erário público.

Era isso que importava apurar, não só demolir aquelas galerias ...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Eu julgo que esta intervenção do Deputado André Bradford merece ser contabilizada como uma profunda intervenção.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado! Eu bem preciso! Eu bem preciso!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Não há condições.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que se fez foi de facto um atentado aos interesses da Região, não só por aquilo que destruiu, mas também, e como muito bem lembrou a Deputada Zuraida Soares, pelos milhões desperdiçados naquele investimento.

Deputado José San-Bento (PS): Mas quais milhões desperdiçados?

O Orador: O que importava saber, era apurar responsabilidades, responsabilidades do Governo Regional, responsabilidades da Câmara Municipal de Ponta Delgada que viabilizou aquele projeto.

Isso mais tarde ou mais cedo vai ter de ser apurado e vão ser responsabilizados os decisores daquele investimento e sobretudo da perpetuação daquelas ruínas na frente marítima de Ponta Delgada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por, naturalmente, saudar os 1049 peticionários e aproveitar para justificar por que é que uma petição que entrou no dia 13 de março de 2013 só agora é discutida no Plenário, e para lembrar e esclarecer todos os colegas Deputados, e também a população, para as particularidades que este caso suscitou.

Isso foi muito bem referido pelo Sr. Relator, mas de facto estivemos perante um conjunto de diligências que foram decididas, unanimemente na Comissão,

realizar e que se prolongaram muito no tempo por razões absolutamente externas a qualquer Deputado e a qualquer Grupo Parlamentar.

Queria, aliás, a esse propósito, destacar o trabalho diligente e competente do Sr. Deputado Francisco César, na qualidade de Presidente da Comissão de Economia, um trabalho impecável na condução deste trabalho, e também do Sr. Deputado Costa Pereira, Presidente da Comissão de Política Geral, pela forma como souberam conduzir esses trabalhos num contexto que muitas vezes foi de facto marcado por adiamentos sucessivos, nomeadamente, na audição do responsável pelo fundo Discovery.

Fica aqui este esclarecimento, que acho que é devido e muito importante, para se perceber que não é imputável aos Deputados, nem a nenhum Grupo Parlamentar, esse atraso ou esse tempo (não chamaria atraso). Decorreu um tempo anormalmente alto para o que é normal no tratamento de petições aqui na nossa Assembleia.

Esta obra, de facto, sempre foi muito contestada. É contestada pela volumetria do empreendimento, eventualmente por alguns fatores estéticos. Tudo isso é muito subjetivo, mas houve essa contestação e essa contestação foi muito ampliada pelo facto de se ter chegado a uma situação em que houve a falência de um consórcio privado.

Isso implicou na solução a entrada dos tribunais para permitir a aprovação de um plano especial de revitalização e isso introduziu uma morosidade também muito significativa neste processo, o que levou realmente a que decorressem muitos anos até que se conseguisse chegar a uma solução.

Mas chegou-se a uma solução boa e, ao contrário do que foi aqui dito, não houve desperdício nenhum. Desperdício seria se nós seguíssemos a opinião que alguns, de uma forma irresponsável e demagógica, chegaram a defender, como a demolição total do empreendimento, fazer queixas a Bruxelas (não se sabe bem de quê). Aliás foi isso que o Sr. Presidente da Câmara de Ponta Delgada

defendeu publicamente, mas também aí o tempo foi maduro e esclareceu. Permitiu que, de facto, ele tivesse que engolir as suas próprias palavras.

O que interessa agora aqui destacar é que depois de um período de pessimismo, de contestação e incerteza, chegou-se àquilo que nós consideramos ser uma boa solução.

É uma solução, que como aqui foi referido, implicará um investimento de um milhão de euros para concluir o Hotel SPA das Furnas (vai gerar mais de 20 empregos), mais um milhão de euros para adaptar as galerias comerciais e cerca de oito milhões de euros para permitir a conclusão do Hotel Casino, uma obra que irá gerar 40 empregos.

Portanto, nós estamos a falar de um investimento de cerca de dez milhões de euros que vai gerar mais de 60 postos de trabalho diretos e, indiretamente, é possível também que se verifiquem várias dezenas de postos de trabalho.

Isto significa que esta solução tem vários méritos. Desde logo, e desse ponto de vista, gostava também de sublinhar que o PS nunca alinhou numa postura demagógica e irresponsável em relação ao tratamento desse assunto. Nós nunca confundimos aquilo que era a legítima indignação das pessoas com aquilo que tinha que ser a responsabilidade dos agentes políticos.

De facto, o que procurámos foi contribuir para uma solução construtiva, para uma solução que resolvesse o problema, mas que salvaguardasse, desde logo, os créditos das empresas que tinham sido contratadas para prestar serviços e vender materiais para aquela construção, com isso protegendo centenas de empregos; uma solução que dessa forma também permitisse a qualificação de uma zona litoral da cidade de Ponta Delgada e com isso procedesse a uma grande requalificação da oferta turística ao nível de topo, na cidade de Ponta Delgada, através da construção de um Hotel de 5 estrelas.

Portanto isso permite a reconfiguração quer da ilha, quer do destino Açores, através da entrada e funcionamento de uma moderna e excelente unidade

hoteleira e também uma solução que vai criar, como eu referi, muitos novos empregos. Isso é também uma mensagem positiva, uma mensagem de confiança e de otimismo, porque esta é uma solução que traz mais emprego.

Portanto, não houve aqui desperdício, o que houve foi uma situação que teve a ver com a falência de um privado.

O Governo aquilo que fez foi tentar salvaguardar o interesse público o mais que podia e isso obrigou, obviamente, a um processo negocial que também não foi fácil, como calculam, em várias circunstâncias entre credores, acionistas e os próprios tribunais.

Não há dúvida nenhuma que aquilo que o Governo fez foi pôr acima de tudo a defesa do interesse geral.

Nós achamos que esta solução que se verificou é uma boa solução e torna este problema, neste momento, numa perspetiva de que é muito mais aquilo que nos aproxima do que propriamente aquilo que nos separa.

Aliás, convém referir a este propósito, citando um artigo de jornal do segundo subscritor da petição, quando confrontado com a notícia desta solução que se atingiu, diz claramente que: “cumpriu-se o principal objetivo do movimento que foi o de pressionar para que houvesse uma decisão”, considerando também essa decisão positiva e que agora o movimento iria zelar pelo cumprimento dos prazos.

Esses também serão cumpridos, tanto quanto sabemos. Aliás, há boas notícias em relação a isso no que se verifica já na situação do Hotel SPA das Furnas, em que já há um diretor do hotel contratado, já há funcionárias que estão a ser contratadas e também numa perspetiva de regularizar situações anteriores que são lamentáveis mas que estão a caminho de uma solução.

Para terminar, não posso também deixar de registar que, nas várias perspetivas e nas várias oportunidades que o Governo Regional teve de participar e de influenciar uma solução para este processo, houve sempre a preocupação de

salvaguardar o essencial daquilo que eram os anseios populares que levaram à realização desta petição.

Portanto, o Governo teve sempre em conta aquilo que eram os legítimos interesses desses peticionários. Aliás, até antes de haver a própria petição, o Governo tinha de facto consciência que havia um problema que tinha que ser retificado.

As galerias vão ser demolidas, em parte (o empreendimento das galerias). Tanto quanto também nos foi dito pelo próprio responsável, vão ser reconfiguradas, vão terminar no final de janeiro de 2016, na mesma altura em que abrirá ao público o Hotel Casino Príncipe do Mónaco.

São estes os prazos que foram definidos. Para o Hotel das Furnas, também janeiro, fevereiro de 2015, portanto um prazo já muito próximo.

Foi isso mesmo que o Grupo Parlamentar do PS teve oportunidade de questionar ao Sr. Representante dos Fundos Discovery e houve a confirmação, precisamente, dessa intenção de investimento, dessa intenção de concretizar estas importantes intervenções e conseqüentemente cumprir aquilo que já era público em relação a esses prazos.

Assim sendo, nós acreditamos que, no caso das Furnas já a muito breve trecho e no caso do Hotel Casino, cerca de 13, 14 meses de distância, nós poderemos olhar para estes dois empreendimentos considerando que os problemas pertencem ao passado e certamente farão parte daquilo que serão os novos Açores.

Nós estamos a construir uma Região cada vez mais desenvolvida e mais forte em termos turísticos, mais qualificada, com melhor turismo.

É para isso que estamos a trabalhar e esperamos que esses privados, com o apoio de fundos públicos, porque também é assim que se tem estimulado o investimento privado, consigam contribuir para esses Açores do futuro, uns Açores que serão cada vez mais prósperos e com um futuro mais risonho.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ao fim de 18 anos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para concluir tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O povo diz e com alguma razão que “tudo está bem quando acaba bem”.

Mas neste caso podia ter acabado muito melhor, ...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Aníbal Pires (PCP): Um otimista!

O Orador: ... não tivesse sido desde o início uma atitude perfeitamente incompetente por parte do Governo Regional.

Aliás, com o Governo Regional qualquer coisa que vai além de uns quilómetros de alcatrão ou de uns metros cúbicos de betão, o Governo enreda-se todo. Neste caso foi o caso da fortuna e do azar, mais azar do que fortuna.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acaba bem, porque houve o empenhamento de um conjunto de cidadãos,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça do que está a dizer, Sr. Deputado

O Orador: ... liderados por dois peticionários muito dinâmicos, o caso do Manuel Moniz e do Santos Narciso, que conseguiram através dessa petição trazer este tema para a atualidade política e para a atualidade mediática.

Esta foi a verdade e essa verdade é tão mais verdadeira quando nós sabemos que sempre que havia eleições regionais ou havia eleições autárquicas apareciam nas primeiras páginas dos jornais promessas de rápida resolução do problema, quer do Hotel Casino, quer do Hotel SPA das Furnas.

Deputado José Contente (PS): Isso era os que iam almoçar todos os dias!

O Orador O que é certo é que estes cidadãos, os 1049 cidadãos trouxeram para a agenda mediática uma nódoa que estava, e continua neste momento, no coração de Ponta Delgada.

O que dirão, por exemplo, os nossos turistas que desembarcam nas Portas do Mar e que, 500 metros à direita depois de entrarem na Avenida Marginal, encontram aquele mono inacabado e pior do que isso, abandonado.

O que é que podiam dizer? Diriam que esta era uma Região que queria ser um bom destino turístico, mas que não tinha unhas para aquela viola.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas queria pô-lo onde? Na Calheta?

O Orador: Era o mínimo que os turistas que nos visitavam podiam dizer.

Pior do que isso! Eram os operadores turísticos que eventualmente ao querer vender o destino Açores, se deparavam com uma situação de um hotel inacabado, hotel esse que diriam: se houvesse potencial, o hotel estaria finalizado; não havendo esse potencial, ou desconfiando não haver esse potencial, pelo facto do hotel estar inacabado.

Ou seja, durante seis anos tivemos uma nódoa no coração de Ponta Delgada e a responsabilidade ...

Deputado José San-Bento (PS): De quem é a responsabilidade?

Deputado Francisco César (PS): É do PS!!!

Deputado André Bradford (PS): É da Câmara Municipal!

O Orador: ... é em enormíssima parte, do Governo Regional.

Deputado José Contente (PS): Não foi o Governo! Foram as escolhas do PSD!

O Orador: Vou explicar porquê. Desde o princípio que todos desconfiávamos que aquele consórcio não era capaz de concretizar aquele investimento.

Desde o princípio questionava-se a saúde financeira daquele consórcio, mas aquele consórcio era o consórcio do regime e todos nós sabemos muito bem que era o consórcio do regime.

Palavras são confirmadas pelos factos, ou seja, se em 2006 foi assinado o contrato de concessão, em 2007 já havia enormes felicitações e em 2008 era para os hotéis (o Hotel SPA das Furnas e o Hotel Casino) estarem concluídos juntamente com a Galeria.

Todos já sabíamos, em 2007, que aqueles investimentos não iam estar concluídos em 2008, mas mesmo assim o Governo Regional desfazia-se em elogios às empresas do regime, porque (acredito até que não acreditassem, passe o pleonasma) aquele projeto teria bom sucesso, mas cumpria-se a tradição de elogiar aquilo que o Governo Regional entendia como sendo uma boa solução, mas que ao fim das contas se percebeu que se enriqueceram de tal maneira que houve durante seis anos uma nódoa no coração de Ponta Delgada.

Deputado José Contente (PS): Foram os elogios da Câmara de Ponta Delgada!

O Orador: Todos percebíamos que por aquela via, pelo consórcio ASTA, aquela obra nunca teria fim.

Mas há também uma história para contar que é: quando existem problemas o Governo Regional diz que o assunto é com os tribunais. Quando existem problemas o Governo Regional apressa-se a dizer: “Aquilo é um investimento privado!”

Mas, quem é que escolheu aquele consórcio? Quem é que escolheu as empresas do regime, se não o Governo Regional?

Deputado André Bradford (PS): Ninguém escolheu ninguém!

O Orador: Quando todos percebíamos que aquelas empresas não tinham fôlego para aquele investimento.

Respondendo ao Deputado Aníbal Pires foram 11 milhões de recursos públicos consumidos naquele investimento (11 milhões de euros!). Não são 11 euros, nem 11 000 euros! São 11 milhões de euros consumidos naquele investimento.

Mas, de promessa em promessa, todas as vezes que se passava por uma campanha eleitoral regional ou autárquica, foram os credores que tinham aquele

investimento e aqueles créditos às costas, que tiveram que mexer-se para encontrar uma solução.

O PSD satisfaz-se, está satisfeito pelo facto de se ter encontrado uma solução.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não parece!

O Orador: Podia ter sido uma melhor solução, caso o projeto tivesse tido a sua conclusão nos prazos inicialmente previstos, mas a solução foi agora encontrada, através do Fundo Discovery. É uma boa solução!

É uma boa solução porque vai permitir não só a conclusão daquela nódoa (refiro-me ao Hotel Casino), como a demolição parcial das galerias comerciais.

Enquanto Belmiro de Azevedo, no Parque Atlântico, ou nos seus investimentos (passe a publicidade), ou nos seus centros comerciais, colocava um placar a dizer qual é a temperatura e qual é a humidade, nós/vós entendíamos que seria possível construir um parque, um centro comercial ao ar livre, num sítio de chuva e humidade ...

Deputado José Contente (PS): Oh senhor, o projeto foi aprovado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada!

O Orador: ... (só nós conhecemos), a agravar o facto de retirar pessoas do centro da cidade de Ponta Delgada, afetando sobretudo o comércio tradicional e os nossos comerciantes do comércio tradicional.

Deputado José Contente (PS): Mas quem é que aprovou o projeto?

O Orador: Mas dizia eu, ninguém acreditava naquele Centro Comercial.

Deputado José Contente (PS): E a licença de construção? Ela ainda está lá!

O Orador: Aliás, quando os investidores foram ter com alguns investidores de referência, acerca da possibilidade de lá investirem as chamadas marcas “âncora”, esses investidores de referência perguntaram: quanto é que vocês pagam para nós virmos para aqui? Não foi, quanto é que custa nós virmos para cá?

Ou seja, aquele centro comercial e aquelas galerias comerciais, todos percebiam que à partida que não tinham qualquer viabilidade, nem sustentabilidade.

Termino, dizendo que o PSD vai ter uma atuação de satisfação vigilante.

O Deputado José San-Bento referiu há pouco que o Hotel SPA das Furnas, tem como prazo para a sua abertura janeiro de 2015. Não é janeiro, fevereiro. É janeiro de 2015! E janeiro é já daqui a 15 dias. Pode somar-se os 31 dias do mês de janeiro e ficaremos com 45 dias. Mas janeiro é já agora.

Ficaremos vigilantes também ao facto da obrigatoriedade da abertura do Hotel Casino Príncipe do Mónaco em janeiro de 2016, ou seja, são prazos que têm efetivamente que ser cumpridos, sob pena de mais uma vez nós/vós, terem falhado os objetivos a que se propuseram.

Termino, felicitando em primeiro lugar os açorianos; em segundo lugar, a solução encontrada pelos credores; em terceiro lugar, o Governo Regional; em quarto lugar, toda esta Assembleia e todos os partidos aqui representados.

Julgo que a solução que foi encontrada tem que ter o envolvimento e todos têm que ser parabenizados, uns em maior monta do que outros, mas todos tiveram uma palavra e uma ação importante para que este projeto fosse avante.

Aos peticionários por toda a pressão mediática, pelo dever de cidadania, que colocaram sobre esse processo, que fez com que alguém se mexesse, nomeadamente também o Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Foi a intervenção mais confusa que já o vi fazer nos últimos anos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, pediu a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para um protesto.

Presidente: Protesto a...?

Deputado José San-Bento (PS): Para um protesto pelas insinuações gravíssimas do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Presidente: Mas referente a...?

Deputado José San-Bento (PS): Sobre o facto do Governo ter escolhido empresas ...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Desculpe lá essa acusação é gravíssima e vai ficar aqui esclarecida.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu vou permitir ...

Deputado José San-Bento (PS): Nós não admitimos esta prática.

Presidente: ... que o Sr. Deputado José San-Bento faça o protesto.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sra. Presidente:

Sr. Deputado, eu lamento imenso, lamento imenso porque eu reconheço que o senhor é um parlamentar que defende as suas causas de uma forma frontal, às vezes contundente, mas com profunda convicção.

Eu também gosto desse estilo, aliás eu evito sempre o mais que posso, pedir votos de protesto porque nós defendemos um debate vivo e um debate que seja caloroso.

O protesto pela seguinte razão, Sr. Deputado: lamento que o senhor não tenha resistido à tentação demagógica de insinuar e depois concretizou uma referência que é absolutamente falsa e inadmissível de que o Governo escolheu as empresas ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Ninguém escolhe ninguém aqui!

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Governo e a Câmara Municipal de Ponta Delgada!

O Orador: ... e que dessa forma fez qualquer tipo de prática menos clara.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Eu queria deixar aqui absolutamente claro, aliás isso está no relatório, tratou-se de um concurso idóneo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Governo e a Câmara Municipal de Ponta Delgada!

O Orador: Venceu quem venceu de uma forma legal ...

Deputado Francisco César (PS): Não há empresas nenhuma!

O Orador: ... clara e transparente.

Deputado Berto Messias (PS): E público!

O Orador: Portanto, esta é que é a questão.

Os desenvolvimentos que posteriormente ocorreram já todos tivemos aqui oportunidade de referir e o relatório também os aborda. Mas eu já nem vou entrar por aí sobre as alegações que o senhor faz, responsabilizando o Governo por prazos e por atrasos que têm a ver infelizmente com a justiça do nosso País. Agora, Sr. Deputado, sinceramente eu não esperava que o senhor fizesse aquilo que fez...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e como deve calcular esta sua referência é profundamente injusta, é inadmissível e nós não podemos aceitar que a oposição, particularmente o PSD e o senhor que conhece bem a história desse processo, tente vir aqui, devagarinho, pezinho sobre pezinho, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pezinho sobre pezinho! Mas o que é isto?!

O Orador: ... fazer uma afirmação que é da maior gravidade.

Nós não admitimos isso.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo para um contraprotesto tem a palavra.

Dois minutos.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, os debates parlamentares têm que ser feitos com total clareza.

Então esclareça o seguinte: eu não vim pezinhos a seguir de pezinhos (penso que foi o termos que utilizou).

Deputado José San-Bento (PS): O senhor insinuou!

O Orador: Eu não insinuei. Eu disse e reafirmo aquilo que já tinha dito: as empresas do consórcio ASTA eram as empresas do regime. Eu não insinuei. Eram as empresas do regime.

Deputado José San-Bento (PS): Qual é o regime jurídico que institui este conceito de empresa de regime? Diga lá!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ouça! Habitue-se a ouvir!

O Orador: Já na altura enfrentavam gravíssimas dificuldades financeiras e mesmo assim...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: ... o Governo aceitou-as ao concurso e concessionou o jogo de fortuna e azar a empresas que já pela sua fragilidade financeira, na altura, comprovaram que não eram capazes de concluir aquele investimento.

Aliás, a prova provada de que aquelas empresas não eram capazes foi o estado em que aquele investimento ficou durante seis anos.

Deputado José San-Bento (PS): Eu protestei isso!

O Orador: Aliás, registre-se inclusive alterações ao projeto inadmissíveis ...

Deputado Francisco César (PS): Foram aprovadas pela Câmara Municipal!

O Orador: ... relativamente ao Hotel SPA das Furnas.

A canalização da água termal para o Hotel SPA das Furnas, na altura, ...

Presidente: Sr. Deputado, vamos manter-nos na questão do contraprotesto se faz favor.

O Orador: ... foi totalmente alterada porque a empresa não tinha condições financeiras para suportar aquele investimento.

Sra. Presidente, eu termino.

Sr. Deputado, eu não vim com pezinhos de lã, eu disse. Eu não insinuei, eu afirmei.

Obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, pediu a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Uma interpelação à Mesa para solicitar à Sra. Presidente que solicitasse aos nossos serviços jurídicos da Assembleia ou ao Sr. Deputado Jorge Macedo que me fizesse o favor de facultar o regime jurídico que institui este conceito de empresa de regime.

Eu desconheço esta designação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já o vou dispensar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feito registo. Tentaremos encontrar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Se forem à cela 44 ele explica-vos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos em condições de avançar com a Agenda da Reunião, uma vez que terminámos o ponto 4.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 33 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, terminámos o ponto 4 da nossa Agenda.

Vamos avançar para o ponto 5 ...

Srs. Deputados, os que não estão sentados agradeço que pelo menos permitam-me anunciar o ponto seguinte: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/X – “Regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel”.**

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Para a apresentação deste diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o “Regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel”, visa a adequação da nossa legislação, já com dez anos, muito determinada pelo processo da reconstrução de Angra do Heroísmo após o sismo de 1980 e ainda muito tributária das doutrinas tradicionais de intervenção patrimonial que tiveram por prevalência em Portugal e na Europa, até à segunda metade do século XX, visa, dizia eu, adequação da nossa legislação às cartas, às recomendações e às convenções internacionais definidas pelo ICOMOS e adotadas pela UNESCO.

A principal estratégia assenta sobretudo nos conjuntos arquitetónicos mais valiosos, não tanto na realização de obras, mas muito mais na conservação e na manutenção de edifícios.

A principal preocupação reside na conciliação da tradição com a modernidade para que o povo não seja inimigo do património já que tem que ser o seu principal defensor e para que o património não seja tido como um incómodo, antes como uma mais-valia para os cidadãos e para as comunidades.

Contra a classificação unificadora que praticamente subtrai o património da utilização coletiva, o objetivo consiste na vontade de que os bens classificados conservem e ampliem a sua utilidade funcional.

Para que tudo isto aconteça o património tem de atrair gente jamais devendo afastá-lo;

Para que tudo isto aconteça os procedimentos de conservação e de manutenção dos edifícios, terão de ser compagináveis com as expectativas e com as exigências do nosso quotidiano.

A título de exemplo, como o conforto sanitário e ambiental, com o combate às pragas e às catástrofes naturais e com o desempenho energético e das novas tecnologias.

Como noutras paragens para combater a invasão das térmitas poderá fazer-se a substituição das estruturas de madeira, por estruturas de metal e eventualmente de betão.

Como noutras paragens nas zonas classificadas o rigor tem de diminuir do centro para a periferia, isto é, da zona de classificação para a zona de proteção.

Aliás, o excesso de regulamentação e a falta de liberdade possuem como antídoto os arranjos e as construções clandestinos.

Entre os principais procedimentos da defesa do património a opção recai inicialmente na sensibilização da comunidade dos cidadãos, indispensável no resguardo do património imóvel contra todas as cautelas, indispensável no resguardo do património móvel, contra o perigo do extravio acentuado na falta de conveniente registo.

Depois, importa o reforço da fiscalização que deve ser dotada de meios humanos, recursos materiais acrescidos.

Assim, só depois deste exercício de profilaxia movido pela sensibilização e pela fiscalização se justifica, a título excepcional, a intervenção coerciva.

Longe do espírito do legislador está o propósito de regulamentar tudo, eventualmente determinado pelo incumprimento de anterior legislação.

Mesmo assim prevalece o intento da uniformização legislativa vertido, por exemplo, pela junção num único diploma de todas as áreas classificadas.

No entanto persiste também a demais legislação de incidência patrimonial, por exemplo a arqueológica, a arquivística e a imaterial.

Natural é que sobre a informação relativa ao património móvel prevaleça a informação relativa ao património imóvel classificado, cuja salvaguarda exige um esforço acrescido de regulação.

Transitoriamente até à entrada em vigor de legislação específica destinada à proteção dos exemplares arbóreos notáveis, da responsabilidade do organismo

competente em matéria de ambiente, a Secretaria Regional da Educação e Cultura aplicará o regime de classificação e de proteção previsto neste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Propõe o Governo ao Parlamento uma nova versão para o Regime Jurídico que estabelece a Inventariação, Classificação, Proteção e Valorização dos Bens Culturais Móveis e Imóveis existentes na Região Autónoma dos Açores e que vigora há 10 anos.

As intenções, em geral, são boas.

Por exemplo, em matéria de património imóvel, faz sentido passar de uma perspetiva fachadista para uma visão holística. Reconhecer cada edifício e cada conjunto classificado como um todo, que inclui valores espaciais e construtivos externos ou internos, e não apenas como uma fachada. Porque a salvaguarda e a valorização do património construído compreendem, de facto, a conservação e transmissão às gerações vindouras de todos os valores presentes em cada imóvel ou conjunto.

É ainda mais positiva a preocupação de conciliar a tradição e a modernidade na intervenção patrimonial. Adequar o imóvel às necessidades quotidianas e às expectativas contemporâneas, sem prejuízo da obrigação que nos cabe de respeitar e preservar a memória cultural. Para que o povo não veja o património como inimigo, como bem referiu aqui o Sr. Secretário Regional, e a sociedade não encare o património como entrave burocrático ao desenvolvimento natural.

São essencialmente estas duas razões, substanciais nas alterações propostas, que levam o PSD a votar favoravelmente o presente diploma.

Mas o nosso apoio não é incondicional.

Para além destes dois elogios, temos duas dúvidas e duas críticas.

A primeira reserva decorre da constatação de que a classificação e a salvaguarda dos exemplares arbóreos notáveis são retiradas do objeto deste novo diploma. Passam da Cultura para o Ambiente.

Por exemplo, o Metrosídero do Campo de S. Francisco, os Eucaliptos do Monte Brasil ou os Dragoeiros e Araucárias da cidade da Horta foram classificados como bens culturais mas serão salvaguardados como espécies ambientais.

Ou seja, para a Cultura foi **a** árvore e para o Ambiente será **uma** árvore.

Esperamos que esta pequena subtilidade não faça uma grande diferença.

A segunda reserva é suscitada pelo parecer da Ordem dos Arquitetos às alterações propostas pelo Governo Regional para defender uma atitude mais profilática, isto é, apostar numa verdadeira fiscalização, dotando-a de mais meios humanos e recursos materiais para o cabal desempenho das funções inerentes.

Partilhamos esta preocupação, não apenas na proteção e valorização dos bens imóveis públicos e particulares, mas também numa política de fiscalização que previna e combata o extravio de peças com interesse para fora da Região.

Isto remete-nos para duas críticas finais, também de natureza pragmática, que constatamos na postura reiterada da ação governativa recente e presente e que desejamos ver corrigida no quadro futuro da nova legislação.

Entendemos que a política regional do património cultural tem que ser menos passiva, menos reativa e mais proactiva.

Mais proactiva no levantamento e registo do património móvel.

Mais proactiva na classificação e salvaguarda do património imóvel.

No primeiro caso, do património móvel que extravasa a rede oficial dos museus regionais, já se conhece o bom exemplo de que o espólio do Museu do Carnaval

da Ilha Terceira, propriedade da Junta de Freguesia das Lajes, está a ser estudado por técnicos da Direção Regional da Cultura.

Mas há ainda todo um trabalho a desenvolver, com premência e pertinência, para levantamento e registo dos bens particulares que se encontram dispersos por mais de meia centena de núcleos museológicos em todas as ilhas.

Aliás, a constituição de uma “Rede de Instituições Museológicas dos Açores”, que o PSD propôs e o PS chumbou no ano passado, teria sido um contributo importante nesse sentido.

Como bem reconheceu o Secretário Regional da Educação e Cultura na Comissão Parlamentar dos Assuntos Sociais, o problema surge no património que não está registado e que apenas se conhece a sua existência pela notícia de que foi extraviado, sendo que em muitas situações nem sequer o extravio é conhecido.

Também no segundo caso, do património imóvel particular que evidencia interesse público, bem pode o governo regional ser mais proactivo.

A Lista dos Imóveis Classificados dos Açores, anexa ao diploma em apreço, é constituída por cerca de 300 classificações como “Monumento Regional”, “Imóvel de Interesse Público”, “Imóvel de Interesse Municipal” e “Exemplar Arbóreo de Interesse Municipal”, incluindo ainda quatro “Conjuntos Classificados de Interesse Público” – neste caso, Angra do Heroísmo, Santa Cruz da Graciosa, Vila do Corvo e Vila do Porto.

Estas classificações incluem 5 monumentos escultóricos, 5 casas de espetáculos, 8 palácios, 10 construções militares, 16 solares, 33 conjuntos arbóreos, 58 igrejas, ermidas e conventos, 72 edificações diversas (incluindo 5 Paços do Concelho e o próprio edifício sede do Parlamento dos Açores) e ainda 98 moinhos de vento e de água.

É igualmente curioso constatar que cerca de dois terços de todas as classificações (218) foram deliberadas entre 1976 e 1996. Antes disso foram feitas 34, de 1943 a 1975, e depois disso foram feitas 63, de 1997 a 2014.

Curiosamente também, o primeiro imóvel classificado nos Açores foi a Igreja de S. João Batista e o próprio Castelo do Monte Brasil, na Cidade Património Mundial, em 1943, e o último foi a Casa Manuel de Arriaga, nesta ilha do Faial, em 2008.

Há 6 anos que não é classificado qualquer bem imóvel nos Açores.

Não é que isso seja obrigatório, mas será certamente conveniente.

E não faltam bons pretextos para isso ao abrigo, aliás, da tal visão holística.

Se tomarmos como exemplo o concelho de Ponta Delgada, teremos, desde logo, o que resta da primeira fábrica da baleia construída nos Açores, em 1937, nos Poços de São Vicente Ferreira, que o Secretário Fagundes Duarte ainda tentou classificar. Mas há muitos outros casos que simbolizam a nossa memória coletiva.

Por exemplo, os próprios Paços do Concelho, um edifício barroco do final do século XVII que é referência incontornável do centro histórico da cidade.

Por exemplo, a Casa da Lombinha dos Cães, atual Beco António Borges, na freguesia de São José, onde Manuel António de Vasconcelos fundou o mais antigo jornal português, o “Açoriano Oriental”, em 1835;

Por exemplo, a Casa da Rua do Pedro Homem, na freguesia de São Sebastião, onde Mouzinho da Silveira escreveu os célebres decretos de 16 de maio de 1832 que revolucionaram a administração pública em Portugal.

Por exemplo, a Casa da Rua do Brum, também na freguesia de São Sebastião, onde resiste desde 1836 a mais antiga Sinagoga portuguesa construída após a expulsão dos judeus e a última existente nos Açores;

Por exemplo, a Casa do Monte, na freguesia dos Ginetes, onde José Maria Raposo do Amaral hasteou, pela primeira vez, em 1897, a Bandeira da Autonomia dos Açores.

Se um breve exercício de memória permite identificar meia dúzia de imóveis com interesse histórico num único concelho, imagine-se o que seria o resultado de um levantamento rigoroso e exaustivo por iniciativa do governo nas nove ilhas.

É por isso que queremos um governo menos reativo e mais proactivo também na defesa e valorização do nosso património coletivo.

É esse património de interesse histórico – móvel, imóvel e imaterial – que nos identifica, que nos distingue e que nos valoriza como povo autónomo no meio do Atlântico.

Elogiamos, criticamos e propomos, com a nossa comprovada disponibilidade de colaboração, porque o que importa, aqui, é a Cultura.

E a Cultura deve estar acima dos Partidos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que aqui estamos a analisar é uma proposta que tem efetivamente muito boas intenções, mas que enferma do exagero.

Ora, vou explicar-vos como é que se anda, ou como é que se dá o passo do ponto de vista biofísico: o cérebro dá instrução a uma célula, altera-se a permeabilidade, gera-se um potencial de ação, propaga-se ao longo do neurónio, no final dá-se uma sinapse, esta sinapse liberta um enzima, esta enzima altera de novo a permeabilidade, essa permeabilidade gera novo

potencial de ação, é depois alterada a permeabilidade porque é libertada uma anti enzima chamada a acetilcolina, que por sua vez isto vai por aí abaixo até que a gente consiga mexer um pé.

Ora, se nós quiséssemos andar de acordo com essas regras, nunca dávamos um passo.

É exatamente o que temos aqui nesta enorme Proposta de Decreto Legislativo Regional. Um exagero de definições que se formos para cumprir, acabamos por não fazer coisíssima nenhuma. São tantas as definições e tanto o exagero que eu duvido que na prática conseguimos ter resultados para atingir aquilo que é de facto um bem, que é a conservação do nosso património cultural, móvel e imóvel.

Por outro lado, quando nós limitamos demasiado a liberdade das pessoas, interferindo não só nos conjuntos patrimoniais, como por exemplo em Angra do Heroísmo em que temos uma arquitetura vernacular, secular em que damos instruções claríssimas desde a cor das portas, desde o tipo de telha, desde a forma das janelas, à transparência do vidro, à cor da telha que tem que estar, da cana de cima e da cana de baixo, isto paralisa.

Por outro lado, com tantas instruções há aqui algo que me parece estranho que é um pouco de falta de autoridade moral para o fazer, na medida em que se ler, por exemplo, aqui uma das alíneas, que se diz: “nas novas construções, nas ações resultantes de reedificação e de reinterpretação e na ampliação de edifícios existentes, é proibido o revestimento nas paredes exteriores e a utilização de superfícies envidraçadas de fibrocimento, de tijolo ou imitações, de reboco rugoso em massa grossa do tipo tirolês ou outro, em materiais cerâmicos, de materiais metálicos, de materiais polidos, brilhantes, de pedra rolada, alvenaria, etc., etc., etc.”.

A grande pergunta que surge é: afinal a Biblioteca Pública de Angra tem alguma coisa a ver com aquilo que se exige ao conjunto ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... vernacular, secular de Angra do Heroísmo, Sr. Secretário?

É que nada disto é compatível com os exemplos que o próprio Governo Regional aplica nas zonas classificadas na Região. Ora, o nosso entender é que de facto há necessidade de esclarecimentos e de novas definições porque quando nós falamos de cores tradicionais, já o tinha dito em Comissão e volto a dizer aqui, as cores tradicionais não significam literalmente nada, porque cores tradicionais têm conceitos completamente distintos na cabeça de cada indivíduo que tem a ver com a sua cultura e os seus próprios conceitos estéticos. Há aqui intromissões estéticas que são opiniões que pura e simplesmente são subjetivas e que são traduzidas em legislação: pega-se, por exemplo, como é que se deve pôr as madeiras, quais é que devem ser as cores do mobiliário urbano, etc., etc.

Estamos a falar de questões estritamente estéticas.

Uma coisa é olharmos para as fachadas, outra coisa é querermos também legislar o interior das próprias habitações. Acho que há muito exagero naquilo que diz respeito às normas para o interior das habitações.

O CDS-PP faz algumas propostas de alteração para facilitar a vida a algumas pessoas que vivem nas zonas classificadas e que nos parece que são alguns exageros nítidos que se forem postos em prática, leva a que não haja a conservação do património que nos interessa a todos preservar.

Por outro lado também encontra aqui alguma falta de critério relativamente às questões das classificações, principalmente dos exemplares arbóreos.

Ora, os exemplares arbóreos passam para a tutela do ambiente, no entanto acha-se que é extremamente importante termos o contexto.

Ora, o contexto também tem exemplares arbóreos. Não é só o contexto construído e portanto o contexto parece ser importante para a preservação da

memória e para a dignificação da zona classificada ou do património classificado.

Por outro lado, não querendo ter nesta legislação questões que tenham a ver com as questões ambientais o que é curioso é que depois há no articulado indicações de como gerir resíduos que já estão contemplados em legislação ambiental...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora, aí está!

O Orador: ... que não faz muito sentido dizer como é que se vai fazer a gestão dos resíduos, por exemplo, dos inertes, o que é que deve ser reciclado ou não deve ser reciclado, porque isto já faz parte da legislação ambiental em vigor na Região.

Relativamente à questão do património móvel, apesar de se fazer referência àquilo que é a lei de bases do património, não fica claro que os proprietários ou os donos dos bens classificados continuem a ter de facto direitos sobre esses mesmos bens, porque é omitido parte. Parece que está subjacente mas no fundo quando comparamos a proposta de legislação feita pelo Governo Regional com a lei de bases do património, há coisas que desaparecem. Parece que basta que o público tenha um olho gordo sobre algo que acha que é muito interessante num privado, para que se possa classificar e possa ser inclusivamente de interesse público e que passe para a administração da Região Autónoma dos Açores ou nomeadamente da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Gostaria que fosse dado algum esclarecimento relativamente a essa parte do património móvel que me parece que não está muito claro o que é que o Governo quer, na medida em que omite partes, que me parecem ser importantes, daquilo que está na lei de bases do património.

Por agora ficaria por aqui, depois mais tarde tentarei explicar quais são as nossas propostas de alteração e em que sentido é que elas são feitas na tentativa

de contribuir para uma melhoria do documento que, continuamos a achar, é demasiado extenso, nalguns casos repetitivo e de difícil leitura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Grande intervenção!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires é para inscrever-se?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 18 horas e 15 minutos.

Eram 18 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para continuarmos o debate sobre esta matéria.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Depois da inscrição do Sr. Deputado Félix Rodrigues, a Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da importância desta iniciativa não sobram dúvidas.

De qualquer forma e até pela importância desta iniciativa teria sido bom que a discussão pública à volta deste diploma tivesse sido incentivada, promovida e que daí tivessem resultado contributos de diferentes organizações e instituições da sociedade para que ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor andou desatento!

O Orador: Eu não andei desatento, Sra. Deputada. Isto é a constatação de um facto. Não houve contributos, não houve discussão pública porque ela não foi promovida.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é verdade!

O Orador: Não quer dizer que os formalismos não tivessem sido cumpridos, mas a verdade é que não há. Apenas há um contributo, um parecer da Ordem dos Arquitectos, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Apelativo!

O Orador: ... quando nos parece que, por exemplo, e em relação à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores era fundamental que tivesse ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Também há!

O Orador: Portanto, o cumprir o formalismo só e em si mesmo não resolve o problema e a verdade é que a não participação ou a fraca participação pública que houve sobre este diploma, os poucos contributos que existem, não significam, no meu entender, que quem cala consente, isto é, e no caso vertente que haja um apoio a esta iniciativa ou que esta iniciativa não mereça algumas críticas.

Para a Representação Parlamentar do PCP fica difícil uma iniciativa deste tipo, deste teor, com este conteúdo e o facto de não ter havido uma grande discussão pública à volta desta iniciativa era fundamental para que o PCP pudesse validar, isto é, votar favoravelmente esta iniciativa.

Portanto, não o vai fazer, vai abster-se e veremos entretanto os contributos que forem aparecendo e o destino que eles vão ter, que nos possam ou não, e em função da discussão que vier a produzir-se à volta deste diploma, se nos farão ou não alterar a posição em sede de votação final.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cá vimos debater novamente uma legislação do âmbito da cultura, o que é sempre um momento feliz.

O Governo Regional traz-nos esta Proposta de DLR, que vem exatamente na senda do que já havia sido dito mesmo no Programa do Governo, que tinha a intenção de rever e atualizar a legislação regional neste setor, proporcionando uma política mais eficaz tendo em vista a sua valorização, portanto é a prova de que realmente este anseio, este desejo do Governo chega a uma concretização efetiva, é o que nos traz aqui hoje.

A cultura tem sido e creio (o Sr. Deputado José Andrade disse, e bem), que é um bem superior aos partidos e é com agrado que registamos desde já a votação favorável por parte do PSD, ainda que compreendamos as reservas que se vos colocam.

Da parte do PS e de forma mais ou menos genérica o que temos a dizer é que a legislação em vigor tem cerca de dez anos, como todos sabemos.

Há questões que relevam da prática e que devem efetivamente ser afinadas.

Com este diploma assistimos a uma clarificação, uma adequação dos conceitos, relativamente às cartas, recomendações e convenções internacionais, definidas pelo ICOMOS e adotadas pela UNESCO, bem como a adequação da legislação aos modelos de intervenção, digamos, mais atuais nos centros urbanos, com o património edificado, que potenciem, como já aqui também foi referido, à habitabilidade e por conseguinte consigam atrair mais as pessoas para os centros históricos, para sítios onde elas se sintam efetivamente em casa.

Pretende também este diploma responder a novos desafios ao nível sanitário e ambiental no que concerne a mecanismos de combate às pragas e às catástrofes naturais, ao desempenho energético e novas tecnologias, assumindo sempre a conservação e a manutenção como elementos fundamentais mas adaptando-os,

digamos assim, a essa tal habitualidade, a esse conforto, que neste momento todos almejamos para os centros históricos.

É importante que este Decreto Legislativo Regional funcione um pouco como chapéu legislativo geral para todos os tipos de classificação do património cultural e de conjuntos classificados, portanto pretende-se também essa consistência.

Quanto a algumas das questões que foram aqui levantadas, a questão dos exemplares arbóreos, nós compreendemos as questões colocadas pelo Sr. Deputado do PSD, no entanto também devo lembrar que decorridos estes anos, desde o DLR que está ainda em vigor, criaram-se, por exemplo, os parques naturais de ilha e portanto não havia talvez a organização, a classificação, a pretensão ambiental que neste momento já se verificam e portanto estamos em crer que atualmente há condições para que essa transferência de responsabilidade vá ocorrendo, vá ocorrendo sempre de forma serena e faseada, aliás como está expresso no diploma, só transitará quando o ambiente legislar nesse sentido, portanto está sempre salvaguardado que os exemplares arbóreos em altura alguma serão uma árvore, nós estamos em crer que serão sempre a árvore.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado Félix Rodrigues traz também algumas preocupações, absolutamente legítimas, no entanto, também devo lembrar que a questão das cores tradicionais...

Primeiro devo dizer que é preciso regulamentar. Alguma da regulamentação que o Sr. Deputado terá considerado excessiva vem já do DLR anterior que foi aprovado em 2004 por unanimidade, portanto terá sido aprovado com a anuência do CDS, e as cores tradicionais já lá estavam também. Por mais estranheza que isso possa causar-lhe elas já estavam definidas na legislação anterior.

Ao Sr. Deputado Aníbal Pires, respondo com o óbvio. Este diploma esteve em discussão pública, infelizmente não houve contributos espontâneos, mas nós não podemos obrigar a que isso aconteça, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas pode-se dar mais tempo!

A Oradora: ... mas não posso concordar que não tenha sido divulgado.

Foi divulgado e aliás o Diretor Regional quando percorreu as várias ilhas do arquipélago na discussão sobretudo do diploma dos apoios culturais, fez menção sistemática à existência deste pacote legislativo, digamos assim, que iria estar em discussão.

No entanto, independentemente dessa discussão pública ou da ausência dela no seu entender, eu gostaria de perceber melhor a posição do PCP relativamente a esta proposta que aqui trazemos hoje. Tentar compreender um pouco a sua opinião efetiva e concreta relativamente a isto.

Nesta primeira abordagem, Sra. Presidente, fico por aqui.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O BE considera esta Proposta de DLR, de defesa e de determinação do regime jurídico da proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel, apresentado pelo Governo Regional, uma boa proposta, mas do nosso ponto de vista corre o risco de se poder transformar num estado de alma feliz, mas inconsequente.

Por algumas razões que aqui já foram despendidas por outros Deputados e que me escuso a repetir, mas às quais acrescento aquilo que para nós não é um pormenor e que tem a ver exatamente, e até na decorrência da primeira intervenção (primeira e única até agora) do Sr. Secretário Regional da Educação

e Cultura, sobre as térmitas, a necessidade de recuperação, no fundo nós estamos a falar de reabilitação e de requalificação urbana, vamos lá sempre dar, sobretudo quando falamos em património imóvel.

Ora bem, o BE quando fala que esta lei se pode vir a transformar, uma vez aprovada, num estado de alma feliz mas inconsequente, está exatamente a referir-se à escassez quer de fundos comunitários, quer de verbas consignadas no Plano e Orçamento para 2015 pelo Governo Regional para a tal reabilitação urbana, ou seja, um bom instrumento, como é o caso da reabilitação urbana, com a devida orçamentação, poderia ser de facto um sério fomentador da reabilitação, da valorização, da conservação, da luta contra a degradação do nosso património cultural imóvel, neste caso. Poderia ser também um ótimo instrumento de criação de emprego e de ação económica e não o é, na opinião do BE, por falta de vontade política, no caso do Governo Regional.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, nós tememos que apesar de todas as boas intenções vertidas nesta Proposta de DLR, e que o BE subscreve na sua generalidade, que apesar disso nós vamos continuar a ver os centros históricos das nossas cidades e vilas a que há pouco a Sra. Deputada Renata Botelho referiu, a degradarem-se continuamente e a vivência social, económica e cultural dos nossos centros históricos, continua a ser adiada.

Finalmente para que esta lei, que nós consideramos que tem bastos aspetos positivos e que poderá ser melhorada com os contributos dos vários partidos que apresentaram propostas de alteração, para que esta lei não seja um estado de alma feliz mas inconsequente e seja de facto um instrumento de trabalho na defesa do nosso património cultural, no caso concreto, imóvel, porque de facto o móvel está mais remetido para a lei de bases e não está tão desenvolvido ou quase nada desenvolvido nesta Proposta de DLR, há que ser mais ambicioso e mais consequente noutras vertentes que acabam por vir desaguar nesta Proposta de DLR, como é o caso da reabilitação urbana.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tendo acompanhado, enfim porque não tenho o dom exiguidade, a tramitação da iniciativa na Comissão dos Assuntos Sociais, é evidente que eu tenho que me atentar, como qualquer outro Deputado, ao relatório da Comissão dos Assuntos Sociais e aquilo que se verifica no relatório, e daí a minha intervenção inicial, é que o único contributo existente era o da Ordem dos Arquitetos.

Está referenciado a determinada altura pela intervenção da Deputada Renata Correia Botelho, em sede de Comissão, que houve discussão pública mas o Secretário Regional diz que não há nenhum contributo.

O que me parece é o seguinte, e aqui, Sra. Deputada Renata Correia Botelho, é que reside o posicionamento do PCP: o posicionamento do PCP relativamente à abstenção é porque consideramos que uma matéria desta importância deveria ter tido mais contributos, deveria ter sido promovida a discussão pública.

Eu sei que os formalismos foram cumpridos, mas a verdade é que não houve participação e o PCP não quer ficar vinculado a uma iniciativa legislativa que posteriormente pode vir a causar alguns problemas.

Portanto, não queremos ficar vinculados a esta iniciativa.

A questão é a seguinte, Sra. Deputada: governar não significa mandar e portanto é preciso envolver e apelar à participação dos cidadãos, das organizações e das instituições.

Não é só cumprir o formalismo. Foram cumpridos e reconheço, não tenho nenhuma dúvida sobre aquilo que foi dito pela Sra. Deputada em sede de Comissão e que foi dito já aqui hoje, que o Sr. Diretor Regional da Cultura promoveu e apelou à participação, mas a verdade é que não houve.

Portanto, alguma coisa de estranho passa-se aqui e o PCP não pode ficar veiculado a esta iniciativa exatamente porque consideramos que ela não foi objeto da participação pública que devia ter tido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 19 horas.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, continuamos o nosso debate.

Eram 19 horas e 12 minutos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por referir aquele que vai ser o sentido de voto do PPM.

Eu considero que algumas das propostas de alteração que estão a ser apresentadas pelos diversos partidos da oposição são da maior relevância.

A aceitação ou não por parte do PS das propostas que nós estamos a apresentar irá definir aquele que será o nosso sentido de voto final.

Deputado Francisco César (PS): O nosso?!

O Orador: Não concorda, Sr. Deputado? Não concorda?

Deputado Francisco César (PS): Sim. Mas não é o nosso, é o seu!

O Orador: Eu considero que é fundamental. Do nosso, na medida em que o partido é um coletivo, portanto eu aqui estou a representar os eleitores e estou a representar o meu partido.

Eu já sei que os senhores são muitos, que governam há dezoito anos, que vão governar durante vinte anos e que tem a aspiração de governar outros trinta. Eu já sei isso. São os maiores da paróquia.

Deputado Francisco César (PS): Mas ainda não somos o líder mais antigo do país! O líder mais antigo do país é o senhor!

O Orador: Eu já sei isso! Já sei! Já sei que têm essas manias de grandeza e querem bater os recordes todos e daqui a pouco superam os trinta e seis anos do Estado Novo.

Agora, a questão fundamental para quem quer ter um debate civilizado nesta matéria é considerar que neste momento, como bem disse – é a primeira vez que estou de acordo com o Sr. Deputado do PCP – estas questões, a nossa sociedade civil muitas vezes descuida-se nestas matérias. Não participa. Deveria participar ativamente. Deveria tomar conhecimento dos assuntos que são da maior relevância e devia ter uma participação mais ativa nestas matérias e não apenas deixar para os partidos políticos a discussão destas matérias.

A verdade é esta: está prevista a participação das pessoas e as pessoas podem realizar atualmente, no quadro legal atual, podem dar sugestões, podem

apresentar propostas de alteração. A verdade é essa. Podem fazer isso, mas não o fazem.

É algo na nossa vida cívica que nós temos que melhorar e melhorar de forma muito significativa. É a minha opinião.

Depois, o que acontece a seguir é que quando os partidos aqui discutem esta matéria e alguma das coisas, como dizia e bem o Sr. Deputado do PCP, que eu penso que está neste momento a avisar com razão, algumas das decisões vão prejudicá-los enquanto proprietário, por exemplo e depois a culpa é dos partidos, dos políticos, dos Deputados porque não sabem nada, não participam, não pretenderam obter opinião por parte das pessoas.

Bom, eu considero que aqui temos uma pecha no nosso sistema de participação cívico e que não é justo neste contexto em que se apresenta uma proposta com esta implicação direta na vida das pessoas, nomeadamente os proprietários que são afetados nas zonas que são agora delimitadas, que ninguém participe.

Mas eu tenho a certeza que quando implementarmos estas alterações, algumas pessoas, talvez até façam abaixo-assinados porque veem a sentir-se prejudicadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desta vez percebeu!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado. Tem inteira razão em relação a esta questão, eu comungo da sua preocupação em relação a esta matéria.

Devo dizer que o PPM apresenta propostas de alteração muito simples que têm a ver com a designação - é uma velha batalha de muitos anos do PPM - por alguma razão, não sei bem porquê, o que acontece é que a designação da Vila do Corvo foi alterada e há diversos meios de comunicação social, até o próprio Governo nas declarações que faz e na própria legislação, aparece uma designação da localidade que não é a correta.

Não se chama – isto que fique de uma vez por todas – não é Vila Nova do Corvo. A designação correta é Vila do Corvo. Vila do Corvo!

O que acontece é que mais uma vez nesta nossa proposta, esta designação de Vila Nova do Corvo, aparece aqui referenciada neste texto.

O PPM faz esta proposta.

Em relação à implantação do conjunto classificado de interesse público, da zona antiga da Vila do Corvo, também há aqui uma alteração substancial, uma vez que a mesma deixa de estar definida como um dos limites, deixa de ser a Rua da Matriz e passa a integrar a zona envolvente à Rua da Matriz, portanto aumenta o conjunto da zona classificada que terá depois, tendo em conta as regras que aqui estão, algumas implicações que eu considero preocupantes e com certeza que no Corvo provocará muita celeuma.

Nesse sentido as nossas propostas são estas, a minha preocupação de princípio, corresponde à preocupação de princípio que foi aqui apresentada pelo Sr. Deputado do PCP e muitas das questões técnicas que foram apresentadas pelo CDS e das propostas que constam nas propostas de alteração do CDS, nós também comungamos essa preocupação.

Nesse sentido considero que as propostas merecem da nossa parte uma votação positiva. Considero adequadas as propostas de alteração do CDS, em relação a esta matéria.

Entrando um pouco naquilo que será a votação do PPM na especialidade, em relação à proposta de alteração do BE, de eliminação da alínea, essa aí coloca-me esta questão: mas então em relação aos procedimentos quanto tempo é que as pessoas podem ficar à espera de uma resposta em relação aos seus processos? Preocupa-me que essa questão não fique clara e eu considero que aquela alínea definia especificamente essa matéria.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não estamos a falar da mesma coisa!

O Orador: Portanto, nesse sentido considero que é importante.

Sra. Presidente, estou partitamente a terminar a minha intervenção.

Basicamente são estas as questões que me preocupam.

No debate na especialidade terei oportunidade depois de voltar a participar no debate,

Deputado André Bradford (PS): O senhor já fez o debate na especialidade. Falou sobre todas as propostas!

O Orador: Devo dizer para concluir que nestas questões o PPM tem um património específico nesta matéria, mesmo nesta legislatura tivemos oportunidade de apresentar a proposta de criação de um Atlas da Cultura Imaterial, em relação aos Açores, um pouco como já fazem as outras Regiões da Europa.

As Canárias já o fez, a Andaluzia também, regiões da Holanda também já o fizeram.

Portanto, há uma preocupação em relação à cultura imaterial que aqui em Portugal nós estamos a desenvolver de uma forma tardia.

Bem, eu penso que estas são as questões fundamentais. Dou para já concluída a minha intervenção nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional em discussão pretende definir um novo regime jurídico de proteção e valorização do património móvel e imóvel, onde se estabelece os critérios e procedimentos relativos à classificação, inventariação e registo de bens culturais móveis e imóveis existentes na Região Autónoma dos Açores, bem como os critérios relativos à preservação, defesa e

valorização do património classificado.

Neste mesmo diploma, são definidos os critérios de intervenção no património imóvel, uma vez que é neste património que existe uma maior necessidade de normas e regulamentação, e da necessária adaptação da legislação nacional à Região Autónoma dos Açores. No desenvolvimento desta problemática são definidos os tipos de intervenção possíveis e de acordo com o novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, permitindo uma melhor aplicação e correta interpretação dos vários tipos de intervenção, sua finalidade e objetivos.

Posteriormente, são definidos normas gerais e específicas de intervenção em imóveis classificados, sendo as primeiras dirigidas aos imóveis inseridos em conjuntos classificados sem prejuízo do definido em plano de pormenor de salvaguarda, e as segundas para os imóveis classificados e imóveis inseridos em conjuntos classificados que ainda não possuam planos de pormenor.

Em ambos os casos existe a utilização de uma linguagem objetiva, coerente e comum, que os projetistas, técnicos e entidades competentes deverão interpretar adequadamente, permitindo melhorar a celeridade de procedimentos, redução de prazos de apreciação e decisão, mas acima de tudo, com a adequação do procedimento ao tipo de intervenção deverá produzir ganhos inquestionáveis na atratividade das pessoas para a valorização, manutenção e conservação do nosso património imóvel classificado.

A presente proposta, mantém a capacidade de intervenção, manutenção, conservação e valorização dos bens móveis e imóveis classificados como de interesse público a estabelecer em programas específicos, possibilitando a estes programas específicos de incentivos incluir as medidas necessárias para fazer face às situações de emergência, bem como a possibilidade de criação de medidas conjuntas com as autarquias.

O regime de incentivos em vigor e a legislação de desenvolvimento prevista, e que foi colocada em consulta pública com a presente proposta de decreto

legislativo regional, permitem concluir que o Partido Socialista pretende manter políticas de coesão social e territorial, através da majoração dos incentivos para as ilhas da coesão e a introdução de mais uma medida social através da majoração dos incentivos conforme os rendimentos do agregado familiar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com esta nova arquitetura legal proposta no presente diploma a Região Autónoma dos Açores passa a possuir um único decreto legislativo regional para todas as áreas e conjuntos classificados com ou sem plano de pormenor de salvaguarda em vigor, com conceitos atualizados e adequados ao tempos e modelos de intervenção recentes, que visam promover o regresso das pessoas aos núcleos e aglomerados classificados, sendo estas, os principais atores para uma boa política de manutenção, conservação e preservação do património, promovendo-se a melhoria das condições de habitabilidades deste património, respondendo às novas exigências ambientais, sanitárias, de conforto térmico e desempenho energético, bem como o combate às pragas e catástrofes naturais.

Todas estas considerações, permite-nos Grupo Parlamentar do Partido Socialista concluir que o Governo Regional dos Açores continua a implementar ao nível do património políticas de conhecimento, preservação e divulgação que garantem a transmissão deste nosso património às gerações futuras!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha a esperança que o Sr. Secretário Regional ainda se pronunciasse mais uma vez antes da votação, mas como entendeu não fazê-lo, tinha aqui mais umas questões que eu gostava de acrescentar ao debate.

Como já aqui foi dito, o PSD considera de facto que os documentos em apreciação são uma evolução positiva em relação ao quadro legal anterior e em vigor até agora, e sim já se começa a ter em conta a necessidade de responder a questões do presente tais como as térmitas e outras pragas urbanas, a segurança e novas técnicas de construção, a disponibilidade de novos e mais modernos materiais, a certificação energética dos edifícios, entre outras questões que antes não se colocava.

No entanto, a aprovação e entrada em vigor desta nova legislação realça duas e importantes e incontornáveis questões que tocam diretamente as zonas classificadas da Região.

Em primeiro lugar, a falta de concretização nos Planos e Orçamentos do Governo de medidas efetivas de apoio à requalificação urbana e não apenas medidas de faz de conta, que acabam por não abranger os proprietários dos imóveis a necessitar de requalificação.

Em segundo lugar, ficam ainda mais realçadas as autênticas barbáries que os governos socialistas têm feito, no que diz respeito a obras públicas em centros históricos, sendo o máximo expoente a nova Biblioteca de Angra.

O Governo não pode ter regras duras que impõe aos seus cidadãos e depois não dar o exemplo e não cumpri-las nas suas obras.

Quanto aos espécimes arbóreos, volto a frisar que o PSD tem muitas reservas quanto à passagem das competências da cultura para o ambiente.

Mas seja como for à que aumentar a proteção de tais exemplares arbóreos contra verdadeiros atentados, tais como as frequentes e descontroladas podas

que tantas vezes são executadas sem nenhum cuidado, sendo exemplo elucidativo o atentado realizado pela Câmara de Angra na zona envolvente ao Parque do Relvão e acesso à Fortaleza de S. João Batista.

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor tem que dizer como é que se faz! É que nem uma única vez diz como se faz! Só critica!

O Orador: É que há árvores que são classificadas e outras que não o sendo estão situadas em zonas classificadas e têm que ser tratadas com muito cuidado e sem nenhum tipo de ligeireza.

Nós entendemos que esta nova legislação é um passo em frente. Temos reservas, sim senhor, mas está nas mãos do Governo, de facto, fazer deste novo quadro legal uma ferramenta para que se faça aquilo que não se fez até agora que é uma aposta efetiva na requalificação urbana dos nossos centros históricos das cidades e vilas da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo agora não haver mais inscrições.

Sendo assim vamos então passar à votação.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para o debate e votação na especialidade.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para explicar as duas propostas de alteração apresentadas pelo BE, até para clarificar aquilo que me pareceu que é alguma confusão relativamente aos seus propósitos.

No art.º 5.º ao contrário daquilo que a Proposta de DLR propõe, o BE pretende que o Conselho de Ilha onde se situe o bem, seja de facto notificado e não o possa ser notificado como lá está e porquê? Porque se nós todos reconhecemos, aliás o Sr. Secretário Regional reconheceu em sede de Comissão que há uma dificuldade na inventariação e depois na posterior classificação, então o BE entende que quanto mais pessoas, mais instituições nós introduzirmos neste processo de atenção redobrada, de sensibilização, de cuidado e de defesa do nosso património cultural móvel e imóvel, melhor. O Conselho é obviamente uma das instituições que não poderemos prescindir de o ter como parceiro nesta tarefa.

Portanto, entendemos que não é uma questão de possibilidade, é uma questão de dever, digamos, fazer esta notificação.

Quanto ao art.º 24.º e aqui eu gostava de ser mais clara porque ainda agora pareceu-me que, por exemplo, o Sr. Deputado Paulo Estêvão não tinha entendido o objetivo e eu vou tentar dar-lhe algum sentido.

O BE entende que o ponto 6 do art.º 24.º é aquilo a que nós podemos chamar um deferimento tácito e sendo-o nós consideramos que há uma contradição entre o propósito de todo o art.º 24.º ao qual já me vou referir e depois o alcance desse propósito.

Dito de outra maneira, de uma forma popular: “a entrada de leão e saída de sendeiro”. Porquê? O ponto n.º 1 do art.º 24.º diz relativamente ao condicionamento às obras isentas, o seguinte: “quaisquer trabalhos de obras públicas incluindo os promovidos por entidades concessionárias de obras ou

serviço públicos, a realizar em imóveis classificados, ou em imóveis inseridos em conjuntos classificados ou em vias de classificação como tal, ou em imóveis inseridos em zonas de proteção de imóveis ou conjuntos classificados, independentemente da sua natureza ou extensão, apenas poderão ser executados após despacho favorável do membro do Governo Regional com competência em matéria de cultura”.

Isto é claro e é, digamos, forte. Há aqui um condicionamento com o qual o BE concorda.

Ponto 2, do mesmo art.º: “O estabelecido no número anterior aplica-se, independentemente da existência, ou não, de licenciamento prévio camarário ou qualquer tipo de pronúncia de outras entidades”.

Ponto 3: “Para efeitos do disposto do presente artigo, a administração regional autónoma disporá de 20 dias, contados após a data de receção do processo, para a emissão do despacho”.

E se eventualmente (dizem os dois artigos à frente) o proprietário em qualquer outra circunstância for contactado e portanto tiver que apresentar qualquer tipo de documentação ou prestar qualquer tipo de esclarecimento, esta contagem de 20 dias recomeça do princípio.

Sras. e Srs. Deputados, se isto é desta exigência e deve ser desta exigência, quer para os privados, para os particulares, quer no caso para a tutela, para o Governo Regional também, então o ponto 6 não pode dizer: “consideram-se como tendo merecido despacho favorável os processos que decorridos os prazos fixados nos números anteriores, não tenham sido objeto de despacho”.

Deputado André Bradford (PS): Isso chama-se deferimento tácito!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, tem que haver despacho, ou seja o Governo Regional e a tutela têm que dar o exemplo primeiro, de que levam a sério, estes condicionamentos, porque se não, não bate a bota com a perdigota.

É tudo muito exigente, é tudo muito pormenorizado, é tudo muito condicionado, e bem, mas depois se ao fim de 20 dias a tutela não tiver dito nada ao Governo Regional, a entidade competente não tiver dito nada, considera-se o tal diferimento tácito.

Alguma coisa aqui não bate bem porque o exemplo, primeiro, do ponto de vista do BE, tem que vir exatamente do Governo Regional e da tutela.

Portanto não há diferimento tácito.

Deputado André Bradford (PS): Isso é para proteger o cidadão!

A Oradora: Se é preciso uma prorrogação do prazo, pois que se faça uma prorrogação do prazo, mas diferimento tácito Sras. e Srs. Deputados, é um dos males das nossas cidades e não preciso de referir nenhuma dentro da nossa Região para perceberem o que é que eu estou a dizer.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Existe deferimento tácito para isso!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas deixar aqui, para já, duas considerações. Uma primeira, e aproveitando que a Sra. Deputada já explanou as suas propostas de alteração, dizer que é com gosto que o Partido Socialista aprovará ambas as propostas porque se revê, porque concorda, com o teor que a Sra. Deputada expôs.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Para além disso, Sra. Presidente, eu gostaria de pôr à consideração da câmara, desde já, a possibilidade de (e isto para efeitos de redação final) onde se lê, e lê-se várias vezes ao longo do documento, *organismo de administração regional autónoma competente em matéria de cultura* e também *organismo de administração regional autónoma competente em matéria de*

ambiente, deverá ler-se respetivamente, **direção regional competente em matéria de cultura e direção regional competente em matéria de ambiente.**

Presidente: A Mesa terá isso em consideração e dará essa indicação depois à Comissão que fará a redação final,...

A Oradora: Se for da concordância...

Presidente: ... se à partida ninguém se opuser.

A Oradora: Exato. Muito obrigada.

Presidente: ... o que julgo que ninguém se opõe.

Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(* **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de alteração apresentadas pelo CDS-PP prendem-se com alguns aspetos que entendemos que tornam claros vários artigos deste diploma.

Começamos logo pelo art.º 4.º que diz respeito à instrução do procedimento e que pretende fazer a classificação dos bens culturais.

Ora, a classificação dos bens culturais, em nosso entender, ou é baseada em critérios científicos, ou é baseada em critérios políticos e devem ser assumidos claramente. Não se deve pura e simplesmente deixar dar uma opinião ou dizer que um bem é classificado ou não, porque sim. Tem que haver uma justificação para esta classificação, no nosso entender, e esta classificação ou é uma classificação científica ou é uma decisão política fundamentada.

É exatamente por essas razões que dividimos em três pontos, de tal forma que havendo necessidade de uma decisão que seja científica, que seja dada por alguém competente na área. Eu dou um exemplo muito concreto: se tivermos um quadro com uma pintura sobre floresta, não vamos pedir opinião a um silvicultor, mas sim a um pintor da área e por isso a necessidade de sistematizar, ou seja, de tornar muito claro o processo de instrução.

A outra proposta que fazemos de seguida tem a ver com os bens móveis que de acordo com o art.º 7.º de facto parece-me que não é muito feliz a forma como está escrito na Proposta de Decreto Legislativo Regional, que diz mais ou menos o seguinte: “os bens particulares, ... ou o título do art.º 7.º diz que os bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público, quando sejam de elevado apreço”.

Ora basta que tenha um elevado apreço para haver uma classificação.

Diz ainda que: “a sua exportação do território da Região, possa constituir dano grave para o seu património cultural”.

Acho que se torna bem mais claro dizer que os móveis pertencentes a particulares são passíveis de classificação como de interesse público, se de facto verificarmos que a sua degradação, e tem a ver com os bens que estão em casa de alguém, que não estão a ter o devido cuidado e constituem efetivamente uma perda para Região, então sim, há necessidade de uma intervenção.

Por outro lado, há também a necessidade de termos em atenção a saída da Região para preservarmos o nosso património.

Não fazia sentido ficar tudo num só artigo, por isso está apresentado em três pontos porque acho que não é só o elevado apreço que o governo possa ter por um bem em casa de outrem, que leva a uma determinada classificação.

Acho que é importante termos em atenção a propriedade.

A proposta de alteração que fazemos ao art.º 10.º, nomeadamente ao ponto 2, tem a ver com o direito que tem a ver com bens móveis e tem a ver com o direito do seu titular, por isso só acrescentamos: “sendo conferido ao respetivo detentor o direito a um título de identificação, sem prejuízo de outros benefícios a reconhecer por lei, em especial quando as operações de inventariação tiverem sido promovidas a expensas do particular”.

Ora, eu estou apenas aqui a citar a Lei de Bases ...

Presidente: O seu tempo está a terminar.

O Orador: Vou já concluir, Sra. Presidente.

... porque pareceu-me que há algumas falhas e que se retira da Lei de Bases algumas das questões que aqui estão.

As outras alterações prendem-se com a clarificação de alguns sistemas, nomeadamente a questão de clarificarmos as cores e por outro lado há algumas proteções de alguns bens imóveis que achamos que penalizam as pessoas que os detêm, com tanta exigência e não há necessidade de fazê-lo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então começar a votação na especialidade.

Este é um diploma com 50 artigos, nós temos uma série de propostas de alteração a discutir e a votar, portanto peço a colaboração de todos para que (não será até às seis da manhã, com certeza) a votação possa decorrer dentro da normalidade.

Os primeiros três artigos deste diploma não têm nenhuma proposta de alteração.

Pergunto se os posso votar em conjunto?

Não havendo oposição da câmara está então à votação o art.º 1.º, 2.º e 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do CDS ao art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao art.º 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 5.º da proposta com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Esta à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 7.º.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS não se revê na proposta de alteração ao art.º 7.º apresentada pelo CDS por considerar que dizer que “só serão classificados os bens que estão em risco de degradação ou falta de segurança”, não concordamos com essa parte, achamos que todos eles independentemente da sua manutenção e estado de conservação, possam ser classificados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é conjunção. É uma instrução!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 9.º da proposta, com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do CDS ao art.º 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 10.º, com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os art.ºs 11.º, 12.º e 13.º não têm propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso votá-los em conjunto?

Não havendo oposição estão assim à votação estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloca agora à votação a proposta de alteração do PS ao art.º 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 14.º, com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração também do PS ao art.º 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 15.º, com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso votar conjuntamente os art.ºs 16.º, 17.º, 18.º e 19.º?

Não havendo oposição estão à votação estes quatro artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o art.º 20.º temos várias propostas de alteração a números diferentes.

Eu vou colocar à votação essas propostas em separado

A primeira é do CDS ao n.º 2, do art.º 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS ao n.º 3, do art.º 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 20.º, com estas duas propostas.

(Aparte inaudível)

Presidente: Eu como votei as propostas de alteração do PS ao n.º 3, votei-as as duas alterações, portanto a alínea i) e l) em conjunto.

Sendo assim coloco agora à votação o art.º 20.º, com estas três propostas de alteração que foram aqui aprovadas

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 23.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao art.º 24.º, farei ...

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria solicitar que a votação do art.º 24.º fosse feita ponto a ponto, uma vez que o PS retira a proposta para o n.º 6, mantendo a proposta para o n.º 5.

Presidente: Muito bem Sra. Deputada.

Sendo assim vamos votar as propostas de alteração número a número, tal como elas estão apresentadas.

A primeira é do CDS, ao n.º 2 do art.º 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS ao n.º 5 do at.º 24.º.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Considerando que o PS retirou a sua proposta de alteração ao n.º 6 mantém-se então apenas a proposta de alteração do BE ao n.º 6 do art.º 24.º.

É essa que está agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o art.º 24.º da proposta com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do CDS ao art.º 25.º, mais propriamente ao proémio.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 25.º, com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do CDS ao n.º 3, do art.º 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então assim à votação o art.º 26.º da proposta com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao art.º 27.º vou colocar à votação, em primeiro lugar, a proposta de eliminação apresentada pelo PS ao n.º 3, do art.º 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada esta alteração, fica prejudicada a proposta do CDS a este mesmo artigo.

Presidente: Esta agora à votação o art.º 27.º, da proposta, com esta alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 29.º.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, gostaria apenas de solicitar que a votação fosse feita por subalíneas.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Assim será.

Todas estas propostas de alteração são apresentadas pelo CDS.

A primeira proposta a ser votada é a que o partido apresenta à alínea d), do art.º 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Sra. Deputada Renata Correia Botelho se as alterações à alínea e), também têm que ser votadas de subalínea a subalínea.

(Pausa)

Vamos então colocar à votação as propostas de alteração do CDS à alínea e), subalínea a subalínea.

A primeira é uma proposta de eliminação da alínea 9.^a, da alínea e), do art.º 29.º
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Proposta de alteração à alínea 10.^a, da alínea e).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Proposta de eliminação da alínea 12.^a, da alínea e).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação da alínea 15.^a, da alínea e).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Perguntava se as referentes à alínea f), também têm que ser votadas em separado?

Não?

Então sendo assim coloco agora à votação as propostas de alteração apresentadas à alínea f).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 29.º da proposta, com as alterações introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 20 abstenções do PSD e uma abstenção do PCP.

Presidente: Faz-me lembrar alguma coisa que ocorreu aqui há pouco tempo, há duas semanas atrás. Não sei porquê, se sou só eu que estou com este sentimento.

Coloco à câmara a possibilidade de colocar uma série de artigos que não têm propostas de alteração a votação em conjunto, nomeadamente do 30.º ao 45.º.

Não havendo oposição está assim à votação este conjunto de art.ºs, nomeadamente do 30.º ao 45.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Entramos agora nas propostas de alteração ao art.º 46.º.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, pedia que fosse feita a votação número a número!

Presidente: A primeira que colocamos à votação é a proposta de alteração do PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o PPM mantém a proposta de alteração referente ao corpo do n.º 4 e retira a alínea b) do n.º 4.

Presidente: Para que a câmara fique esclarecida o que o Sr. Deputado pretende é que apenas se vote a alteração ao proémio do n.º 4...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

Presidente: ... o que faz a referência à Vila do Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! A alínea b) é retirada.

Presidente: ... e retira a proposta de alteração à alínea b).

Penso que ficou esclarecido para todos.

Está então à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao proémio do n.º 4, do art.º 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS, ao n.º 6 do art.º 46.º.

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Presidente: Eu deixaria para sede de redação final, uma vez que não há alteração ao texto mas apenas à renumeração.

Penso que a Comissão dos Assuntos Sociais também terá isso em consideração quando tiver que fazer a redação final deste diploma.

Sendo assim vamos avançar para a proposta de alteração apresentada pelo PS, ao n.º 6 do art.º 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o art.º 46.º com as alterações introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação, penso que não haverá oposição, os art.ºs. 47.º e 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 49.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 49.º da proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por fim o art.º 50.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terei que colocar ainda à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao anexo IV deste diploma que corrige também a designação da Vila do Corvo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há intervenções para declaração de voto?

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP absteve-se relativamente ao diploma porque apresentou um conjunto de propostas de alteração que visavam, exatamente, não só dar maior amplitude aos materiais de construção, tornar o documento bastante moderno e aberto a novos materiais que pudessem aparecer e também tinha em conta algumas questões que se prendem com a escassez de material que existe para a recuperação de alguns edifícios, nomeadamente as telhas tradicionais que, não havendo no mercado haverá certamente substituto e que teríamos que encontrar algumas soluções.

Era isso que queríamos deixar claramente em aberto porque isto tem impacto na vida das pessoas.

Assim sendo, achamos que este Decreto Legislativo Regional acaba por ter impacto económico na recuperação de alguns edifícios, por isso abstivemo-nos relativamente ao diploma considerando que de facto há algumas inovações que consideramos muito positivas, mas no entanto não foram contemplados aspetos que nos parecem importantes do ponto de vista da evolução dos materiais e que tivessem em conta alguns aspetos socioeconómicos da nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até pelo adiantado da hora, gostaria só de deixar aqui expressa a nossa alegria pela aprovação deste diploma.

Gostaríamos de ter contado com propostas de todos os partidos, isso não aconteceu, no entanto procurámos de facto ir ao encontro de um largo número de propostas que nos chegaram e estamos em crer que conseguimos um bom diploma, conseguimos um diploma que responde às necessidades, à inovação e aos tempos modernos.

Portanto, a cultura é de facto um bem de todos, é um bem que está acima dos partidos.

Penso que esta câmara está de parabéns.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD já teve oportunidade de apresentar a sua posição e de fundamentar a sua votação.

Resta-nos agora, apenas ou tão-somente esperar, ou melhor, exigir que o Governo passe das boas intenções às boas realizações.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de encerrar os trabalhos, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de relembrar-vos que hoje se celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos, direitos esses que nos devem mover a todos, pela nossa responsabilidade pessoal, social e política e que também a sua defesa no mundo deve merecer a nossa particular atenção e interesse.

Deixo-vos esta reflexão e desejo-vos a todos uma boa noite.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Pedia aos Líderes e à Sra. Secretária o favor se aproximarem da Mesa.

Eram 20 horas e 13 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes Lopes

Jorge Manuel de Almada Macedo

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Conceição Branco

P¹a redadora: Noélia Escobar